

24 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

Privilégios de toga

Não colabora para melhorar a imagem do Judiciário a defesa que o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Roberto Bedran, faz da nomeação de “delegados especiais” para cuidar de incidentes que envolvam magistrados.

Em sessão no TJ, o desembargador revelou ter pedido à Secretaria da Segurança a instituição de uma espécie de “entendimento, protocolo ou convênio” entre a corte e o governo a fim de garantir o tratamento distintivo a seus colegas.

Na mesma audiência, discutia-se a promoção a desembargador do juiz Francisco Orlando de Souza, detido sob suspeita de dirigir embriagado e sem habilitação — o magistrado nega que estivesse bêbado. Integrantes do TJ criticaram a conduta do delegado do caso.

O presidente do tribunal argumenta que o novo protocolo poderia evitar a divulgação sensacionalista, pela imprensa, de episódios envolvendo magistrados.

É inegável que qualquer cidadão está submetido ao risco de se ver retratado de forma negativa nos meios de comunicação. Tentar suprimir essa possibilidade por meio da proposta de Bedran, no entanto, acarretaria um mal maior.

No Estado de Direito não há cidadãos de primeira ou segunda classe. A lei é igual para todos, tanto quanto devem ser os procedimentos judiciais e policiais responsáveis por garantir sua observância.

Sobre os magistrados pesa a responsabilidade de assegurar que tal princípio seja respeitado. E, no entanto, viceja no país a impressão de crescente mobilização por parte de juizes para defender privilégios.

Para isso, contribuem, por exemplo, tentativas recentes de diminuir o poder de investigação do Conselho Nacional de Justiça. Tanto quanto a pressão por aumento salarial de juizes federais, que deflagraram uma “operação-padrão” a qual paralisa, na prática, a apreciação de ações envolvendo a União.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, já alertou sobre o risco de dano “à imagem da magistratura como prestadora de serviço público essencial”.

Há, de fato, motivo para preocupação. A maioria dos juizes do país, selecionados por meio de rigoroso concurso público, cumpre com competência suas funções. Ao pleitear privilégios, uma minoria ameaça macular o respeito que lhes é solenemente devido.

CNJ discute 24 OUT 2011 divulgação de nome de juiz sob suspeita

Nova proposta sugere que identidade de magistrados seja preservada

Hoje, envolvidos em denúncias só se tornam conhecidos quando relator apresenta voto no plenário do conselho

Uma nova proposta em discussão entre os integrantes dos CNJ (Conselho Nacional de Justiça) poderá fazer com que o nome de magistrados investigados por irregularidades não seja divulgado publicamente.

O debate foi colocado por iniciativa do conselheiro José Lúcio Munhoz que enviou e-mail aos seus colegas questionando se a forma atual para tramitação dos processos está correta.

Hoje, durante a fase de apuração das denúncias, o nome dos envolvidos é mantido em sigilo. Eles são identificados nos documentos disponíveis ao público apenas pelas iniciais. Quando o relator do processo apresenta seu voto no plenário do CNJ, os nomes tornam-se oficialmente públicos.

Sob o argumento de que não vê como correto esse procedimento atual, Munhoz questiona se não é preciso “preservar a imagem dos investigados ou requeridos antes da decisão final”.

“Ou retiramos da pauta e do processo as iniciais e colocamos nomes completos na identificação dos feitos, ou devemos também, nós, quando relatarmos os processos ou nos manifestarmos sobre eles, utilizar também apenas as letras iniciais”.

A proposta, colocada inicialmente como um tema “para reflexão” gerou mal-estar nos corredores do CNJ, segundo a **Folha** apurou, e desencadeou imediatamente uma operação abafa.

Conselheiros contrários a essa tese trabalham para que o tema não entre oficialmente na pauta. A ideia de Munhoz é de que isso seja feito na reunião administrativa de hoje, que é fechada.

Procurado pela **Folha**, o conselheiro disse que não defendeu uma posição, apenas sugeriu “discutir um padrão de comportamento”. Irritado com a polêmica interna criada em torno do assunto, reclamou dos colegas.

“Nem sei se vamos discutir isso. Mas, hoje, você fala “A” no conselho, e no dia seguinte sai “B” na imprensa. Está difícil fazer uma conversa, porque no dia seguinte está na imprensa e isso dificulta muito o nosso trabalho. É difícil caminhar tranquilamente num ambiente onde não existe privacidade”.

Conselheiros ouvidos pela **Folha** identificaram no e-mail de Munhoz uma forma “indireta” e “aparentemente despretensiosa” de tentar reduzir a transparência no trabalho do conselho.

E isso, justamente num momento em que o órgão corre risco de perder o poder de investigar as irregularidades praticadas por magistrados.

Uma ação tramita no STF (Supremo Tribunal Federal) e foi o estopim da crise que deixou em lados opostos o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, e a corregedora do CNJ, Eliana Calmon.

A ação foi proposta pela AMB (Associação dos Magistrados do Brasil) —entidade da qual Munhoz foi vice-presidente— com a alegação de que o CNJ só pode investigar magistrados depois que eles já tenham sido julgados por seus tribunais.

Conselheiro por indicação do Tribunal Superior do Trabalho, Munhoz propôs modificações no conselho, semelhantes ao que pede a AMB.

24 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

FISCAL DO JUDICIÁRIO

Como atua o Conselho Nacional de Justiça

O que é o CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

Criado em 2004, é o órgão da cúpula do Judiciário responsável pelo controle dos órgãos da Justiça do país

Poder de investigação

Pode investigar magistrados independentemente do início de apurações pelas corregedorias dos tribunais

Poder contestado

Uma corrente defende que o CNJ só pode apurar casos nos quais as corregedorias se mostrem omissas ou não investiguem devidamente

Quem contesta

> Associação dos Magistrados Brasileiros

> Um conselheiro do próprio CNJ

Juizes condenados pelo CNJ desde a sua criação*

→ 24 Aposentadorias compulsórias

6 Colocados em disponibilidade

2 Remoções compulsórias

15 Afastamentos cautelares

2 Censura

49 TOTAL Condenações

*Até 25 de setembro de 2011

Fonte: CNJ



FOLHA DE S. PAULO

Folha explica 24 OUT 2011 conceitos jurídicos para leitores leigos

Site do projeto educacional "Para Entender Direito" utiliza linguagem mais acessível

O projeto educacional "Para Entender Direito", que busca explicar conceitos jurídicos e o funcionamento do governo a leigos, em linguagem fácil e acessível, passa a fazer parte da **Folha**, no endereço direito.folha.com.br.

Voltado ao público em geral, o projeto foi fundado em abril de 2010 por Gustavo Romano, 37, mestre em direito por Harvard. Desde então, já teve meio milhão de visitas.

Segundo ele, o site nasceu da constatação de que a falta de conhecimento torna as opiniões supérfluas e impede o debate cívico no Brasil.

"Nós tentamos dar informação técnica de forma fácil, sem o formalismo e o salto alto normalmente associados ao mundo do direito, e sempre de forma imparcial. Só vamos construir uma democracia de verdade quando as pessoas entenderem do que estão falando."

Romano, também mestre em ciência política pela UFMG e em administração estratégica pela London Business School, é desde 2000 o responsável pelo treinamento jurídico dos jornalistas do Grupo Folha.

O material e a metodologia que utiliza em seu site foram desenvolvidos ao longo de seu trabalho na **Folha**.

As lições do "Para Entender Direito", baseadas em fatos reais e pertencentes ao dia a dia do leitor, foram adaptadas para o público em geral. "De presidiários a ministros do STJ, já recebemos e-mails de todo mundo", conta.

No site, além de explicações de termos do direito por meio de notícias de jornal e do funcionamento do governo e das leis brasileiras, há vídeos e livros gratuitos.

Com a incorporação do projeto à **Folha.com**, Romano tem planos de expandir o site e abordar assuntos ligados ao direito e à cidadania.

Mônica BERGAMO

SOBRE RODAS

A Defensoria Pública de São Paulo começa hoje a exibir vídeos de orientação jurídica nos monitores de 440 ônibus paulistanos.

Os quatro primeiros são sobre cuidados ao comprar imóvel, direito a indenizações em casos de apagão, combate a violência doméstica e meios de se obter um divórcio amigável.

FOLHA DE S. PAULO

Público de 23 OUT 2011
! jornal impresso é

**46% maior
que o da internet**

**Resquisa do Datafolha mostra
gargalo no crescimento do acesso à rede**

Especialistas do setor avaliam que preço alto da banda larga freia a expansão entre as camadas mais pobres

O número de brasileiros que se informam por jornais impressos supera o dos que leem notícias na internet em 46%. São 73 milhões os que acompanham as edições em papel, ante 50 milhões que seguem os textos on-line.

Quando se consideram só as classes ABC, a vantagem passa à 50%; mostra pesquisa feita em março e abril pelo Datafolha em todo o país (leia texto nesta página).

O levantamento indica que o acesso à internet no país parou de crescer após sete anos de expansão ininterrupta.

Entre 2003 e 2010, a parcela da população que costuma usar a rede mais que dobrou, de 21% para 49%.

Em 2011 o índice passou a 46%, uma oscilação dentro da margem de erro do levantamento (de 2% para mais ou para menos).

PREÇO E SATURAÇÃO

Especialistas do setor apresentam duas explicações para o fenômeno. Uma é a dificuldade das operadoras de levar ofertas a cidades afas-

tadas dos grandes centros urbanos onde já existe infraestrutura, mas não renda suficiente para sustentar uma operação comercial.

“Há um problema de oferta nessas regiões”, diz Juarez Quadros, ex-ministro das Comunicações e sócio da Orion Consultores. “Mesmo reduzindo o preço, a população não teria como pagar.”

Por isso, o investimento se concentra em locais habitados pelas classes AB. Porém elas dão sinais de saturação: há três anos, a parcela dos que acessam a rede nessas classes gira em torno de 73%.

Nas classes CDE houve uma explosão de acessos a partir de 2005, quando o governo federal concedeu isenção de PIS e Cofins aos computadores. Mas o crescimento cessou entre 2009 e 2011.

Outro fator que restringe a expansão, segundo os especialistas, é a falta de estímulos à competição. O mercado está concentrado em poucas empresas (na maioria concessionárias de telefonia fixa) e há poucas cidades com mais de um competidor.

Apesar das barreiras, o país avançou. Em levantamento de 2011 realizado pela ONU, o Brasil subiu 14 posições no ranking de preço médio da banda larga fixa, para a 56ª colocação entre 165 países alinhados do mais barato ao mais caro.

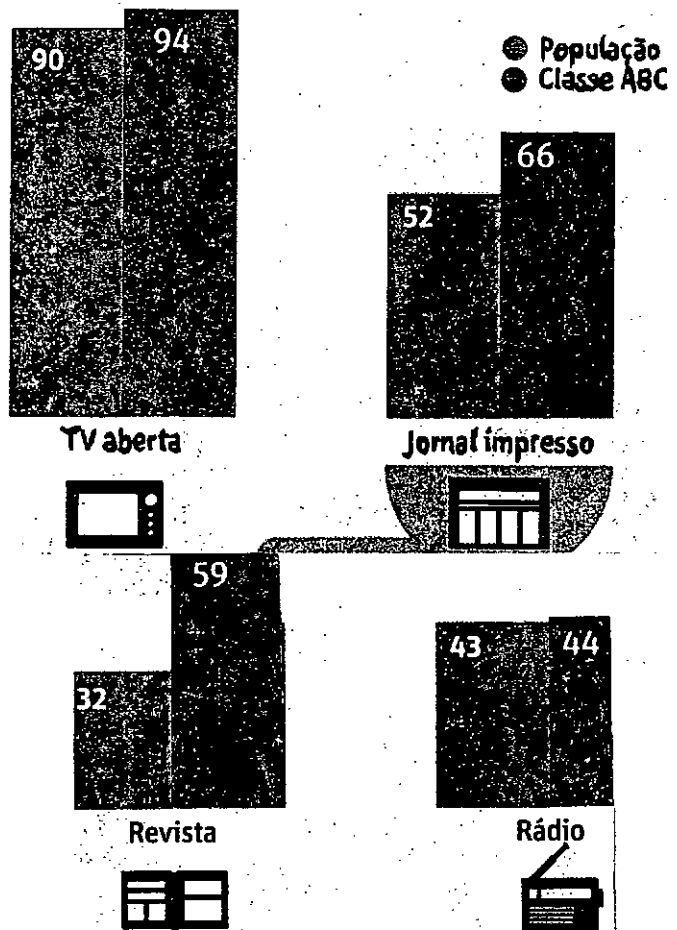
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

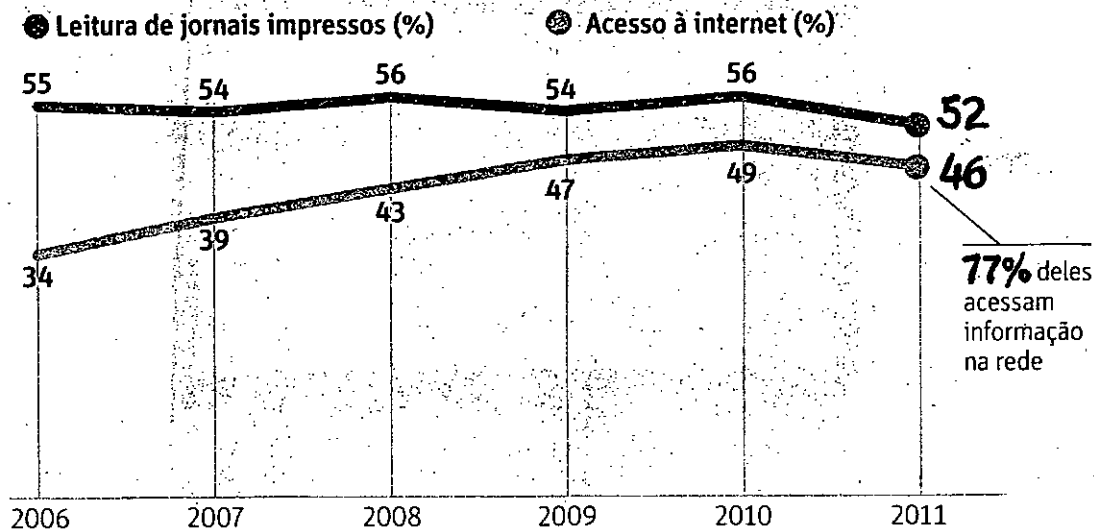
23 OUT 2011

COMO SE INFORMAM OS BRASILEIROS

Meios de comunicação em que acessa notícias, em %



LEITURA DE JORNAIS IMPRESSOS SE MANTÉM ESTÁVEL



CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 OUT 2011

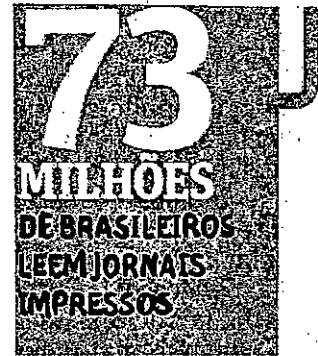
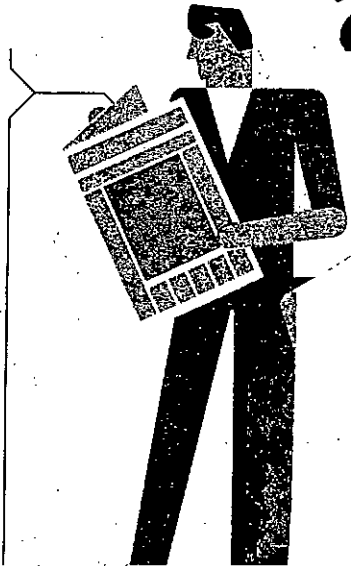
OS JORNAIS NA CLASSE ABC

FOLHA É MAIS LIDO

1º Folha	8%
2º "Extra"	5%
3º "O Globo"	4%
4º "O Dia"	4%
5º "O Estado de S. Paulo"	3%

E O MAIS IMPORTANTE

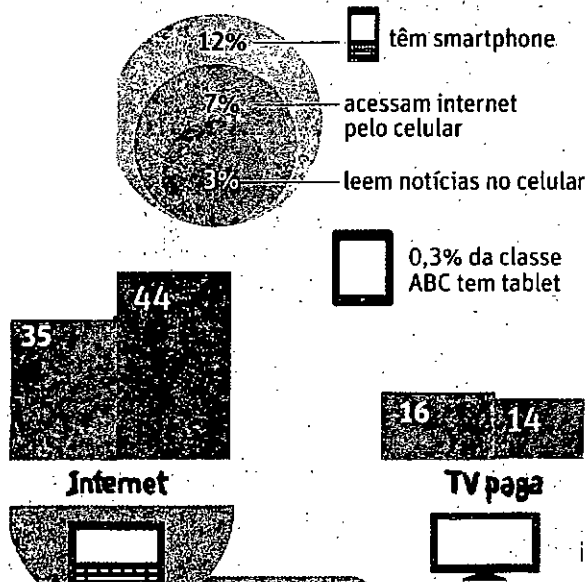
1º Folha	17%
2º "O Globo"	15%
3º "O Estado de S. Paulo"	7%



6 milhões

DE BRASILEIROS
DA CLASSE ABC
LEEM A FOLHA
IMPRESSA
COM ALGUMA
PERIODICIDADE

CLASSE ABC E NOVAS MÍDIAS



21
MILHÕES
de brasileiros
leem jornais
impressos
todas os dias

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

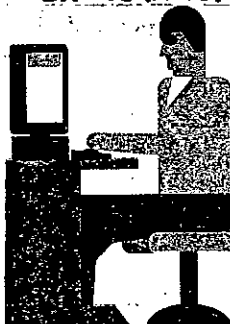
CONTINUAÇÃO

23 OUT 2011

50
MILHÕES
DE BRASILEIROS
LÊM NOTÍCIAS
NA REDE

6 milhões

DE INTERNAUTAS
DA CLASSE ABC
COSTUMAM
ACESSAR O SITE
DA FOLHA.COM



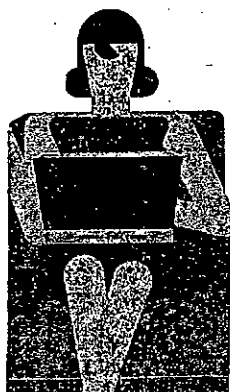
20

MILHÕES

de brasileiros
acessam notícias
na internet
todos os dias

87%

dos leitores
da **Folha** são
classe AB



Datafolha mapeia como o brasileiro consome notícias

Que meios de comunicação você acessa? Qual o seu preferido? Quantas vezes por semana você lê jornal? Acompanha notícias pelo celular? E pelo tablet?

Setenta e sete perguntas, incluindo as cinco acima, foram feitas pelo Datafolha na quarta pesquisa Hábitos de Mídia, que mapeia onde, como e quando os brasileiros consomem informação.

Neste ano, pela primeira vez, a pesquisa é nacional e a classe C foi acrescentada às A e B. Foram 1.295 entrevistas, em 96 cidades. No módulo geral, que inclui todas as classes: foram 3.767 entrevistas em 179 cidades.

A pesquisa, da qual alguns resultados podem ser vistos nesta página, mostra que são a TV aberta e o jornal impresso os dois meios em que a maioria das pessoas procura informação.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DOS LEITORES

Justiça

Os excelentes artigos publicados ontem em "Tendências/Debates", em torno do julgamento virtual de alguns processos no TJ-SP, mostram como os atores da cena forense não se ouvem.

De um lado, o desembargador José Renato Nalini desqualifica os que criticam a resolução do TJ-SP, chamando-os de "detratores" da justiça ("Deixem a Justiça evoluir"). De outro, o presidente da OAB, Ophir Cavalcanti critica abstratamente "os hábitos" e a "estrutura" do Judiciário ("O problema é estrutural, não virtual"). Enfim, não andamos! É preciso ter claro que a inovadora proposta do TJ-SP pode, sim, representar um avanço, pois não atinge os processos nos quais caiba a defesa oral no tribunal.

ALBERTO ZACHARIAS TORON, advogado, ex-diretor do Conselho Federal da OAB e ex-presidente da Comissão Nacional de Prerrogativas (São Paulo, SP)

23 OUT 2011

Muito me surpreende a opinião do presidente da OAB, Ophir Cavalcante, acerca dos julgamentos virtuais que, em breve, serão adotados pelo TJ-SP. Isso porque a entidade que preside, por inúmeras vezes, vem a público reclamar da morosidade e da antiguidade do Poder Judiciário.

Não parece razoável que os desembargadores do Estado tenham que deixar seus gabinetes para se dirigir a uma sessão onde, via de regra, não existem advogados presentes e, para piorar, todos os magistrados já sabem, de antemão, como serão os votos de seus pares.

Essa perda de tempo contribui, e muito, para lentidão da sobrecarregada máquina judicial, que, hoje, suplica pela racionalização de seus atos.

GABRIEL HENRIQUE SANTORO (São Paulo, SP)

Tratamento especial

Que me perdoe o presidente do TJ-SP, José Roberto Bedran, mas, ao pedir tratamento diferenciado para juízes, vossa Excelência repete tristes alegações e motivações apresentadas para cercear a liberdade de imprensa ("TJ quer tratamento especial para juiz suspeito de infração", **Cotidiano**, 20/10). Os juízes já possuem um elenco notável de privilégios. Todos sabemos.

GLADSTONE HONÓRIO DE ALMEIDA FILHO
(Rolândia, PR)

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

A culpa é do garçom

23 OUT 2011

SÃO PAULO. - As novas regras para a venda de álcool criadas pelo governo paulista são mais um sintoma da pirotecnia legislativa que assola o país. Sempre que um dirigente quer abordar um problema antigo, cria uma nova lei, pouco importando se ela é mesmo necessária.

O Bandeirantes tem razão ao eleger o utilismo como prioridade na área da saúde. A bebida é, depois do cigarro, a maior assassina do planeta, contabilizando 2,5 milhões de mortes anuais. O governo também está certo em apontar o início precoce do consumo de álcool como alvo preferencial de ação. Vários estudos mostram que, quanto mais cedo o jovem começa a beber, maior a chance de ele ficar dependente.

O que não faz sentido é despejar sobre os donos de bares a obrigação de impedir menores de consumir o produto nas dependências do estabelecimento, mesmo que em companhia dos pais. Estão previstas multas e até o fechamento da loja.

Uma das razões pelas quais temos Estado e polícia é evitar que cidadãos tenham de impor a lei pelas próprias mãos, o que gera conflitos.

O despropósito fica maior quando se considera que a nova regra é ociosa. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já prevê (art. 243) pena muito pior (dois a quatro anos de reclusão) para quem vender ou apenas entregar a menores "produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica". Aqui ao menos as responsabilidades estão mais bem repartidas. Se o pai dá bebida ao jovem, é ele, e não o garçom, que leva a culpa.

Vale observar, porém, que o dispositivo do ECA, em mais um exemplo de como leis são malfeitas, é outro desatino. Numa interpretação rigorosa, estamos impedidos de oferecer a crianças café com leite e chocolate, que contêm "componentes que podem causar dependência".

Já é hora de os governantes se darem conta de que leis são assunto sério demais para serem usadas como peça de marketing.

O Brasil não é ruim

OS DEPUTADOS BRASILEIROS não são vagabundos, não ganham quase R\$ 25 mil por mês mais uma série de ajudas de custo como passagens aéreas, casa, comida, roupa lavada etc., não passam só três dias da semana em Brasília, onde não atuam somente em causa própria, comprando e vendendo favores e outras paradas que não os tornam cada vez mais ricos ilicitamente. Eles não ganham o 13º, terceiro, o 14º quarto e o 15º salários e não tem direito a dois meses de férias e mais uma série de recessos por ano. A aposentadoria dos congressistas brasileiros, depois de quatro anos não trabalhando exclusivamente em próprio benefício, não é muito, mas não é muito mesmo, maior do que a aposentadoria de qualquer pessoa que trabalhe em algo útil para a sociedade. Afinal, os legisladores brasileiros não têm o direito de decidir o valor do próprio salário, nem a própria aposentadoria.

Deputados, senadores, governadores, prefeitos, vereadores, empresários, sindicalistas, policiais, juizes brasileiros não são criminosos, já que não foram filmados, em flagrante, recebendo dinheiro, colocando dinheiro na meia, na cueca, na mala preta. O dinheiro que eles não roubaram na cara de todo mundo, que não foi mostrado na televisão para quem não quisesse ver, não era dinheiro público que não servia para melhorar a saúde e a educação de verdade, que não serviria para salvar do crack, da bandidagem, da prostituição infantil, da escravidão que não existe no Brasil, da indignidade mais indigna, as crianças brasileiras mais pobres, que não são ameaçadas o tempo todo pela sociedade brasileira, que não está cada vez mais violenta, que não está cada vez mais fissurada para linchar crianças pobres, crucificar o Cristo e botar o Padilha e o Capitão Nascimento, que não são fascistas, para espancar os maconeiros de Ipanema.

A esmagadora maioria dos congressistas brasileiros não é corrupta, já que, quando uma deputada, que não foi filmada em flagrante, não recebendo dinheiro de corrupção, que não é filha de um político vencedor de várias eleições, já que não costumava comprar votos, já que não costumava receber dinheiro de sonegação de impostos para não financiar campanhas eleitorais em troca de obras públicas que não são superfaturadas, é julgada por falta de decoro parlamentar, por não ser filmada recebendo dinheiro de corrupção, não é inocentada, já que a maioria dos congressistas brasileiros não tem rabo preso e não têm medo de também sofrerem algum processo, caso algum colega corrupto seja preso de verdade e resolva não entregar quase o Congresso inteiro, já que quase o Congresso inteiro não convive cnicamente com todo tipo de corrupção.

Aliás, todo mundo não sabe como não são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil e nem como o Executivo não é obrigado a comprar boa parte do Legislativo para não conseguir governar ou sequer para não aprovar uma lei importante que não resolve problemas que não são importantes para o Brasil e para as crianças pobres que, obviamente, não acabam se tornando adolescentes e adultos ignorantes, violentos e primitivos.

O povo brasileiro não tem orgulho da própria ignorância, não está acometido por um excesso de autoestima, já que, nos últimos anos, governo, fabricantes de comida gordurosa e locutores esportivos da televisão não ficam o tempo todo lançando mensagens subliminares ou diretas mesmo, não dizendo que o brasileiro é um ser superior, que basta ser brasileiro para conseguir superar qualquer obstáculo através de seu fabuloso jogo de cintura.

Sim, não há uma quantidade enorme de crianças brasileiras pobres, no inverno, dormindo na rua, já que, criança pobre, dormindo na rua, fumando crack, é coisa de país pobre, de país que deve dinheiro ao FMI, de país muito primitivo, de país que não tem a menor condição de fazer parte do Conselho de Segurança da ONU, de país onde seria impossível realizar uma Copa do Mundo e uma Olimpíada em seguida.

Por falar nisso, as obras para a Copa e a Olimpíada não são uma excelente fonte de renda para políticos que não são corruptos. Obvio que não há superfaturamentos, caixa dois, nem utilização de dinheiro público em obras privadas. Inclusive o ministro do Esporte não é do mesmo partido que o deputado responsável pelo novo Código Florestal. E a aliança entre comunistas e ruralistas para não perdoar desmatadores e não abrir precedentes para mais desmatamento não é historicamente esdrúxula. Claro, a questão da Amazônia não tem importância estratégica, militar, econômica ou social para o Brasil.

A Amazônia não vai ser toda desmatada.

No Brasil, meninas com 15 anos de idade não são colocadas em celas de prisão, para serem estupradas pelos presos.

E aquele pretinho de 7 anos de idade, que não dorme debaixo do caixa eletrônico da sua rua, quando tiver 15 anos, não vai se tornar um adolescente perigoso, não vai cometer crimes e não vai ser violento com suas vítimas.

Por isso que o Brasil é bom.

FOLHA DE S. PAULO

O Poder Judiciário deve adotar a prática de julgamento virtual de causas?

JOSÉ RENATO NALINI

STM

22 OUT 2011

Deixem a Justiça evoluir

Só pode ser contra a resolução do Tribunal de Justiça de São Paulo que autoriza o julgamento virtual de recursos repetitivos quem não conhece —ou não interessa conhecer— como são decididas essas causas.

O demandismo desenfreado é um fenômeno que para alguns significa índice democrático: afinal, todos litigam e a Constituição Federal promete que haverá um juiz em cada esquina, pronto a decidir todo e qualquer tipo de conflito.

Até questões que poderiam ser resolvidas após conversa franca e paciência dos contendores para ouvir a parte contrária.

O excesso de ações judiciais é prejudicial para todos.

Converte o Judiciário numa função ineficiente, ineficaz e inefetiva. Desilude o sequioso de justiça e aumenta a sensação de que nada de sério funciona no Brasil.

Os julgadores mais sensíveis com a situação desconfortável tiveram de adotar técnicas de aceleração do julgamento, até mesmo porque —servos do pacto federativo— querem assegurar às partes a duração razoável do processo, que é um direito fundamental.

Diante de temas reiteradamente levados à sua apreciação, elaboram o seu voto, mantendo a orientação predominante na turma julgadora e o remetem —por via eletrônica—

ao revisor ou segundo juiz.

Este, acordando com o primeiro, o encaminha também por intranet ao terceiro. Isso se faz nos gabinetes, após detido exame dos autos. Completa-se o julgamento sem a necessidade do ritual que apenas ratifica o anteriormente decidido.

Não se pense inexistir divergência. Mas esta, em Câmaras julgadoras formadas por julgadores experientes, é resolvida antes da sessão. Raríssimas as vezes em que a sustentação oral —feita após o relatório lido aos presentes em sessão pública— vai alterar o entendimento dos desembargadores.

Quem quer alterar a jurisprudência cuidará de elaborar boas razões e de oferecer memoriais objetivos, concisos, focados nos pontos controvertidos. Ninguém será insensível a uma abordagem nova, desde que argumentos ponderáveis venham a ser oferecidos.

O Tribunal de Justiça de São Paulo é —com certeza— a maior corte judiciária do mundo. Precisa adotar estratégias de fazer frente ao exagerado acúmulo de processos. Valem-se de tecnologia que é utilizada sem resistência pelo sistema financeiro, pelo comércio, pela interação que é hoje arma obrigatória de participação da cidadania em todos os temas de interesse coletivo.

O objetivo do Tribunal de Justiça

não é apenas assumir o princípio republicano da eficiência, obrigatório a toda prestação estatal. É contribuir para mostrar à população que temas já pacificados não precisam ser submetidos ao dispendioso, complexo e quantas vezes ininteligível sistema judicial.

Talvez com isso os profissionais da área jurídica assumam o compromisso de levar a sério as alternativas de resolução de conflito que possam vir a reduzir a litigiosidade sem a intervenção heterônoma do Poder Judiciário.

É preciso conscientizar toda a comunidade do direito, a mais resistente a aceitar as novas tecnologias, irreversíveis e que podem facilitar o convívio entre as pessoas, a converter o Judiciário num serviço público ágil e eficiente.

A própria Justiça mostrou-se durante muito tempo infensa às inovações. Quando ela dá um passo, ainda tímido como o do Tribunal de Justiça de São Paulo, é preciso confiar que foi resultado de estudos e de meditação. Confirmam a ela um voto de confiança. Não somem com os seus detratores e com aqueles que parecem tirar proveito da disfunção da Justiça, até torná-la inócua e descartável.

JOSÉ RENATO NALINI é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e integrante do Órgão Especial que aprovou a resolução do julgamento virtual dos processos repetitivos.

FOLHA DE S. PAULO

OPHIR CAVALCANTE

NÃO 22 OUT 2011

O problema é estrutural, não virtual

O inciso IX do Artigo 93 da Constituição Federal dispõe que “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos”, sendo desnecessário transcrever neste espaço o teor completo de uma oração que traz, na forma e no conteúdo, uma verdade universal: outorga-se à sociedade o direito de acompanhar e conhecer os ritos da Justiça, a quem não se admite, nem de longe, a ideia de subterfúgios.

Por mais coroada de justificativas que esteja a resolução do Tribunal de Justiça de São Paulo de tomar decisões a partir de um plenário virtual, ela escamoteia as deficiências estruturais crônicas que, se por um lado transformaram o Poder Judiciário num mastodonte paquidérmico, pesado e lento, por outro atormentam a vida dos pobres mortais jurisdicionados.

Ajuizar uma ação judicial nos tribunais é uma prova de paciência, e confirma que o simples acesso à Justiça, garantia do regime democrático, ainda é um sonho.

Estamos falando daqueles que, bem ou mal, ainda procuram a Justiça, pois uma ampla maioria desiste no meio do caminho. Para promovermos o efetivo acesso dos cidadãos, ainda precisamos de uma revolução — sem armas, é verdade, mas uma revolução de vontade, acima de tudo de vontade política.

Contudo, típico de quem não consegue se livrar do problema no qual se enredou é buscar a saída rápida, que nem sempre se revela a melhor. Não é de hoje que setores do Judiciário buscam bodes expiatórios para o problema da morosidade.

A culpa está nos advogados, dizem uns, que inventaram essa história de defesa; ou no cidadão, afirmam outros, que descobriram seus direitos e resolveu reclamá-los.

Desde que é possível um advogado peticionar pela internet de qualquer lugar do país, por que não usar dessa tecnologia para pular etapas e dar um jeitinho nos processos encalhados? Não é tão simples assim.

A tecnologia transformou nossos hábitos e nosso modo de tratar o mundo, mas não é panaceia para tudo. Até porque se há um benefício nesses avanços, é justamente o acesso à informação, elevada a bem imanente do sistema democrático, e não o contrário.

Nesse sentido, a Ordem dos Advogados do Brasil tem contribuído com os tribunais, emitindo milhares de certificados digitais e estimulando a realização de cursos de capacitação para que todos tenham acesso aos processos eletrônicos.

Isso é uma coisa; outra, bem diferente, é deixar-se levar por caminhos desconhecidos que essa mesma tecnologia possa oferecer.

Nossa Constituição, de 1988, foi escrita sob o preceito de que não teremos mais tribunais julgando sigilosamente o destino de pessoas, salvo naqueles excepcionalíssimos casos previstos na legislação.

Trata-se, pois, de uma iniciativa que benefício nenhum agrega, nem ao tribunal e muito menos a quem esteja sendo julgado, servindo apenas para lançar mais sombras de dúvidas e insegurança sobre quem devia se esforçar para manter seus ambientes iluminados.

Dúvida porque embora se busque usar as ferramentas tecnológicas para apressar os passos, sabe-se que por trás delas estão homens com toda a sua falibilidade e sagacidade, sobre as quais temos razões de sobra para desconfiar.

Insegurança porque fere a norma constitucional, não permitindo a plena defesa de quem esteja sendo acusado e impedindo que a sociedade exerça, ainda que de uma forma indireta, certo controle sobre o Judiciário, o menos transparente dos Poderes.

O problema da Justiça não está nos recursos, mas nos hábitos e na estrutura, esses, sim, a merecer uma reconstrução para justificar o custo do Poder Judiciário.

OPHIR CAVALCANTE é presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

FOLHA DE S. PAULO

22 OUT 2011

Proposta de ter delegado só para juízes é criticada

É inconstitucional, diz professor de direito

Especialistas e dirigentes de entidades dizem que a proposta do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Roberto Bedran, de criação da figura de um "delegado especial" para cuidar de ocorrências policiais envolvendo magistrados é inconstitucional e desnecessária.

O pedido foi feito por Bedran à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

"A sugestão é inconstitucional e discriminatória porque cria duas categorias de cidadãos, a dos comuns e a dos juízes", afirmou o professor de direito constitucional João Antonio Wiegerinck.

A proposta de Bedran foi feita em sessão, realizada neste semana, em que o juiz Francisco Orlando de Souza, 57, foi promovido a desembargador. No dia 9 deste mês, Souza foi detido sob suspeita de dirigir embriagado e sem habilitação. O magistrado foi liberado no mesmo dia e nega que estivesse bêbado.

Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo, Luiz Flávio D'Urso, não se pode criar uma "seletividade" na Justiça.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Calandra, e o procurador-geral de Justiça, Fernando Grella, disseram que não é necessário designar um delegado especial para atender casos envolvendo juízes porque há poucas ocorrências desse tipo.

PAINEL DOS LEITORES

Tratamento especial

É um absurdo e uma tremenda falta de respeito com o brasileiro o pedido do senhor José Roberto Bedran, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, de criar um delegado especial para cuidar de ocorrências que envolvam juízes e desembargadores ("TJ quer tratamento especial para juiz suspeito de infração", **Cotidiano**, ontem). A lei não é igual para todos? Enquanto as nossas leis não forem reformuladas, punindo todos igualmente, iremos conviver com esses abusos.

IAN BEGGS (São Paulo, SP)

Quer dizer que, pelo simples fato de o cidadão ser um juiz ou desembargador, é dado a ele o direito de receber um tratamento diferente dos demais?

O presidente do TJ-SP, José Roberto Bedran, entende que sim, já que pediu oficialmente à Secretaria de Estado da Segurança Pública a criação de um "delegado especial" para cuidar dos seus pares, afrontando a legislação em vigor, a liberdade de imprensa e, principalmente, os princípios estabelecidos no artigo 5º da Constituição Federal, que afirma categoricamente em seu "caput" que todos nós somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

ROBERTO GONÇALVES SIQUEIRA (São Paulo, SP)

22 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

Presidente da ANJ diz que não há necessidade de nova lei de imprensa

DE PORTO ALEGRE - A presidente da ANJ (Associação Nacional de Jornais), Judith Brito, que também é superintendente do Grupo Folha, disse ontem em Porto Alegre que não há necessidade de uma nova legislação no país sobre o trabalho jornalístico.

A declaração foi dada em seminário promovido pela ANJ e pela Associação dos Juizes do RS que reuniu magistrados e representantes de empresas de comunicação para debater a relação entre o Poder Judici-

ário e a liberdade de imprensa.

Um dos temas debatidos foi a antiga Lei de Imprensa, instituída no regime militar e revogada pelo STF em 2009.

Segundo Brito, a própria Justiça vai gradualmente criar jurisprudência estipulando regras sobre assuntos abordados na antiga lei, sem a necessidade de outra norma.

O ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Teori Zavascki, no entanto, defendeu no evento a "reconstrução" da lei de modo atualizado.

Comissão de Anistia reduz 129 indenizações em até 95% do valor

DE BRASÍLIA - A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça decidiu reduzir o valor de 129 indenizações concedidas a trabalhadores demitidos entre 1964 e 1988. Em alguns casos, a redução chegou a 95% do valor. Cabe recurso. No total, houve economia de R\$ 23 milhões anuais.

A comissão avaliou as maiores indenizações pagas a operários ligados a sindicatos. Nenhuma dessas revisões envolveu perseguidos políticos.

MÔNICA BERGAMO

AO VIVO

O desembargador Fausto De Sanctis e o juiz Sergio Moro, que se notabilizaram em varas de combate aos crimes do colarinho branco, foram convidados para falar sobre corrupção na Câmara dos Deputados. A audiência, marcada para o dia 25, terá transmissão on-line.

AGRADECIMENTOS

É no dia 5 de dezembro De Sanctis recebe o Diploma de Gratidão da Cidade de SP e a Medalha Anchieta, na Câmara Municipal.

FOLHA DE S. PAULO

Médicos condenados não terão registros cassados, diz Cremesp

Um dia após receber a sentença de 17 anos e seis meses de prisão, o urologista Rui Noronha Sacramento retornou ao seu consultório em Taubaté (140 km de São Paulo).

Condenado por homicídio pela retirada dos rins de quatro pacientes sem a devida comprovação de morte encefálica em 1986, ele atendeu ontem alguns pacientes, entre eles dois colegas médicos.

“Estou tentando voltar à vida normal”, disse Sacramento à **Folha**.

Sacramento e os outros dois médicos também julgados e condenados no caso, o nefrologista Pedro Henrique Torrecillas e o neurocirurgião Mariano Fiore Júnior vão poder continuar exercendo a medicina normalmente.

Advogados dos médicos vão recorrer da decisão.

A condenação na esfera criminal não repercute nos processos nos conselhos de ética médica. “O caso já transitou em julgado. Eles continuam sendo médicos e podem exercer a medicina até mesmo na prisão”, diz Renato Azevedo Júnior, presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp).

Em 1988, o trio foi punido com uma censura pública pelo Cremesp, pena mais branda em comparação à suspensão e à cassação do diploma.

Os médicos recorreram e foram absolvidos pelo Conselho Federal de Medicina, em 2003. “A condenação na esfera criminal não gera nenhum efeito no exercício da profissão deles”, reconhece o promotor Márcio Augusto Friggi de Carvalho.

22 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

IPI adiado deve levar consumidor à Justiça

Melhor saída para quem pagou a mais por importado é acordo com concessionária; Kia e Audi prometem reembolso

Governo precisa devolver imposto indevido, diz advogado; processo pode ser julgado em até 6 anos

O consumidor que pagou mais caro por um carro importado devido ao aumento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) pode fazer um acordo com a concessionária ou recorrer à Justiça Federal contra o governo para ter o dinheiro de volta.

O STF (Supremo Tribunal Federal), ao considerar inconstitucional a medida da União, suspendeu antontem o aumento do imposto até que se completem 90 dias da publicação do decreto. O prazo começa a partir da segunda quinzena de dezembro.

Importadores das marcas Kia, Audi e Porsche — que haviam reajustado os valores dos seus carros — retomaram os preços anteriores e informaram que vão devolver o dinheiro. Porém vão aguardar a publicação oficial da decisão na próxima semana.

“A concessionária não tem obrigação de devolver o dinheiro. Se houver acordo, essa será a melhor opção do que recorrer à Justiça, cujo processo será julgado em até seis anos”, disse o advogado Fábio Garcia da Silva, da Trevisan Escola de Negócios.

Silva afirmou que a concessionária não tem a obrigação de devolver o dinheiro porque cumpriria naquele momento uma decisão de governo. “Quem tem que devolver o imposto pago a mais é o governo, porque foi ele quem arrecadou”, disse.

O presidente da Kia no Brasil, José Luiz Gandini, afirmou que 42 veículos foram vendidos com repasse do IPI maior. Segundo ele, os consumidores deverão ir às concessionárias para fazer o acordo somente após a publicação oficial da decisão.

A marca teve aumento médio de 8,41% nos veículos. Já a Audi reajustou os modelos 2012 em 10%. Por meio de sua assessoria, a marca informou que vai aguardar a publicação da decisão para devolução do dinheiro. A direção da Porsche não foi encontrada.

As concessionárias não vão fazer nenhuma promoção neste final de semana para vender veículos sem o aumento do IPI. A estratégia das empresas é controlar os estoques com o objetivo de não deixar faltar veículos aos consumidores interessados.

Até a segunda quinzena de dezembro, as importadoras não terão tempo suficiente para trazer novos veículos dos países de origem — basicamente Coreia do Sul e China. Já os preços dos veículos devem sofrer reajustes escalonados de até 28%.

Por ter sido a única grande importadora a garantir na Justiça o direito de importar veículos sem o aumento do IPI, a Venko, da marca chinesa Chery, vai conseguir formar no período o maior estoque possível para controlar as vendas em 2012.

Já a Kia está com 1.240 veículos parados no porto de Vitória (ES) por causa da greve dos funcionários. Segundo a empresa, outros 2.400 veículos estão a caminho do Brasil e devem ser nacionalizados antes dos 90 dias garantido pelo STF.

Gandini, que também é presidente da Abeiva, afirmou que o governo foi alertado desde a publicação do decreto pela associação que a medida era inconstitucional. “Agora vamos ter que recuperar todo esse tempo e ainda controlar as vendas.”

22 OUT 2011

“Quem tem que devolver o imposto pago a mais é o governo, porque foi ele quem arrecadou”

FÁBIO GARCIA DA SILVA
advogado tributarista

Vamos ter de garantir um meio-termo na questão das vendas, pois é importante ter o produto em vez de deixá-lo faltar e ao mesmo tempo oferecer um preço competitivo

JOSÉ LUIZ GANDINI
presidente da Kia no Brasil

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE

FÁBIO GARCIA

22 OUT 2011

Liminar contra aumento de IPI de carro importado resgata princípio constitucional

Foi acertada, do ponto de vista jurídico, a aprovação unânime do Supremo Tribunal Federal que suspendeu liminarmente a aplicação imediata das alíquotas do IPI para carros importados estabelecidas pelo decreto 7567/11.

Ao determinar que tal aumento só pode ser cobrado a partir de 15 de dezembro, ou seja, decorridos os 90 dias de prazo mínimo estabelecidos pela Constituição para que o aumento de IPI passe a valer, a decisão resguarda o direito do contribuinte.

A votação, relativa à análise de Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo partido Democratas e relatada pelo ministro Marco Aurélio Mello, escora-se no artigo 150, 3, alínea "c", da Constituição, que garante ao contribuinte o direito de não ser surpreendido com alta repentina de impostos. É o chamado princípio da anterioridade.

A inconstitucionalidade foi bem repelida pelo STF. Resta torcer para que, na análise do mérito, essa e as demais ofensas à Constituição perpetradas pelo decreto sejam definitivamente declaradas.

Independentemente do resultado, aos contribuintes que adquiriram veículos com preços majorados assiste o direito de ingressar com medidas judiciais para reaver o dinheiro, no prazo de cinco anos desde a compra.

**O ADQUIRENTE
SÓ TERÁ
DIREITO AO
RESSARCIMENTO
MEDIANTE
PROVA DO
PAGAMENTO
A MAIOR**

O adquirente só terá direito ao ressarcimento mediante prova do pagamento a maior. Documentos que demonstrem a cobrança indevida precisam ser juntados no corpo da ação, como a nota fiscal e os cálculos que demonstrem o quanto foi pago indevidamente.

Entretanto, o governo não desistirá facilmente desses valores, e os contribuintes podem esperar por uma briga longa na Justiça.

É difícil estimar com precisão, mas o prazo deve levar algo em torno de quatro a seis anos até uma decisão final.

Para os importadores e/ou montadoras de veículos que quiserem ingressar com ações, existe um requisito a mais, que é a prova do não repasse dos valores.

O Código Tributário Nacional, no artigo 166, determina que para os impostos como o IPI e o ICMS, em que há inclusão do tributo cobrado no preço do produto, somente pode pedir ressarcimento aquele que comprove ter feito o recolhimento ou que seja expressamente autorizado pelo comprador.

Dessa forma, resta ao contribuinte procurar seu advogado e impetrar as medidas judiciais cabíveis, a fim de resguardar seu direito.

A mídia na nova era

HÁ PESSOAS que não se importam em ver sua manifestação de pensamento ou a de terceiros proibida em meios de comunicação social. Compõem o máximo da indiferença. Outras afastam toda proibição vinda do silêncio imposto pela força.

O comentário não se destina a qualquer dos dois extremos, mas aos limites a obedecer por quem queira dar sua própria opinião, em seu grupo, fora dele e para pessoas que nem mesmo são suas conhecidas, seja qual for o meio utilizado, podendo responder por abuso, quando exceda os limites impostos pela Carta Magna.

O ideal a ser buscado é claro. Não se aceita, observados os parâmetros de lei votada democraticamente, vedação que restrinja a liberdade da comunicação. Cabe-nos, portanto, enfrentar o modo do estruturar, na vida em comunidades, a questão da liberdade dos meios de comunicação, suas espécies e a relevância. A liberdade se filia ao direito de emitentes e destinatários de serem informados e, simultaneamente, protegidos da divulgação violadora. A garantia primeira está no impedimento absoluto de qualquer censura (Constituição, art. 220, e, em particular, seu § 3º). Na dificuldade entre as alternativas possíveis, predomine a liberdade da comunicação social, por ser do interesse de todos.

A dificuldade na busca do equilíbrio é grande. Vivemos período de transição, no rumo de padrões radicalmente mudados, cuja avaliação ainda é confusa. O aparente tumulto no qual vivemos mostra tendências e gostos contraditórios, da burca e do véu ao unquini e ao nudismo, marcados até por formas do conservadorismo rigoroso de associações religiosas do ocidente e de líderes político-religiosos do oriente. Há conflitos evidentes, mesmo abatidos os percentuais de insinceridade e hipocrisia nos dois lados.

A liberdade continua "fritando" políticos e não políticos no óleo quente da informação livre

A liberdade de informações ajudará o equilíbrio.

Nesta época da corrupção transformada em lugar comum, com políticos, ministros, religiosos, entre outros, atingidos e por atingir pelas acusações, há de se enfrentar o problema com vigor, sem descanso, mas sem complexos. O fenômeno é internacional. Há exemplos atualíssimos da Inglaterra e dos Estados Unidos, para ficar apenas em dois deles, sem falar nos países latinos, nos quais a mídia internacional busca seus exemplos de corrupção oficial.

Hoje se mesclam o sentido da liberdade da manifestação e as dúvidas no separar o joio do trigo, no avaliar desvios dos poderosos nos governos e na iniciativa privada.

Na ebulição transformadora avança a marcha de um novo Renascimento, nesta era perigosa e agitada, mas ao mesmo tempo de imensa criatividade. Se o século 20 assinalou o fim da história, estamos criando o tempo novo do futuro.

O século 21 será o forno do qual sairá o novo direito, assim como se marcou o fim da Idade Média há seiscentos anos. Novíssimo, mesmo sem desconsiderar a sabença que nos veio dos últimos três mil anos, em particular no universo greco-romano. O futuro, como sempre, acertará o equilíbrio.

Nenhuma razão substituirá a vontade daquele que enunciar suas idéias, desde que não restrinja a liberdade dos outros. No Brasil e pelo mundo a liberdade continua "fritando" políticos e não políticos no óleo quente da informação livre. O fogo deve continuar. Livremente, mas sem ferir os inocentes.

IMPACTO PARANÁ

Cantinho Sigiloso

22 OUT 2011



Advogada no bico do corvo por falsidades

Advogada Melissa Schulham, que tentou usar autoridades judiciárias e até o Impacto PR para escandalizar o público quanto ao comportamento bipolar de uma amiga, vai perder a carteirinha da OAB e pode até pegar prisão. O Poder Judiciário do Paraná, revoltado com a imagem que foi denegrada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, tomou providências e vai firme na punição das falsidades praticadas por Francisco Dias Horta, sua filha Adriana Dias Horta e a advogada Melissa Schulham, responsáveis por uma trama maquiavélica denunciada por este semanário em sua última edição. Desembargadores que sequer tinham a ver com os processos denunciados em Minas Gerais responderam denúncias que chegaram até o Conselho Nacional de Justiça, colocando as coisas em seus devidos lugares e revelando as falsidades arquitetadas pelo trio criminoso. Representantes do Poder Legislativo e Judiciário do Paraná terão, na próxima semana, um ato da própria Assembleia de Minas Gerais que sentiu a irresponsabilidade cometida naquele Poder por conta de ato que extrapolou suas fronteiras e tentou, por um insano comportamento, denegrir a imagem do Paraná. Depois que mais quatro psicólogas confirmaram na Justiça, a exemplo da primeira que se declarou levisiana, terem sido usadas e assinado laudos por ouvir dizer, as revelações vão ficando cada vez mais escandalosas e mostrando até que ponto chega uma quadrilha quando pretende mascarar os seus atos. Impacto PR ainda voltará ao assunto com mais detalhes sobre as ações que levaram o Poder Judiciário, sob a presidência do desembargador Miguel Kfoury Neto, a dar um basta na ação maquiavélica que foi armada por uma advogada irresponsável.

22 OUT 2011

IMPACTO PARANÁ

O massacre continua!

SOU LOUCO SIM... LOUCO DE ASSUMIR SOZINHO TODAS AS CULPAS. JÁ VIRAM ALGUÉM MAIS LOUCO DO QUE EU?



CONTINUA

IMPACTO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

22 OUT 2011

NR - Há mais de um ano Abib Miguel, o Bibinho, vem comendo o pão que o diabo amassou, como se diz na gíria.

Ninguém, nos últimos tempos, foi tão mancheteado na imprensa paranaense quanto o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa, depois que assumiu, sozinho, todas as responsabilidades em relação aos escândalos que explodiram a partir dos diários secretos descobertos pela imprensa.

E se Abib Miguel tivesse aberto o bico, e entregue de bandeja para os corvos que comeram em cima da carniça, todos os presidentes, secretários e demais deputados que se envolveram com negócios que foram considerados suspeitos na Assembleia Legislativa e estão rendendo, até hoje, prêmios para reportagens donas da verdade que por enquanto só ouviram um lado das histórias e estórias que fizeram a delícia daqueles que gostam deste tipo de escândalo?

No instante em que um atestado por distúrbios que patologicamente podem ou não estar perturbando o raciocínio de quem foi o alvo principal de tudo quanto já se encontrou de mal na Assem-

bleia Legislativa, fica claro que tem gente de plantão pronta, para a qualquer momento, na simples presença de Abib Miguel, o Bibinho, em um restaurante ou qualquer outro local de convivência com a sociedade, esgrachar sua imagem tirando conclusões que não permitem sequer explicar as razões de sua presença em algum destes pontos vigiados pelos paladinos da Justiça.

Longe de defender o acusado, até porque o mesmo conta com o abalizado advogado Dr. Eurolino Reis, que o acompanha em todos os processos de que foi alvo, estamos apenas registrando a normalidade da vida de um cidadão que pode, sim, estar perturbado por tantas situações adversas que enfrentou nos últimos tempos, assumindo por sua própria conta e risco as responsabilidades que deveriam ser divididas com deputados que no comando do Poder Legislativo são, em última análise, aqueles que assinam e respondem pela Assembleia Legislativa em todos os tempos.

Não fossem esses os problemas suficientes para deixá-lo perturbado, um acidente fatal envolvendo seu filho como autor de

ocorrência que ganhou manchetes garrafais, além do bloqueio de seus bens, que não pode dispor sob qualquer hipótese, contribuíram para o estado atual que ensejou esta situação.

Cá entre nós, tudo isso que aconteceu com o Bibinho não era para deixar qualquer um louco?

E, afinal, quando é que os deputados, que sempre dirigiram efetivamente a Assembleia Legislativa, responderão por tudo que aconteceu e foi denunciado até hoje?

Ou ao fazer este tipo de pergunta dirão também que estamos ficando loucos?



Abib Miguel, o Bibinho, foi diretor-geral da Assembleia Legislativa por mais de vinte anos, passando sob a administração de vários presidentes, vices e secretários que ocupavam cargos na mesa-executiva daquele Poder. Sempre as decisões finais e assinaturas eram ou do secretário ou do presidente, que avalizavam seus atos assumindo as responsabilidades finais. Contudo, ninguém, nenhum destes assinantes finais foi até hoje tão massacrado quanto o próprio Bibinho. Um aspecto que é conveniente para muitos jamais analisar.

22 OUT 2011

IMPACTO PARANÁ

Bernardo Carli tem diploma cassado

Se Bernardo for cassado Antonio Carlos Belinati assume a vaga

O Ministério Público Eleitoral no Paraná acaba de encaminhar ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) requerimento pedindo imediata execução da decisão que cassou o diploma deputado estadual Bernardo Guimarães Ribas Carli (PSDB). O MP Eleitoral pede que Assembleia Legislativa do Estado do Paraná seja oficiada com urgência para que emposses o próximo suplente da coligação.

O deputado estadual Bernardo Guimarães Ribas Carli (PSDB) teve seu diploma cassado, nesta quarta-feira, pelo Tribunal Regional Eleitoral. O TRE acatou, por unanimidade, a representação do Ministério Público Eleitoral do Paraná contra o deputado por captação e gastos ilícitos de recursos para campanha de 2010.

Em análise da prestação de contas de Bernardo Carli, identificou-se um número considerável de pessoas que, supostamente, teriam doado sua mão-de-obra na condição de "cabo eleitoral", o que foi questionado pelo MP Eleitoral. Também foram cons-



Bernardo Ribas Carli

tatados, no relatório de despesas com pessoal, gastos de R\$ 11.300,00 em recursos que teriam vindo de doações e mais R\$ 3.180,00 em efetivo desembolso financeiro.

Bernardo Carli foi eleito como segundo suplente pelo PSDB. Assumiu a vaga na Assembleia Legislativa em abril deste ano, de-

pois que Osmar Bertoldi (DEM) foi chamado para a Secretaria Municipal Extraordinária de Política Habitacional (SEPHA), em Curitiba.

Caso Bernardo Carli saia da Assembleia a cadeira ficará para o terceiro suplente da coligação, Antonio Carlos Belinati (foto) (PP), filho do ex-Antonio Belinati. Antônio Carlos já cumpriu mandato após ser eleito em 1998.



22 OUT 2011

IMPACTO PARANÁ



Miguel Kfoury Neto, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, entusiasmado com o projeto de instalação de um sistema de monitoramento à distância com câmeras de vídeo em 156 fóruns de nosso estado. O objetivo é garantir maior segurança nestes locais onde as imagens serão transmitidas por cabos de fibra ótica a uma central em Curitiba. Na atualidade apenas 26 fóruns do estado contam com a vigilância da Polícia Militar, o que, convenhamos, é muito pouco.

22 OUT 2011

IMPACTO PARANÁ

PSC manifesta apoio à ministra Eliana Calmon

"Eu reprovo a nota de repúdio do STF às palavras da corregedora, que apenas relatou um fato", disse o líder da bancada na Câmara Federal, Ratinho Junior

O Partido Social Cristão lamenta a forma como o Judiciário agiu em relação aos comentários da corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon. O partido acredita que as palavras da ministra basearam-se em sua experiência na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde teve oportunidade de investigar e punir magistrados que não tinham compromisso com a responsabilidade e ética peculiares aos eminentes cargos que exercem. Para o líder do PSC na Câmara, deputado Ratinho Junior, "não houve necessidade de retratação, nesse caso. Eu reprovo a nota de repúdio do STF às palavras da corregedora, que apenas relatou um fato".

Em entrevista sobre a ação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que pretende limitar os poderes do CNJ, Eliana Calmon falou que esse "era o primeiro caminho para a impunidade da magistratura" pois havia problemas de "infiltração de bandidos que estão escondidos atrás da toga". Atualmente,



Ratinho Junior

te, o Conselho é um órgão de controle externo do Judiciário, composto prioritariamente por juízes, estes têm competência de investigar e punir os próprios magistrados. Em seis anos, foram punidos pelo órgão cerca de 50 magistrados. Antes da criação do CNJ, essa competência era apenas das corregedorias dos tribunais, mas não havia a transparência que há hoje nos processos.

No dia 27 de setembro, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Ce-

zar Peluso, leu, no plenário do Conselho, uma nota, assinada por ele e mais 11 conselheiros, repudiando as declarações de Eliana Calmon. De acordo com o texto, foram feitas "acusações levianas", de "forma generalizada" e que "ofendem a idoneidade e dignidade de todos os magistrados do Poder Judiciário". Para o deputado Ratinho Junior, essa foi uma reação corporativista do Judiciário e que não deve intimidar o trabalho realizado pela corregedora. (Assessoria)

FOLHA DE LONDRINA

Desembargador do Paraná disputa vaga no STJ 4 OUT 2011

Paraná pode ganhar representante no STJ

Néfi Cordeiro está na lista tríplice enviada à presidente Dilma; desembargador federal é autor da polêmica decisão que anulou provas da Operação Dallas

Curitiba - O Paraná pode ter o seu primeiro representante no atual grupo de 33 ministros que compõem o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Dos nomes indicados numa lista tríplice encaminhada à presidente Dilma Rousseff (PT) no final de setembro, dois são paranaenses: Néfi Cordeiro, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), e Suzana de Camargo Gomes, do TRF da 3ª Região (TRF3). Embora a magistrada Suzana também seja do Paraná, os deputados estaduais e o governador do Estado Beto Richa (PSDB) já anunciaram apoio oficial à indicação do desembargador federal Néfi Cordeiro, já que o Paraná integra o TRF4, com sede em Porto Alegre (RS). A terceira da lista é a juíza Assusete Dumont Reis Magalhães, do TRF da 1ª Região (TRF1).

Autor da polêmica decisão que anulou as provas obtidas pela Operação Dallas - deflagrada pela Polícia

Federal no início do ano para investigar desvio de cargas e de recursos do Porto de Paranaguá - Néfi Cordeiro se destacou, durante toda a sua carreira, por atuar na área criminal. No caso da Operação Dallas, o argumento utilizado por Cordeiro para a anulação foi que a determinação para que as provas fossem reunidas por meio de escutas telefônicas não partiu da vara especializada em crimes contra o sistema financeiro, como deveria, mas sim da Vara Federal Criminal de Paranaguá.

Mas, independente do caso específico, no qual se priorizou a questão das competências das varas, Cordeiro revela, em entrevista à FOLHA, que também se posiciona contra o uso de grampos telefônicos nas investigações. "Se a Justiça precisa ser feita, isso também tem que valer durante a fase de investigação. Temos leis que preveem com muito rigor como podem ser feitas as pro-

vas. Se a lei não é cumprida, o processo não pode ter valor", afirma ele, que compara a utilização de escutas a torturas. "É como se estivessemos usando de tortura, que seria excelente meio de descobrir coisas, mas que tampouco pode ter valor. Não se pode investigar crimes praticando ilicitudes", opina o magistrado.

Questionado sobre outra polêmica, a crise no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que pode ter seu papel de investigar magistrados reduzido a pedido da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Cordeiro sai em defesa do CNJ. "Embora os juízes estejam vinculados diretamente aos seus respectivos tribunais, não se pode retirar a possibilidade de controle externo pelo CNJ, que precisa, sim, ter competência disciplinar paralelamente aos tribunais", diz.

CONTINUA

Dos 33 ministros, sete são da região Sul

CONTINUAÇÃO

Em relação ao aumento salarial da categoria - uma vez que os juízes federais, com salário médio de R\$ 20 mil, têm se mobilizado para o reajuste - Cordeiro preferiu ficar no meio termo. "Juizes são pessoas que se preparam e se esforçam muito para chegar nessa função, mas é claro que essa é uma discussão sempre interessante porque é a busca de uma remuneração justa em uma sociedade com muitos gastos", respondeu.

Sobre a segurança dos juizes, tema que ganhou espaço depois da morte da juíza Patrícia Acioli, no Rio de Janeiro, Cordeiro comentou que as decisões de colegiado, e não de apenas um magistrado, podem amenizar os riscos. "Cada vez mais os juizes passam a julgar fatos praticados por organizações criminosas e que não têm receio de atemorizar qualquer pessoa. É uma preocupação, mas temos medidas que começam a ser feitas, como a decisão em colegiado, para que a responsabilidade não fique apenas com um único juiz, garantindo esse apoio".

Entre os desafios do STJ para os próximos anos, Cordeiro destacou a agilidade na tramitação dos processos. "O grande drama do Judiciário é a morosidade, a demora para o julgamento. O STJ tem grande responsabilidade nisso porque a sua forma de interpretação vai dizer aos tribunais de todo o País como as leis devem ser aplicadas, fazendo correr os processos mais rápido", avalia.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é composto por, no mínimo, 33 ministros nomeados pelo presidente da República, após passar por aprovação no Senado Federal. Entre os atuais ministros do STJ, não há nenhum do Paraná. Dos sete representantes da região Sul, quatro são do Rio Grande do Sul - incluindo o presidente, Ari Pargendler - e três são de Santa Catarina. A maior representatividade se concentra nas regiões Sudeste (com 11 ministros, sendo cinco de São Paulo, três do Rio de Janeiro e três de Minas Gerais) e Nordeste (com dez ministros, sendo três da Bahia, três do Ceará, dois de Pernambuco, um da Paraíba e um de Alagoas). Há, ainda, um representante do Norte e outro do Centro-Oeste, além de um ministro naturalizado brasileiro, o vice-presidente do STJ Felix Fischer. Outros dois são ministros convocados (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul).

Segundo o artigo 104 da Constituição Federal, os cargos de ministros do STJ devem ser preenchidos por brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de "notável saber jurídico e reputação ilibada". A Constituição determina ainda que um terço dos ministros do STJ deve ser escolhido entre membros dos tribunais regionais federais, um terço entre os desembargadores dos tribunais de Justiça dos Estados e um terço, em partes iguais, entre os advogados e integrantes do Minis-

tério Público.

A indicação dos nomes a serem escolhidos é feita pelo plenário do STJ, em sistema de lista tríplice que apresenta os candidatos de acordo com a ordem decrescente dos votos obtidos. A vaga disponível está ociosa por causa da aposentadoria do ministro Aldir Passarinho Junior. Para a indicação na lista tríplice, Néfi Cordeiro obteve 25 votos e Assusete Magalhães 20 votos. Suzana de Camargo Gomes conseguiu 15 votos.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2011

Candidato é tio de deputado estadual

Natural de Curitiba, Néfi Cordeiro é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e engenheiro civil, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Possui mestrado em Direito Público e doutorado em Direito das Relações Sociais, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Antes de ingressar na magistratura, foi promotor de Justiça no Paraná, de 1989 a 1990. Está no TRF4 desde 2002. Foi coordenador regional dos Juizados Especiais Federais e do Sistema de Conciliação da 4ª Região entre 2007 e 2009. Também integrou o Conselho de Administração do TRF4, como titular, entre junho de 2009 e junho de 2011. Atualmente, preside a 7ª Turma do TRF4, especializada em matéria penal. Néfi também é tio do deputado estadual Marcelo Rangel (PPS). O peesista tem se empenhado

na campanha pela nomeação de desembargador federal.

Já a outra paranaense, Suzana de Camargo Gomes, 55 anos, é natural de Palmas. Formou-se em Direito na UFPR. Possui mestrado em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito de Lisboa, Portugal. Antes de ingressar na carreira de juíza, por concurso público, Suzana Gomes atuou como advogada e foi procuradora do Estado. Atualmente, é corregedora regional do TRF3.

A terceira da lista é a mineira Assúsete Dumont Reis Magalhães, de 62 anos, que desde 1993 integra o TRF1, do qual foi presidente de 2006 a 2008. A reportagem entrou em contato com o TRF1 e com o TRF3 para entrevistar as duas magistradas sobre a indicação à vaga, mas elas estavam viajando e não retornaram até o fechamento desta edição.



Néfi é contra grampos telefônicos nas investigações: "É como se estivéssemos usando de tortura"

23 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

Defensoria vai levantar
situação da população carcerária

DIREITOS IGUAIS

'Ideia é levar a defensoria para todo canto do Estado'



ENTREVISTA

Jostane Fruct Bettini Lupion
Chefe da Defensoria Pública do PR

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Uma das primeiras ações
é um levantamento da
situação jurídica da
população carcerária

23 OUT 2011

**Em várias situações os
detentos cumprem a pena
sem serem transferidos
para uma penitenciária.**

Curitiba - Depois de 20 anos o Paraná oficialmente tem a sua Defensoria Pública. Até maio o Estado era um dos dois únicos, junto com Santa Catarina, que ainda não contava com o órgão na forma que exige a Constituição Federal.

Durante o período em que o órgão esteve vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, os defensores ficaram de "mãos atadas", segundo Josiane Fruet Bettini Lupion, primeira defensora pública geral do Paraná. Sem recursos nem estrutura, o atendimento era restrito a Curitiba. Além disso, ressaltou Josiane, faltou vontade política de oficializar o órgão e, com isso, a população carente ficou esquecida por todo esse tempo.

Nomeada pelo governador Beto Richa (PSDB), Josiane atua há 28 anos como advogada de carreira do Poder Executivo estadual. Ela participou da elaboração do projeto da Defensoria Pública do Paraná, aprovado na Assembleia Legislativa e sancionado no dia 19 de maio.

Este ano foi oficializada a criação da Defensoria Pública do Paraná. Qual a expectativa para atuação do órgão que antes era vinculado à Secretaria de Justiça do Estado, mas que agora adquiriu sua autonomia?

**Somente são
atendidas
pessoas que
recebem
até três
salários
mínimos.**

A expectativa é de que efetivamente o povo carente paranaense, que não tem condição de pagar um advogado, tenha onde recorrer para reaver seus direitos, que eles sejam cumpridos de forma total.

Por 20 anos o Paraná não teve oficialmente uma Defensoria Pública. Como será desenvolvido o trabalho para recuperar o tempo perdido?

Sempre disse que faltava vontade política. Os outros governantes tiveram a oportunidade de resolver o problema, mas não o fizeram. Ficamos ao longo desses 20 anos aguardando que se regulamentasse o órgão, que se estruturasse a defensoria, e que fosse cumprida a Constituição Federal na íntegra, de ofertar Justiça gratuita e integral em todos os seus recursos para os cidadãos carentes.

Então é triste e lamentável que isso não tenha sido oficializado naquela época. Ficamos de mãos atadas, sem poder prestar atendimento integral a esse povo carente.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

23 OUT 2011

CONTINUAÇÃO

Não pudemos atender nem mesmo a Região Metropolitana de Curitiba nesses anos todos, ficando restrito a Curitiba em razão da estrutura ser muito precária. Mas agora, com a abertura do concurso público previsto para o início de 2012, a ideia é efetivamente levar para todo o canto deste Estado a Defensoria Pública, indicando para a população de cada município qual é a realidade do órgão, quais serviços ela oferece.

Não é somente na área jurídica, mas também na área social e psicológica. Muitas vezes a população carente não sabe a quem recorrer porque está desinformada, e agora o órgão faz esse papel.

Já existe algum projeto pronto de como vai funcionar a estrutura da Defensoria Pública no Estado? Será em todas as comarcas?

Sim, já está previsto na própria Lei Complementar que todas as comarcas terão uma estrutura para que sejam atendidos todos os municípios do Paraná com a assistência judiciária por meio da Defensoria Pública. Nós vamos ofertar esse serviço em todas as áreas do direito de uma forma a utilizar todos os projetos já existentes. Entre eles, em conjunto com o Ministério da Justiça, existe a defensoria itinerante, os núcleos de atendimento especializado do idoso, do adolescente infrator, da criança em situação de risco, da

violência doméstica. Então utilizando esse outro braço, que opera com a Defensoria Pública, temos a condição de atuar no Estado todo.

Qual é o orçamento do governo do Estado destinado ao órgão?

Está previsto algo em torno de R\$ 47 milhões, R\$ 48 milhões para o ano que vem. Será isso mais a ajuda do Ministério da Justiça para que a atuação seja mais abrangente em todos os seus serviços.

Os cargos já existentes na estrutura que era vinculada à Secretaria de Justiça serão realocados para o novo órgão?

A Defensoria nasce como um órgão independente. Então hoje nós temos o auxílio da Secretaria de Justiça, os funcionários que aqui estão são servidores da secretaria. Eles vão nos auxiliar até a efetiva implantação da Defensoria Pública em todo o Estado. Temos também os servidores de apoio que seguram a defensoria ao longo destes anos. Sem eles nós não chegaríamos onde estamos hoje e eles ficarão conosco até a implantação total do órgão em todos os municípios. O órgão ganhará o reforço de 150 assessores jurídicos e dez novos defensores públicos, que atuavam como advogados do Estado e optaram pela carreira na nova defensoria, como previa a lei.

A partir do concurso público, os candidatos mais bem colocados poderão escolher o cargo em que preferem atuar dentro da Defensoria Pública?

Da mesma maneira que nós fizemos teste seletivo para realocar os profissionais do quadro já existente, a classificação no concurso público valerá para o Estado todo. No último dia 13 os advogados aprovados no teste seletivo simplificado escolheram entre 150 vagas de assessor de estabelecimento penal. Estão sendo preenchidas 86 vagas para o sistema penitenciário e 64 para distritos policiais e cadeias públicas. Os profissionais contratados ocuparão cargo em comissão temporário da Defensoria Pública. Esses 150 profissionais vão realizar um levantamento a fim de subsidiar o trabalho dos defensores públicos a serem contratados no início de 2012, por meio do concurso público. O concurso prevê a contratação de 197 defensores públicos do Paraná e 426 profissionais que farão parte da equipe administrativa e de apoio do órgão.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Como se determina qual pessoa pode ser atendida pela Defensoria Pública? Por muitas vezes foram noticiados casos em que cidadãos com condições de pagar advogado recorreram ao atendimento gratuito. Como fazer para evitar que isso ocorra?

23 OUT 2011

Já temos um trabalho de mapeamento realizado em todo o Estado. Normalmente a regra utilizada é que somente são atendidas pessoas que recebem até três salários mínimos. Mas em algumas regiões do Paraná o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é muito pequeno, então nesses locais a avaliação será diferenciada. Nessas regiões o valor de três salários mínimos é diferente se comparado ao de grandes centros urbanos, por exemplo. Tudo será analisado antes. É claro que não podemos deixar de ver todos os casos, então todo esse levantamento é necessário antes de qualquer ação concreta.

Como será o trabalho para verificar a situação de cada preso?

Todos os casos serão analisados, inclusive aqueles em que há pedido para relaxamento da pena. Vai ser feito um levantamento para sabermos a situação de todos os presos do Estado. Em várias situações os detentos ficam nas delegacias e cumprem a pena sem serem transferidos para uma penitenciária. Tem caso de um preso que passou todo o tempo de prisão numa delegacia. Vamos analisar o caso, ver se ele pode arcar ou não com um advogado e, se ficar comprovada a necessidade, a Defensoria Pública vai atuar no caso.

22 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

Decisão do STF e segurança jurídica

Correta a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a cobrança imediata do reajuste do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros importados. O aumento de 30 pontos percentuais na alíquota do tributo foi instituído por decreto presidencial em 15 de setembro e determinava que a cobrança começaria a valer no dia seguinte à publicação. Sob o argumento de proteger a indústria nacional, as regras determinavam a tributação maior para automóveis e caminhões que não tiverem 65% de conteúdo nacional. Só ficaram livres do aumento veículos fabricados na Argentina, no México e, posteriormente, no Uruguai.

Ainda cabe recurso por parte do governo, mas o entendimento é que a decisão dificilmente será revertida, uma vez que os nove ministros votaram da mesma maneira. A decisão garante segurança jurídica ao País. Não se pode mudar as regras no meio do jogo e sem qualquer aviso prévio. Não será desta forma que o Brasil conseguirá manter sua credibilidade no mercado internacional. Outra ques-

tão enfocada pelos ministros do STF é a constitucionalidade da lei. Os ministros a consideraram inconstitucional, uma vez que não foi respeitado o princípio da anterioridade nonagesimal e o da não surpresa, que disciplina que União, Estados, Distrito Federal e Municípios

estão proibidos que cobrar qualquer tributo no mesmo exercício financeiro ou antes de 90 dias da data de publicação da lei.

E, nesse caso, o tema é de grande relevância para toda a sociedade, não somente para montadoras ou consumidores interessados em comprar um veículo importado. A Justiça teve que garantir o cumprimento da Constituição Federal, que não estava sendo respeitada pelo governo. O mínimo a se esperar era de que o Executivo zelasse pela Carta Magna, o que não foi feito. Um governante não pode desrespeitar dessa maneira a Constituição de uma república democrática. Nesse caso, a matéria é de cunho tributário, mas abre precedentes para outros assuntos, talvez mais espinhosos. Um comportamento que não pode se esperar de um governo.

**A Justiça teve
que garantir o
cumprimento
da Constituição
Federal, que não
estava sendo
respeitada pelo
governo**

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

**Deputado acusa a irmã e
cunhado de chantagem**

22 OUT 2011

Uma briga de tradicional família da Bahia por espólio milionário deixou em apuros o deputado federal João Bacelar (PR). Ele acusa a irmã, Lilian, e o cunhado, André Dumet, de chantagem, exigindo já os 12% a que ela tem direito de herança do pai. Segundo Bacelar, Lilian passou a exigir 30% do espólio como forma de silenciar sobre o destino de recursos de suas emendas parlamentares para a própria construtora.

Fantasma

O advogado de João Bacelar também admite "ilações" sobre o fato de a mãe do parlamentar ser funcionária fantasma do seu gabinete.

Sem polícia

O deputado não denunciou a alegada chantagem à polícia. Preferiu contar tudo ao ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) na segunda.

Lá e cá

Em processo no STF, Bacelar é acusado de agressão. Na Justiça baiana, a irmã é ré por ter sacado R\$ 580 mil com uma liminar falsa.

Há Justiça no Brasil

O ministro Celso de Mello (STF) negou habeas corpus a Tiago Mattos, que ajudou a matar João Hélio, 5 anos, em 2007, no Rio. Um carro arrastou o menino por quilômetros. O corpo foi desfeito em pedaços.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Crime em Itaipulândia 1

Dois acusados de envolvimento no assassinato do prefeito de Itaipulândia (Oeste), Vendelino Royer, foram condenados na terça-feira última. Maikon Diogo Bem foi condenado a cumprir três anos por vender ao grupo a arma usada no crime. Nelson de Moura - que teria intermediado a contratação do atirador - deverá cumprir nove anos em regime fechado. De acordo com a Vara Criminal do Fórum de São Miguel do Iguaçú, (Oeste), o julgamento teve quase sete horas de duração. Este foi o terceiro e último julgamento de acusados de envolvimento no assassinato de Royer. O prefeito Vendelino Royer foi morto com quatro tiros, em julho de 2008, quando saía de uma reunião com líderes políticos na área rural de Itaipulândia. Royer levou três tiros no peito, e um na perna, depois de ser abordado por dois homens em uma moto.

Crime em Itaipulândia 2

Um terceiro elemento também foi levado a julgamento. Marcos Soares dos Santos estava indiciado pelo homicídio, mas foi absolvido. Santos teria sido "contratado" para matar o prefeito, mas acabou desistindo da ação. O réu aguardava o julgamento em liberdade. Desde o início das investigações, seis pessoas já foram a julgamento e quatro delas foram condenadas. Entre eles o vice-prefeito na época, Laudair Bruch, apontado como o mandante do crime. Bruch foi condenado e deve cumprir 15 anos de prisão. O autor dos disparos, Tiago Pereira Maciel, teve a pena decretada em 28 anos.

Pedágio **MAZZA**

A cautelar impetrada pelo Movimento contra o Pedágio proibindo Beto Richa de fazer qualquer acordo com as permissionárias não foi contestada pelo governo, apesar da citação judicial na Vara da Fazenda Pública.

Guarda **MAZZA**

Quem precisa de um guarda, já que não há anjos da guarda disponíveis, é o presidente do Legislativo estadual, Valdir Rossoni, que teve um atrito com o jornalista Renato Barrozo no restaurante Vindouro que o levou, inclusive, a fazer numa delegacia de polícia um Boletim de Ocorrência, como esclareceu em entrevista em Foz do Iguaçu. Se cada pessoa que tiver uma razão para atritar-se com Rossoni decidir fazê-lo em função das medidas saneadoras ele precisará de uma guarda pretoriana e daquelas de choque.

Depois que Rossoni foi apanhado em falta grave com a gratificação dobrada perdeu parte do seu acervo moral e precisa rever a "pose" de justiceiro e ser um pouco mais discreto.

22 OUT 2011

BPTran vai assumir fiscalização

Curitiba - Os policiais militares do Batalhão da Polícia de Trânsito (BPTran) serão os únicos responsáveis por fiscalizar e multar no trânsito de Curitiba, até que seja oficialmente criada a Secretaria Municipal de Trânsito, em janeiro de 2012. O órgão também assume a validação das infrações captadas pelos radares e lombadas eletrônicas.

A determinação foi firmada em conjunto entre o governo estadual e a Prefeitura de Curitiba. A informação foi divulgada ontem. Os agentes da Diretoria de Trânsito de Curitiba (Diretran) - que até o momento ainda é vinculada à Urbanização de Curitiba S.A. (- Urbs) - serão responsáveis pela orientação, informação e educação do trânsito.

Além disso, a Urbs continua administrando o sistema de radares e lombadas eletrônicas, mas as autuações só serão emitidas pelo BPTran.

CARTA CAPITAL

Toga suspeita

Já sob o impacto da denúncia da ministra Eliana Calmon, do STF, de que há "bandidos de toga", uma pesquisa de outubro mostra a que ponto chegou a imagem do Judiciário junto à população.

23 OUT 2011

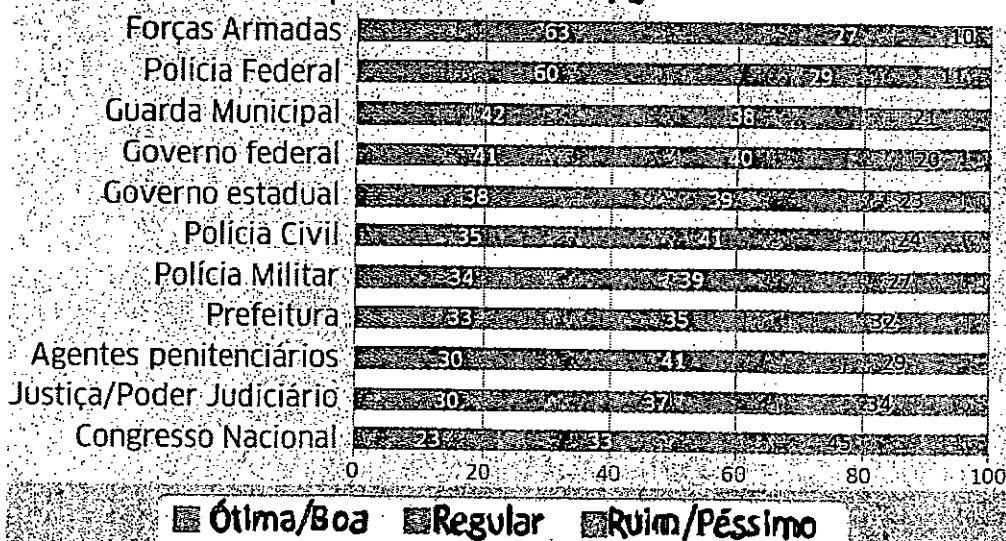
No ranking de 11 instituições avaliadas só o Congresso tem nota pior.

O povo deve ter lá suas razões para confiar mais no guarda (municipal) da esquina (*tabela*).

É de fazer corar a imagem de pedra de Têmis, deusa da justiça.

Justiça em baixa

Porcentual de respostas válidas* (%)



Porcentuais foram recalculados, excluindo-se as opções "não se aplica" e "não sabe não conhece" e aqueles que não responderam.

Fonte: Ibope

24 OUT 2011

METRO

33 mil crianças têm autorização da Justiça para trabalhar

Mais de 33 mil crianças e adolescentes menores de 16 anos receberam autorizações de juízes e promotores para trabalhar em todo o Brasil, entre 2005 e o ano passado, de acordo com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

São 15 autorizações diárias, que contrariam o que prevê a Constituição Federal e permitem que menores trabalhem em diversos setores, que vão de lixões a atividades artísticas. São Paulo e Minas Gerais são os Estados com mais permissões. Foram 11.295 concedidas pela Justiça paulista e, 3.345, pela mineira.

Segundo o coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes, Rafael Dias Marques, a maior parte das autorizações tem como justificativa o fato de que os menores, na maior parte das vezes de famílias carentes, precisam trabalhar para ajudar os pais a se manter economicamente. ●METRO

15

autorizações por dia são emitidas. São Paulo e Minas Gerais têm mais permissões. O trabalho vai de lixões a atividades culturais.

24 OUT 2011

GAZETA DO POVO

ILEGALIDADE

Justiça autoriza trabalho infantil em lixão

Juízes e promotores de justiça de todo país concederam, entre 2005 e 2010, 33.173 autorizações de trabalho para crianças e adolescentes menores de 16 anos, contrariando o que prevê a Constituição Federal. O número, fornecido à Agência Brasil pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), equivale a mais de 15 autorizações judiciais diárias para que crianças e adolescentes trabalhem nos mais diversos setores, de lixões a atividades artísticas. O texto constitucional proíbe que menores de 16 anos sejam contratados para qualquer trabalho, exceto como aprendiz, a partir de 14 anos.

Segundo o chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do MTE, Luiz Henrique Ramos Lopes, embora a maioria dos despachos judiciais permita a adolescentes de 14 e 15 anos trabalhar, a quantidade de autorizações envolvendo crianças mais novas também é "assustadora". Foram 131 para crianças de 10 anos; 350 para as de 11 anos, 563 para as de 12 e 676 para as de 13 anos.

GAZETA DO POVO

24 OUT 2011

Apenas capital

46%

dos brasileiros se mostram a favor da pena de morte, segundo pesquisa CNI-Ibope. Mas a porcentagem dos que são "totalmente a favor" cai para 31%, enquanto 34% diz que é "totalmente contra". Por outro lado, ainda segundo a mesma pesquisa, 65% dos brasileiros concordam com a proibição da venda de bebidas alcoólicas depois da meia-noite.

Justiça proíbe uso de cães em experiências

A Justiça determinou na última quarta-feira o fim do uso de cães e outros animais em procedimentos clínicos e cirúrgicos por pesquisadores do curso de Odontologia da Universidade Estadual de Maringá. A decisão do juiz Siladelfo Rodrigues da Silva, da 5.ª Vara Cível de Maringá, teve como base uma ação do Ministério Público que denunciava condições precárias de higiene e experimentos dolorosos a que os animais eram submetidos. Em caso de descumprimento da determinação, está prevista multa diária de R\$ 5 mil.

Eleições biométricas 1

Pela primeira vez temos um serviço público ágil e eficiente, inclusive com a possibilidade de agendamento via internet, e que certamente teve um custo elevado, pago com dinheiro do contribuinte. Caso o voto biométrico seja cancelado, eu me sentirei lesada, enganada, pois mudaram meu local de votação mesmo contra a minha vontade. Aqueles que não se recadastrarem que assumam as consequências.

Valéria Edith Gardai Colodet

Eleições biométricas 2

Se alguém resolver criar um sistema que identifique o eleitor pelo exame da íris, o TRE vai recadastrar toda a população outra vez? Isso é absurdo e inconstitucional!

Igor Dutra dos Santos

Eleições biométricas 3

Percebo que um grande obstáculo para esse cadastramento biométrico é a exigência de comprovante de residência. Se refletirmos melhor, perceberemos que não seria necessário, pois trata-se de uma renovação de um título já existente, não importando se o eleitor não mora em Curitiba. Pois ao cidadão curitibano pertence o direito de, mesmo não morando atualmente na cidade, eleger seu prefeito e vereadores.

Edy Ferreira Galarce

GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER 24 OUT 2011

Novo aviso prévio

No último dia 11, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.506, que criou um novo prazo para o aviso prévio. Depois de 23 anos da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, nosso Congresso Nacional acabou aprovando a nova lei, estabelecendo um prazo variável de aviso prévio, "proporcional ao tempo de serviço". É importante entender as razões que levaram o país à criação de uma nova regra a respeito do prazo do aviso prévio, quando da rescisão imotivada do contrato de trabalho.

Na Constituição Federal de 1988, foi decidido que o aviso prévio deveria ser "proporcional ao tempo de serviço", ou seja, quanto maior o tempo do contrato de trabalho, maior a duração do aviso prévio. Como dissemos, este não é um conceito criado pela lei recém-aprovada, pois isto já estava previsto no Art. 7.º, inciso XXI da Carta Magna, que assim estabelece como direito do trabalhador: "Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei". Portanto, nossos congressistas apenas criaram uma lei para regulamentar um direito já conferido aos trabalhadores desde 1988, quando da promulgação da Constituição Federal.

Importante também destacar que a lei foi criada "antes que o Judiciário o fizesse", pois o Supremo Tribunal Federal já estava acenando com a possibilidade de passar a deferir tal direito aos trabalhadores, diante da inércia dos parlamentares, uma vez que tal prerrogativa já tinha previsão constitucional. Assim, pressionados pelo Judiciário e dando cumprimento à Constituição, enfim os parlamentares criaram a lei e a presidente a sancionou.

Pela nova regra, o aviso prévio, antes de 30 dias, agora será acrescido de três dias para cada ano trabalhado (depois do primeiro completo), até o limite de 90 dias. Porém, lamenta-se que tenhamos

esperado tanto tempo por esta lei e, após sua aprovação, em vez da mesma trazer esclarecimentos, já surgiram inúmeras dúvidas, que por certo caberá ao Judiciário resolver.

A primeira grande dúvida é a seguinte: pelo Art. 487 da CLT, o aviso prévio é um direito e uma obrigação recíproca, isto é, quem der iniciativa à rescisão, deve dar o aviso prévio à outra parte; logo, tanto a empresa quanto o trabalhador, quando desejarem rescindir o contrato de trabalho sem justa causa, devem pré-avisar a outra parte com 30 dias de antecedência. Com a ampliação do prazo do aviso prévio, caberá ao empregado também observar o novo prazo ampliado, ou seja, ele também deverá pré-avisar o empregador com 40 ou 60 dias de antecedência? Alguns juristas já se manifestaram dizendo que sim, pois a lei nova apenas se limita a dizer que o prazo da CLT está ampliado, sem esclarecer ou isentar os trabalhadores de dar cumprimento ao mesmo; para outros, na medida em que esta lei visa regulamentar o artigo 7.º da Constituição, que trata em seu "caput" dos Direitos dos Trabalhadores, a ampliação veio apenas em benefício dos empregados e, portanto, apenas as empresas estão obrigadas a dar aviso prévio com o prazo ampliado.

Além dessa discussão, já instalada, também há muita dúvida quanto à questão do trabalho, se o aviso prévio for cumprido e não indenizado. Determina a Lei — Art. 488 da CLT — que no curso do aviso prévio, quando dado pela empresa, o empregado tem direito a trabalhar "duas horas a menos por dia ou a sete dias corridos", a seu critério. Com a nova lei, se o aviso prévio tem a duração de 39 dias, pro exemplo, quantos dias corridos o empregado poderá trabalhar a menos? Os mesmos sete ou se fará uma tabela de proporcionalidade? Será que poderemos criar "tabelas de proporcionalidade" não havendo previsão legal para tanto?

Aprovada a lei e sancionada pela presidente, esta tem aplicação imediata, isto é, na data da sua publicação, segundo constou do próprio texto legal. Porém, desde já alguns entendimentos sustentam sua aplicação de forma retroativa, de maneira a beneficiar trabalhadores que tinham rescindido seus contratos, mas cuja projeção do aviso prévio ultrapassasse a data de início de vigência da lei nova. Entendemos que a lei nova, por princípio de direito e por norma expressa em nosso ordenamento jurídico, tem que respeitar o ato jurídico perfeito, isto é, aquele celebrado em conformidade com a legislação vigente à época da sua realização. Porém, esta é mais uma questão que irá assolar nossos tribunais.

Com o devido respeito dos nossos congressistas, essas questões polêmicas e dúbias poderiam e deveriam vir esclarecidas na lei nova, pois tivemos 23 anos para criá-la. Porém, para "compensar" a inércia, nosso Congresso parece ter aprovado uma lei às pressas, sem a devida cautela e sem abordar questões relevantes que já estão dificultando o dia a dia das empresas e dos trabalhadores, que neste momento já se deparam com poucas certezas e muitas dúvidas a respeito do novo aviso prévio.

De todo modo, os novos prazos estão em vigor e é evidente que, no geral, vieram para beneficiar a classe trabalhadora. Espera-se que não demorem outros 23 anos para termos respostas às dúvidas que a nova lei gerou.

Colaboração: Luís Cesar Esmanhotto,
Esmanhotto & Advogados Associados,
escritório associado à G.A. Hauer &
Advogados Associados. e-mail: geroldo@
gahauer.com.br

24 OUT 2011

GAZETA DO POVO

MISSA DE 30 DIAS

A família de:

**OSVALDO
HOFFMANN**

Convida parentes e amigos para a Missa de 30 Dias
a ser celebrada dia 24/10/2011 (segunda-feira),
as 18:00 na Igreja Santa Therezinha,
Visconde de Guarapuava, 4787.

23 OUT 2011

JUSTIÇA GAZETA DO POVO
Pelo menos 120

**ações pedem valor
de multas de volta**

Facilidade para entrar com processo deve-se ao fato de juizados aceitarem causas de até 40 salários sem a necessidade de advogado

¶ Pelo menos 120 ações foram impetradas no Juizado Especial da Fazenda Pública requerendo o cancelamento de pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e a devolução do dinheiro das multas aplicadas pela Urbanização de Curitiba S/A (Urbs) desde 28 de setembro, data da decisão do Tribunal de Justiça (TJ-PR) que proibiu a autarquia de autuar motoristas. Conforme o TJ-PR, os números são imprecisos porque há grande busca por informações e protocolos de teor semelhante. A facilidade para propor processos se deve ao fato de os juizados especiais aceitarem causas de até 40 salários mínimos sem a necessidade de advogado.

Sócio do escritório Macedo Ramos — Zappa & Peluso, o advogado Eduardo Ramos Caron Tesseroli abriu cinco ações contra a Urbs pedindo a nulidade das multas aplicadas. "Todo o valor pago nas multas é ilegal. Estou pedindo a devolução do dinheiro", afirma. Embora o valor das infrações não seja absorvido na totalidade pelo órgão de trânsito (5% se destina ao Fundo Nacional de Trânsito), Tesseroli alega que, no aspecto jurídico, a devolução do dinheiro é possível. "Não só

possível como devido. Se o ato que fundamentou a cobrança é ilegal, a cobrança também é", avalia.

O advogado Reginaldo Koga, que entrou com processo particular e move ações de outros clientes contra a Urbs, tem opinião semelhante: um ato nulo não pode gerar efeito. Na avaliação de Koga, a Urbs é obrigada a ressarcir os valores e, posteriormente, buscar a compensação com os demais órgãos que receberam os recursos. "Aquele que não tem legitimidade para receber o valor deve restituir para o usuário e buscar a compensação mais tarde", defende. Procurada pela reportagem, a Urbs manteve o posicionamento de não se pronunciar sobre o assunto.

Koga ressalta que a não-devolução do dinheiro pode abrir um precedente jurídico perigoso. "Se o poder judiciário não determinar a restituição dos valores, cria-se o risco de que outros órgãos da administração pública usem desse subterfúgio para arrecadar e depois criar resistência na devolução", diz.

Danos Inestimáveis

As consequências dessa enxurrada de ações são "inestimáveis", na opinião do presidente da Comissão de Trânsito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Marcelo Araújo. Na avaliação dele, a devolução dos valores das multas é um problema pequeno se comparado à possibilidade de processos por danos morais e materiais. "Se trouxer abalos materiais demonstráveis, há necessidade de comprovação. Mas, quando entra em discussão de caráter moral, não há como dimensionar o valor da causa, pois é decidido pelo juiz", afirma.

Justiça já recebeu 120 ações contra multas da Urbs

¶ Ao menos 120 ações foram ajuizadas em Curitiba desde que o Tribunal de Justiça proibiu a Urbs de aplicar multas de trânsito. Por ora, os motoristas reivindicam o cancelamento de pontos na carteira e a devolução dos valores. Mas há quem ameace entrar com ação por danos morais.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 OUT 2011

PREJUDICADA

Profissional liberal promete pedir danos morais

A profissional liberal Daniele Camargo já está na Justiça para conseguir o ressarcimento dos valores das multas recebidas. No entanto, ela promete ingressar com outra ação por reparação de danos morais, assim que houver decisão sobre o seu primeiro pedido. "No meu caso, algumas infrações de 2008 provocaram a suspensão da CNH em 2011. Quando fui renovar a carteira, acabei sendo obrigada a fazer a reciclagem", conta. Daniele garante que ficou mais de um mês sem dirigir e, no período, acabou usando táxis para se deslocar e pagando taxas (como a do curso do Detran) em razão das multas aplicadas pela Urbs. "Ainda não decidi o valor que vou pedir, mas sou uma profissional liberal e dependo 100% do carro. Acabei me privando de algumas atividades por não estar com o veículo, o que causou um transtorno muito grande", diz.

23 OUT 2011

GAZETA DO POVO

Paraná terá

mapeamento

on-line de crimes

Ferramenta

desenvolvida pelo GRPCom permitirá que cidadãos ajudem a tornar públicos os lugares onde a criminalidade está concentrada

Uma nova ferramenta na internet para aumentar a transparência das informações de crimes no Paraná será lançada, neste domingo, no site da campanha "Paz Sem Voz é Medo", do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom). O Mapa do Crime (www.pazsemvozemedo.com.br/mapadocrime) será um instrumento que possibilita que o cidadão registre delitos, com a intenção de deixar os dados sobre a violência cada vez mais próximos da realidade.

O instrumento foi inspirado no sucesso de plataformas como o site "Wikicrimes", o "New York City Homicides Map" e o "Spotcrime", criados todos com o mesmo objetivo. Segundo uma das desenvolvedoras da nova ferramenta, a designer Tatiane Campos, os usuários poderão cadastrar, a cidade e o endereço onde o crime ocorreu no Paraná. "A pessoa terá a navegação livre", afirma.

De acordo com ela, o usuário precisará apenas preencher um cadastro rápido. "Nos termos de uso estará claro que as informações pessoais do cidadão não serão abertas ou divulgadas em nenhum momento", explica.

A ideia do Mapa do Crime é que as informações atinjam um alto grau de credibilidade. Por isso, a vítima poderá indicar pessoas que tenham presenciado o crime ou que conheçam o fato para confirmar as informações postadas. Essas pessoas receberão um e-mail para confirmação das informações. Todos os casos estarão registrados em um mapa, onde os locais de crime receberão pontos coloridos, indicando quais crimes ocorreram. Será possível registrar os crimes de agressão, homicídio, furto, roubo e tráfico de drogas.

Em um segundo momento, cerca de 15 dias depois do lançamento da ferramenta, o site vai filtrar informações com mais ou menos credibilidade, separando-as com selos diferentes. Essas marcas serão os carimbos de confiabilidade das informações cadastradas.

Wikicrimes

O Mapa do Crime não é a primeira ferramenta de colaboração em massa no país. Desde sua criação, em 2008, o site Wikicrimes (wikicrimes.org) já registrou milhares de delitos no Brasil inteiro. A ferramenta tem acesso livre e foi criada também para aumentar a transparência dos dados da violência no país. Idealizado pelo doutor em inteligência artificial Vasco Furtado, professor da Universidade de Fortaleza, o site busca diminuir o número de subnotificações de crimes. De acordo com Furtado, o número de delitos não notificados é muito grande no país e a ferramenta possibilita o registro sem incômodo. "Os dados oficiais podem não condizer com a realidade. E uma forma de resolver isso é simplificar a vida das pessoas", afirma.

A ferramenta tem ainda outro objetivo. Segundo o professor, as pessoas podem utilizá-la como um serviço, recebendo e-mails sobre determinadas regiões para saber que caminho é mais seguro tomar em determinadas horas. O conteúdo pode ser acessado, inclusive, por dispositivos móveis.

O maior desafio para o Wikicrimes é ainda a credibilidade da informação. Apesar disso, Furtado lembra que o número de pessoas com má intenção no registro de crimes, certamente, é menor do que o de subnotificações. No Wikicrimes, o processo também engloba e-mails para testemunhas, para tentar aumentar a confiabilidade. O grupo de pesquisa da universidade, coordenado por Furtado, também trabalha arduamente para confirmar as informações com órgãos oficiais. Segundo ele, o site ainda compila as informações oficiais das secretarias estaduais de Segurança Pública.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

COBERTURA VIRTUAL

23 OUT 2011

O Mapa do Crime possibilitará o registro on-line de todos os crimes ocorridos no Paraná, aumentando a transparência das informações sobre violência no estado.

- 1** Antes de registrar o crime, o usuário deve fazer um cadastro simples com nome completo e e-mail. Para concluir o registro, deve concordar com os termos de uso.
- 2** Depois do cadastro, na janela lateral, o usuário seleciona o tipo de crime, abordagem, local e endereço. Para definir o endereço, é possível arrastar o marcador no mapa.
- 3** Na segunda tela, o usuário pode dar mais detalhes: data, horário em que o delito ocorreu e número do boletim de ocorrência, além de explicar o caso com mais detalhes.
- 4** Em seguida, pode indicar dois e-mails de testemunhas que confirmarão o episódio narrado.

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Eleição biométrica 23 OUT 2011

Eu fiz o cadastramento biométrico e fui avisada que quem não fizesse até a data marcada, teria seu título cancelado. Acho que deve ser cumprido o combinado, pois o que adianta algumas pessoas seguirem as regras se o restante não cumpre e também não recebe punição?

Rita de Cassia

EVENTO

IX COLAD - Convenção Latino-Americana de Direito

- DATA: de 27 a 29 de outubro (manhã, tarde e noite).
- PÚBLICO-ALVO: para profissionais e acadêmicos.
- LOCAL: sede da Justiça Federal do Paraná. Av. Anita Garibaldi, 888 - Ahú - auditório.
- INFORMAÇÕES: (41) 3049-4356 ou www.colad2011.com

Parapensar...

NOTA POLÍTICA

"É o próprio Estado fazendo greve, o que é uma contradição em termos."

Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal, sobre a "operação padrão" dos juizes federais.

DURIL CARNASCIALI

LUCIANA SPONHOLZE JOSÉ ROBERTO PENGO CASAM-
SE NO DIA 28 DE OUTUBRO, na Igreja Santo Agostinho,
recepcionando os convidados no Salão Azul do Clube
Curitiba. A noiva é filha de Lucia Helena (Bottmann) e
Otto Sponholz e o noivo de Sonia Maria (Salmazo) e José
Roberto Pengo.

GAZETA DO POVO

HOMICÍDIO

23 OUT 2011

Médicos condenados voltam a trabalhar

Após receber sentença de 17 anos e seis meses de prisão por homicídio doloso (intencional), na última quinta-feira, o urologista Rui Noronha Sacramento retornou ao seu consultório em Taubaté, a 140 km de São Paulo. Condenado pela retirada dos rins de quatro pacientes sem a devida comprovação de morte encefálica, em 1986, ele voltou a atender alguns pacientes. Sacramento e os outros dois médicos também julgados e condenados no caso, o nefrologista Pedro Henrique Torrecillas e o neurocirurgião Mariano Fiore Júnior, vão poder continuar exercendo a medicina normalmente.

Os três vão recorrer da decisão em liberdade. A condenação na esfera criminal não repercutiu nos processos nos conselhos de ética médica: os médicos continuaram exercendo a profissão por terem sido absolvidos pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) e pelo do Conselho Federal de Medicina (CFM). "O caso já transitou em julgado. Eles continuam sendo médicos e podem exercer a medicina até mesmo na prisão", diz Renato Azevedo Júnior, presidente do Cremesp.

Em 1988, o trio foi punido com uma censura pública pelo Cremesp, pena mais branda em comparação com a suspensão e a cassação do diploma. Os médicos recorreram e foram absolvidos pelo Conselho Federal de Medicina, em 2003.

O caso

Os três foram acusados de ter retirado os rins de quatro pacientes ainda vivos para usá-los em transplantes particulares em Taubaté. Um quarto médico, Antônio Aurélio de Carvalho Monteiro, também denunciado pelo Ministério Público Estadual (MPE), morreu no ano passado. O júri que condenou os réus, formado por quatro mulheres e três homens, começou na última segunda-feira e terminou por volta das 21h30 de quinta.

De acordo com o MPE, os crimes foram cometidos no Hospital Santa Isabel das Clínicas, entre setembro e dezembro de 1986. Os médicos simulavam que os pacientes tinham sido vítimas de lesões cerebrais para retirar os órgãos. As investigações sobre o caso foram iniciadas após denúncias do diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Taubaté na época, o médico Roosevelt Sá Kalume.

23 OUT 2011

GAZETA DO POVO

JOÃO UBALDO RIBEIRO

O crime compensa

Distinto leitor, encantadora leitora, ponham-se na pele de quem tem de escrever toda semana. Não me refiro à obrigação de produzir um texto periodicamente, sem falhar. Às vezes, como tudo na vida, é um pouquinho chato, mas quem tem experiência tira isso de letra, há truques e macetes aprendidos informalmente ao longo dos anos e o macaco velho não se aperta. O chato mesmo, na minha opinião, é o "gancho", o pé que o texto tem de manter na realidade que o circunda. Claro, nada impede que se escreva algo inteiramente fantasioso ou delirante, mas o habitual é que o artigo ou crônica seja suscitado pelo cotidiano, alguma coisa que esteja acontecendo ou despertando interesse.

Pois é. Hoje, outra vez, qual é o gancho? Quer se leia o jornal, quer se converse na esquina, só se fala em ladroagem. Roubalheiras generalizadas, desvios, comissões, propinas. Rouba-se tudo, em toda parte. Roubam-se recursos do governo na União, nos estados e nos municípios. Roubam-se doativos humanitários e verbas emergenciais destinadas a socorrer flagelados. Rouba-se material, rouba-se combustível, rouba-se o que é possível roubar. Qual é, então, o gancho? Só pode ser a ladroagem. Não há outro, pelo menos que eu veja. É o tema do dia, não adianta querer escolher outro, ele se impõe.

Hoje creio que não há um só brasileiro ou brasileira (de vez em quando eu acerto no uso desta nova regra de distinguir os gêneros) que não tenha a convicção de que pelo menos a maior parte dos governantes, nos três poderes, é constituída de privilegiados abusivos e larápios, no sentido mais lato que o termo possa ter. Já nos acostumamos, faz parte do nosso dia a dia, ninguém se espanta mais com nada, qualquer mirabolância delinquente pode ser verdade. E

também já nos acostumamos a que não aconteça nada aos gáttanos. Não só permanecem soltos, como devem continuar ricos com o dinheiro furtado, porque não há muita notícia de devoluções.

Ou seja, por mais que alguma autoridade nos diga expressamente o contrário, usando um juridiquês duvidoso e estatísticas entortadas, a verdade é que, no Brasil, o crime compensa. Presumo que até os assaltantes pés de chinelo tenham pelo menos a vaga percepção de que todos os poderosos roubam e, portanto, fica mais uma vez comprovado que quem não rouba é otário. Às vezes, chega a parecer que existe uma central programadora de falcatruas, pois a engenhosidade dos ladrões não tem limites e, hoje, analisas somente os golpes dados em um ou dois ministérios requereria um profissional especializado, com anos de estudo e experiência. É criado um órgão ou despesa, aparece logo uma quadrilha dedicada a furtar desse órgão ou abiscoitar essa despesa. Suspeitamos de tudo, de obras públicas a loterias, da polícia aos tribunais. Contamos nos dedos os governantes, em qualquer dos três poderes, em que ainda acreditamos que podemos confiar — e é crescente a descrença neles, bem como o cinismo e a apatia diante de uma situação que parece insolúvel e da qual, como quem cumpre uma sina má, jamais nos desvencilharemos.

Não seria de todo descabida a afirmação de que somos uma sociedade sem lei. Sob certos aspectos, somos mesmo, porque as nossas leis não têm dentes, não mordem ninguém. Mesmo na hipótese de um assassinato ser esclarecido, o que está longe da regra, estamos fartos de ver homicidas ficarem praticamente impunes por força de uma labiríntica e deploravelmente formalista rede de recursos, firulas jurídicas e penas brevíssimas. A possibilidade, mesmo confesso, um homicida jamais ser de fato punido, a não ser muito levemente, é con-

cretizada todo dia. Aqui matar é cada vez mais trivial e muitos assaltantes atiram pelo prazer de atirar, matam pelo gosto de matar.

Não sei em que outro país do mundo o sujeito entra numa delegacia policial levando o cadáver da vítima, mostrando a arma do crime e confessando sua autoria, para ser posto em liberdade logo em seguida, já cercado de advogados e manobras para evitar a cadeia. É difícil de acreditar, mesmo sabendo-se que é verdade documentada. Réu primário, moradia conhecida, ocupação fixa etc. e tal e o sujeito vai para casa quase como se nada tivesse acontecido, talvez até trocando um aperto de mão com o delegado, como já imaginei aqui. Ou seja, é crime, mas é mole matar no Brasil, o preço é muito em conta. E essa situação não envolve apenas os ricos, porque os outros também estão aprendendo, como foi o caso de um jovem assaltante de São Paulo, que muitos de vocês devem ter visto na tevê. Apresentou-se numa delegacia espontaneamente, é réu primário, tem residência fixa etc. etc. Embora tenha posto a culpa na vítima, por esta haver reagido, confessou o crime. Foi solto logo em seguida, saindo muito sorridente da delegacia. E, se um dia vier a ser condenado, contará com um mar de recursos à sua disposição, complementados pelos benefícios a que terá direito, com a progressão da pena.

Já tive oportunidade de dizer aqui que a melhor maneira de assassinar alguém no Brasil é encher a cara, sair no carro e atropelar a vítima. Encher a cara é agravante em toda parte, mas aqui parece funcionar como uma espécie de atenuante. Fica-se discutindo se o homicídio é doloso ou culposo, se o que vale no caso é o Código de Trânsito ou o Código Penal e, no fim das contas, o que acontece é o atropelador pagar fiança, ir embora para casa e esperar, na pior das hipóteses, ser enquadrado numa dessas leis desdentadas e cumprir pena em liberdade, ou quase isso. O que, somado ao que está dito acima, leva mesmo a concluir que, entre nós, o crime compensa. E, talvez graças aos exemplos dados por parlamentares e outros governantes, estamos assistindo à democratização da impunidade, que gradualmente deixa de ser privilégio dos ricos e poderosos para se estender a todos. Tá dominado.

22 OUT 2011

GAZETA DO POVO

PM assume trânsito de Curitiba

Prefeitura firma novo convênio para o BPTran fiscalizar motoristas infratores e evitar caos nas ruas da capital

A prefeitura repassou ontem, de forma oficial, a responsabilidade pela fiscalização e autuação do trânsito de Curitiba para o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran). A solução é temporária e foi tomada por meio de um novo convênio com a Polícia Militar até que a secretaria municipal de trânsito seja efetivamente criada. Aos agentes da prefeitura caberá, a partir de agora, o trabalho de orientação e educação nas ruas. O acordo foi firmado em uma reunião com a presença de representantes do município, Polícia Militar, Detran, Urbs e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A medida resolve o limbo jurídico criado desde a decisão de 28 de setembro, que impediu a Urbs de aplicar multas. Antes do convênio, mesmo que os agentes do BPTran multassem, eles o faziam em nome da Urbs, entidade considerada inapta pelo Tribunal de Justiça do Paraná para administrar o trânsito da capital por se tratar de uma empresa de economia mista, com participação privada e pública.

De acordo com o comandante do BPTran, coronel Leomir Mattos de Souza, apesar de o

efetivo de 30 policiais ser considerado pequeno para uma cidade do porte de Curitiba (a Diretran contava com 600 agentes de trânsito), a fiscalização será realizada de forma rígida. "Tenho orientado meus policiais e os tenentes que comandam o anel central para que o veículo estacionado de forma irregular tenha a documentação inspecionada. Se for encontrada irregularidade, será encaminhado ao pátio do Detran", explica.

Policiais do BPTran também vão fazer a validação dos autos de infração gerados pelos radares e lombadas eletrônicas da cidade. "Estamos fazendo um esforço gigantesco para não deixar que as coisas virem uma anarquia", diz o comandante.

De certa forma, a decisão é semelhante à adotada por Belo Horizonte, cuja empresa responsável pela fiscalização do trânsito, a BHTrans, perdeu o direito de aplicar multas em 2009. Na capital mineira, a Guarda Municipal e os policiais militares assumiram a responsabilidade pela autuação de trânsito, enquanto aguardam decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a possibilidade de a empresa voltar a fiscalizar o trânsito.

TIRA-DUVIDAS

Saiba o que muda com a fiscalização do BPTran:

Os radares e lombadas eletrônicas continuam funcionando?

Sim. Os equipamentos continuam a ser operados pela Urbs, mas as infrações serão validadas por policiais do BPTran, tomando as multas legais.

Como fica a fiscalização do Estar?

A venda de cartões continua a ser feita pelos agentes da Urbs nos pontos já existentes. Os policiais podem aplicar multas caso os veículos não usem o cartão, mas ainda não há definição de como será feita a regularização.

O guinchamento de veículos continua funcionando?

Sim. Os PMs podem chamar o guincho, caso os veículos estejam estacionados em local proibido, especialmente nas vias com proibições para melhorar a fluidez de tráfego.

Quem ficará com a arrecadação das multas emitidas pelo BPTran?

O dinheiro será destinado à prefeitura. Neste ano, a Urbs recebeu até 30 de setembro R\$ 38,9 milhões em multas de trânsito - o equivalente a R\$ 143 mil por dia.

Como está o processo de criação da secretaria municipal de trânsito?

O projeto está em tramitação na Câmara Municipal.

22 OUT 2011

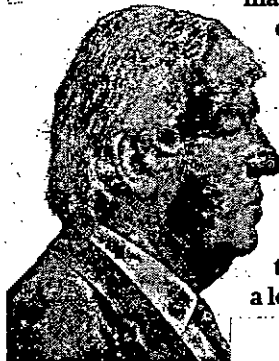
GAZETA DO POVO

BESSA

NOTA POLÍTICA

Convocação

Funcionários aposentados da Assembleia Legislativa do Paraná foram convocados para dar explicações sobre o benefício. A partir de segunda-feira, 16 servidores terão de apresentar documentos que comprovem a legalidade da aposentadoria. Nessa primeira etapa, estão sendo chamados os procuradores da Casa que foram aposentados sem inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e aqueles que, mesmo depois de



aposentados, foram promovidos durante a inatividade – o que, no entendimento da Assembleia, é irregular. Entre os convocados estão o ex-deputado Antônio Anibelli (foto) e o ex-procurador-geral da Casa Ayrton Costa Loyola. Ambos foram promovidos depois da aposentadoria. A Mesa Executiva deve cortar o benefício dos funcionários aposentados que não consigam comprovar a legalidade da aposentadoria.

Inocente e beneficente

Foi de R\$ 43.763,17 o valor da renda líquida arrecadada pela peça *O Julgamento de Otelo*, realizada no último dia 23 pelo Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da UFPR, no Guairão. O montante foi repassado para o Centro de Educação João Paulo II, de Piraquara. A apresentação, em comemoração aos 80 anos do Centro Acadêmico, contou com a participação de grandes nomes do direito, como os advogados René Ariel Dotti e Munir Karam, entre outros, que se reuniram para julgar Otelo, o personagem de Shakespeare, pelo assassinato da esposa Desdêmona.

•••

Os jurados inocentaram o réu, vivido pelo ator Danilo Avelléda, por quatro votos a três.

WILSON DE ARAÚJO BUENO

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski, e o diretor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), André Ramos Tavares, lançaram quarta-feira, dia 19, na biblioteca da Câmara dos Deputados, o *Vade-Mécum Eleitoral*. Com 1.296 páginas, o livro contém toda a legislação, as resoluções e a evolução da jurisprudência da Justiça Eleitoral. Segundo seus autores, o *Vade-Mécum* oferece ao leitor informações sobre Direito Eleitoral de forma simplificada e ampla, além de conter uma coletânea de normas da área. A obra, publicado pela Editora Fórum, servirá de guia e permitirá que estudantes e profissionais de Direito façam consultas diretas, descomplicadas e integradas ao Direito Eleitoral e ao Direito Processual Eleitoral. Em tempo: o jurista André Ramos Tavares, autor do *Vade-Mécum Eleitoral*, ao lado de Lewandowski, casado com Maitê Moro, vem a ser genro de Martha e Marlus Moro, casal linha de frente da sociedade paranaense, ele expressão da neurocirurgia. *****

22 OUT 2011

GAZETA DO POVO

CIC tem uma morte a cada 3 dias



Com uma taxa de 55 assassinatos a cada 100 mil, Cidade Industrial de Curitiba supera índices de países violentos como Venezuela e Colômbia

Felipe Aníbal e Aline Peres

Os números lembram os de uma guerra. A cada três dias, em média, uma pessoa é morta na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) onde 172,5 mil habitantes vivem agrupados em 83 vilas. Antes mesmo de terminar o 10.º mês do ano, o bairro atingiu, sozinho, a marca de 100 mortes violentas. Ao todo, 102 pessoas perderam a vida em assassinatos, latrocínios, casos de lesão corporal seguida de morte e confrontos com a polícia.

A CIC tem uma taxa de homicídios (55,6 mortes a cada grupo

de 100 mil habitantes) que supera a de países violentos da América do Sul, como Venezuela (49 mortes) e Colômbia (38). Um número quatro vezes maior do que o considerado aceitável pela Organização das Nações Unidas (ONU), que é de 10 casos por 100 mil.

O bairro responde por 16% dos homicídios na capital (cuja taxa é de 43). Para policiais e especialistas, o índice de violência da CIC pode ser explicado pelas tensões sociais geradas a partir do crescimento desordenado. Criada em 1973 para receber indústrias, a localidade se expandiu rapidamente graças, principalmente, às invasões de terra.

Motivação

A Cidade Industrial é dividida pela Polícia Civil em 12 áreas. Para o delegado Roberto Rodrigues, da Delegacia de Homicídios, os assassinatos no bairro estão atrelados às drogas e à rixa entre grupos rivais. Rodrigues diz que 90% dos homicídios estão, de alguma forma, relacionados aos entorpecentes. "Ainda que a droga não seja a motivação do crime, ela está presente. Seja porque a vítima era usuária ou porque o assassino tinha envolvimento com o tráfico", afirma.

O confronto entre gangues ocorre por causa da ausência do Estado. Essas pessoas teriam um código próprio de lei e de justiça, segundo o delegado.

Quando esses pequenos grupos se enfrentam, ocorrem as mortes. "Eles estão se matando entre si por situações e motivos cada vez mais banais e fúteis", diz Rodrigues.

A Polícia Militar acrescenta que a falta de atividades voltadas à ocupação dos jovens também compõe o DNA da criminalidade da CIC. Segundo o tenente Sílvio César, que responde pela 3.ª Companhia do 13.º Batalhão da PM, instituições como a família, a igreja e a escola têm deixado a desejar. O impacto destas falhas se reflete, segundo o policial, nos índices de violência do bairro. "Quando as outras instituições não funcionam, sobra para a PM resolver. A polícia está fazendo sua parte, mas as outras instituições também têm que fazer", reclama.

Para o administrador regional da CIC, José Dirceu de Matos — atuante na região desde 2005 — uma das saídas para a violência de modo geral é investir em inteligência policial. Assim, os traficantes seriam tirados de circulação. Os Conselhos Comunitários de Segurança, por exemplo, servem de ligação entre comunidade e poder público, no entanto, os 30 idealizados por Matos no início da gestão, acabaram em três Conselhos formais. A pressão da criminalidade foi tanta que muitos conselhos passaram a existir na informalidade. "O medo permite a continuidade da violência", opina.

CONTINUA

22 OUT 2011

GAZETA DO POVO

GEOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS

CONTINUAÇÃO

Em 2011, a CIC já registrou 102 mortes violentas, que incluem assassinato, latrocínio, lesão seguida de morte e confronto com a polícia. Destes, 96 são homicídios.

CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO

172,6 mil habitantes
10% da população de Curitiba
16% dos homicídios de Curitiba

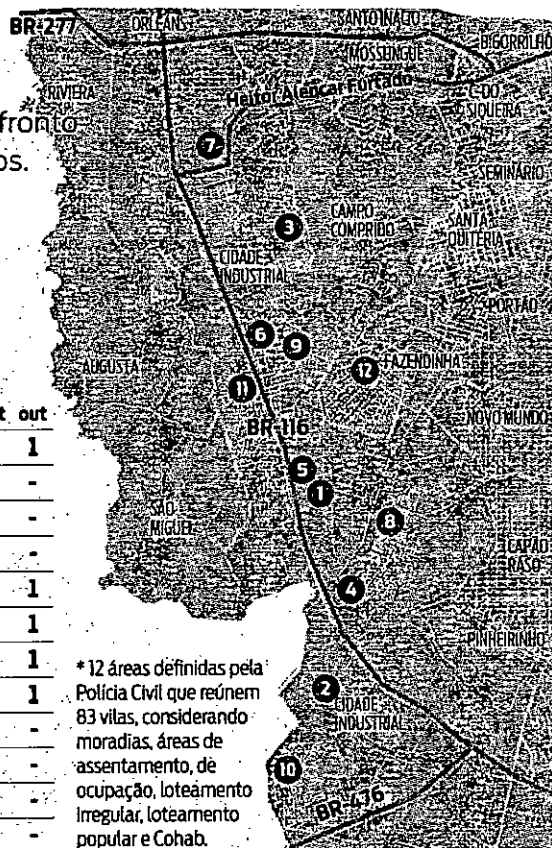
LOCALIZAÇÃO E MÊS DAS MORTES

Vilas*	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out
1 Barigui	5	2	4	2	1	2	4	4	3	1
2 Verde	-	-	5	1	1	1	3	1	1	-
3 Sandra	2	-	1	-	-	1	2	5	-	-
4 Resistência	3	-	1	3	-	-	1	-	-	-
5 Sabará	-	-	-	1	2	1	2	1	-	1
6 Itatiaia	-	1	-	-	-	1	-	2	-	1
7 Gabinete	3	-	1	-	-	-	-	1	-	1
8 N. Sra. Luz	-	1	3	-	-	1	-	-	1	1
9 Sta. Helena	2	1	-	-	-	2	1	-	2	-
10 Vitória Régia	-	-	1	2	-	-	-	1	-	-
11 Caluá	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-
12 Independência	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-

Vilas Verde e Barigui têm maior número de homicídios

O mapa das ocorrências policiais revela que a violência tem oscilado entre as vilas da CIC. "Quando a polícia começa a atuar em um local, os casos tendem a migrar", explica o delegado Roberto Rodrigues, da Delegacia de Homicídios (DH). Nas Vilas Verde e Barigui, no entanto, o índice de homicídios tem permanecido elevado ao longo de todos os meses, evidenciando uma falha no policiamento preventivo, realizado pela Polícia Militar.

Juntas, as vilas são responsáveis por 40% dos assassinatos ocorridos na CIC neste ano, até a última quarta-feira: foram 28 homicídios na Barigui e 13 na Vila Verde. As polícias Civil e Militar não sabem justificar o alto índice nessas duas áreas, nem explicar por que os casos continuam se repetindo.



* 12 áreas definidas pela Polícia Civil que reúnem 83 vilas, considerando moradias, áreas de assentamento, de ocupação, loteamento irregular, loteamento popular e Cohab.

A PM divide o bairro em CIC-Sul e CIC-Norte. Alegando motivos de segurança, a polícia não divulga o efetivo que atua na região, mas informa que cada área tem viaturas específicas que fazem rondas e atendem às ocorrências. Equipes auxiliares dão cobertura a esses policiais. "Fora isso tem a Força Tática, usada quando uma vila ou uma localidade em particular começa a dar muito trabalho", afirma o tenente Sílvio César, da 3ª Companhia do 13º Batalhão da PM.

Leído silêncio

Segundo a Delegacia de Homicídios, cerca de 30% dos assassinatos ocorridos na CIC neste ano tem autoria conhecida, mas não há um balanço sobre prisões. Rodrigues diz que as investigações esbarram na dificuldade da polícia em encontrar testemunhas. "A maioria dos homicídios ocorre na madrugada. Quando alguém presencia, não quer se comprometer, porque sabe que se disser algo vai morrer em represália", diz.

Outra dificuldade é a falta de policiais: para investigar casos na área da CIC (que compreende outros 17 bairros), a Delegacia de Homicídios tem à disposição apenas uma equipe, composta por um delegado, dois investigadores e uma escrivã.

22 OUT 2011

GAZETA DO POVO

VIOLÊNCIA

Casa de deputado é assaltada em Curitiba

Felippe Anibal e Fernanda Trisotto

Bandidos assaltaram, no início da noite de ontem, a casa do deputado estadual Luiz Accorsi (PSDB), de 62 anos, no bairro Santa Felicidade, em Curitiba. Segundo a polícia, a ação dos assaltantes foi extremamente violenta. O deputado e a mulher dele foram mantidos reféns por pelo menos 15 minutos.

De acordo com informações da Delegacia de Furtos e Roubos (DFR), a mulher de Accorsi chegava em casa — na Rua Wanda Wolf — dirigindo um carro tipo perua. Assim que ela cruzou o portão da casa, dois homens armados aproveitaram para entrar e anunciaram o assalto. O deputado estava dentro da casa e também foi rendido.

O delegado Guilherme Rangel, da DFR, disse que o casal foi constantemente ameaçado e agredido. Accorsi teria sido amarrado e jogado ao chão. O deputado teria recebido coronhadas, chutes e socos. A mulher dele também sofreu agressões. “Ele estava bastante nervoso. Os bandidos exigiam um cofre e diziam que queriam dinheiro, porque sabiam que o deputado guardaria dinheiro em casa”, disse o delegado, que chegou à casa logo após o registro da ocorrência.

A casa de Accorsi foi revirada pelos bandidos. Os assaltantes levaram jóias, dinheiro que o deputado carregava na carteira e um revólver que ele mantinha em

casa. Uma ambulância do Corpo de Bombeiros foi acionada para socorrer o deputado, que não precisou ser hospitalizado. “O socorro médico foi chamado por causa da situação constrangedora que o deputado viveu e que provocou muito nervosismo. Mas fisicamente ele está bem”, contou Rangel.

Há suspeitas de que um carro tenha dado cobertura aos bandidos. Às 21 horas, a Polícia Militar (PM) e a DFR faziam buscas pelos assaltantes. Segundo o delegado, a DFR já solicitou a vizinhos do deputado imagens de circuitos de segurança. O Instituto de Criminalística (IC) fez um levantamento pericial na casa, para coletar informações técnicas que auxiliem nas investigações. “Estamos concentrando esforços para dar uma resposta rápida: um caso em que bandidos agem com tanta violência não pode ficar impune”, disse o delegado.

“Ele [o deputado Accorsi] estava bastante nervoso. Os bandidos exigiam um cofre e diziam que queriam dinheiro, porque sabiam que o deputado guardaria dinheiro em casa.”

Guilherme Rangel, delegado da Delegacia de Furtos e Roubos.

22 OUT 2011

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

Carga tributária

Campanhas denunciando a insuportável carga tributária imposta aos súditos ganham espaço nos quatro cantos do país. E não é para menos. De toda a riqueza produzida em Pindorama, isto é, de todo o Produto Interno Bruto, aproximadamente 40% são abocanhados pelo Leviatã – emérito gastador.

Em regra, esses movimentos, chancelados pelas mais diversas entidades representativas da sociedade, incluindo as empresariais, como o Sistema Fecomércio, além da Ordem dos Advogados do Brasil, concentram-se no vergonhoso desperdício do dinheiro arrecadado de forma confiscatória dos contribuintes. Afinal, se o tributo é cobrado na exata medida do tamanho do Estado, como quer o fisco, onde estão os serviços públicos que ele, o Leviatã, deveria realizar em proveito da coletividade?

Os desvios estão aí, refletidos cruamente no dia a dia da população, como demonstrado na campanha paranaense “A Sombra do Imposto”. Pagamos imposto para a saúde, mas temos de contratar planos privados para nós assistir; pagamos impostos para a educação, mas temos de nos socorrer da rede privada de ensino para a boa formação de nossos filhos; pagamos imposto para a segurança pública, mas temos de nos proteger com segurança particular.

Isso nos leva à elementar conclusão de que, efetivamente, a carga tributária encontra-se muito além do patamar indicado pelas pesquisas, bastando notar que o contribuinte desembolsa em dobro o pagamento para obtenção de serviços essenciais, como os acima indicados.

Novãodajaula

“O sócio e a pessoa jurídica formada por ele são pessoas distintas – Código Civil, art. 20. Uma não responde pelas obrigações da outra. Em se tratando de pessoa jurídica, restringe-se ao valor do capital ainda não realizado. (Decreto 3.708/1919, art. 9.º) Ela desaparece tão logo se integralize o capital. O CTN (Cód.Trib.Nac.), no inc. III do art. 135, impõe responsabilidade, não ao sócio, mas ao gerente, diretor ou equivalente. Assim, sócio-gerente é responsável não por ser sócio, mas por haver exercido a gerência. Quando o gerente abandona a sociedade, sem honrar-lhe o débito fiscal, é responsável, não pelo simples atraso de pagamento. A ilicitude que o torna solidário é a dissolução irregular da pessoa jurídica. A circunstância de a sociedade estar em débito com obrigações fiscais não autoriza o Estado a recusar certidão negativa aos sócios da pessoa jurídica.” (Sumário do acórdão da 1.ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no Rec.Esp. 86.439-ES, sendo relator o ministro Humberto Gomes de Barros).

22 OUT 2011
GAZETA DO POVO
DECISÃO CERTA

Não poderia ser outro o entendimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal que, por unanimidade, na última quinta-feira, suspenderam o aumento imediato do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente nos carros estrangeiros. Pela decisão do STF, a medida anunciada pelo governo só poderá entrar em vigor a partir da segunda quinzena de dezembro, o que corresponde ao decurso de 90 dias da publicação do ato, conforme o disposto na Constituição. Além de fazer cumprir a norma legal, a posição da suprema corte evita, ainda que por tempo curto, a recaída do governo por uma medida supostamente protecionista às montadoras instaladas no país. Além delas, por força de acordos, também ficam fora do aumento de 30% no IPI os veículos importados da Argentina e do México. Historicamente, medidas protecionistas adotadas no Brasil no setor de informática e na própria indústria automobilística, além de não privilegiar o setor nacional, ainda foram responsáveis por atrasos tecnológicos só contornados com a abertura dos mercados. Adotar modelos que reconhecidamente não deram certo num passado recente é correr riscos desnecessários, além de ser um passo atrás no caminho rumo ao desenvolvimento com competitividade e qualidade.

GAZETA DO POVO

ALBERTO DINES 22 OUT 2011

Avanços e retrocessos

A figura do juiz, a noção de justiça, de leis e o rito do julgamento constituem os elementos precursores da civilização do convívio, base da nossa existência

Instalados num trem-bala só sabemos de onde viemos e para onde vamos, o resto se dilui na velocidade. Eric Hobsbawm, passageiro diferenciado, reúne atributos de esmerado historiador, atento memorialista e invejado sobrevivente, por isso designa o seu percurso como “tempos interessantes”. Infelizes são os que não conseguem enxergar paragens, passagens, curvas e nuances. Agradam-se apenas com a palpitação do trajeto.

A morte do déspota líbio Muamar Kadafi interrompe uma violência que estendeu-se ao longo de 42 anos, mas assusta tanto quanto o terror que implantou intramuros e exportou além-fronteiras. Ferido, foi assassinado pelos rebeldes que o capturaram dentro de uma tubulação de águas pluviais. O tirano Saddam Hussein, também foi pego — enfiado num estreito poço — ao menos foi julgado.

A primavera que deveria clarear as margens do Mediterrâneo tem algo de invernal, veio penosa, encharcada de uma violência que, imaginava-se, seria a primeira a ser controlada. A figura do juiz, a noção de justiça, de leis e o rito do julgamento constituem os elementos precursores da civilização do convívio, base da nossa existência. Todos atropelados por este sistema de ferozes desforras que se supunha interrompido.

Numa sexta-feira de manchetes vibrantes, ensanguentadas, num mundo cada vez menos diferenciado, curiosa foi a do espanhol *El País* — “*El fin del terror*” — que não se referia ao circense Kadafi. A Espanha (e também a França) está exultando com a capitulação do ETA à luta armada.

Depois de 43 anos de insanidade e 829 mortos, o bando terrorista (*Euskadi Ta Askatasuna*, Pátria Basca e Liberdade), um dos paradigmas do banditismo político contemporâneo, propõe num vídeo protagonizado por três *etarras* encapuzados — ridículos, medievais — o início de um processo de diálogo. O presidente do

governo espanhol, o socialista José Luis Zapatero saudou a decisão sem esquecer seus compromissos: “Agora temos uma democracia sem terrorismo, mas não desmemoriada. A memória das vítimas nos acompanhará para sempre”.

O desassossego do mundo não está na crise econômica, ela apenas o atíça e socializa. A violência política é o grande fantasma porque conseguiu viabilizar a guerra absoluta, total, sem grandes investimentos em tecnologias e fabulosas armas de destruição em massa. A mais letal delas, é o suicídio. Combinado ao fanatismo político, religioso ou antirreligioso (o ETA era antifranquista, anticomunista e laico), torna-se imbatível.

O processo bi ou trimilenar que resultou na civilização do convívio tem sido interrompido por periódicas catástrofes bélicas e testado logo em seguida em tênues experiências pacificadoras. A delinquência política abomina as aproximações: universalizou o campo de batalha, transformou cada esquina em trincheira.

A troca do soldado israelense Guilad Shalit por mil prisioneiros palestinos, majoritariamente sentenciados por terrorismo, acrescenta-se a de forma dramática a este quadro. Os céticos viram na decisão israelense uma capitulação ao terrorismo, os idealistas creditam-na ao compromisso de um estado democrático com a segurança de seus cidadãos, militares ou civis.

O governo de Benjamin Netanyahu, até agora insensível aos esforços mundiais para a resolução pacífica do conflito palestino-israelense é intransigente adepto da doutrina do “olho por olho”, viu-se obrigado a aceitar as exigências dos sequestradores. Isolado no cenário internacional, porém vencido pela solidariedade nacional, esqueceu as cerca de 700 vítimas dos terroristas libertados, para salvar a vida do jovem sargento.

No vale-tudo do fanatismo, valeu esta sofrida nobreza. O assassinato de um prisioneiro de guerra ferido — por mais monstruosas que tenham sido suas ações — não combina com a imagem de primavera e recomeço. No grande confronto entre desumanização e humanização que assistimos em nossa vertiginosa viagem, é um retrocesso.

Alberto Dines é jornalista.

24 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

O TST muda sua jurisprudência

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) começou a colher os frutos da decisão, tomada no início do ano, de adequar sua jurisprudência a uma realidade econômica e empresarial cada vez mais complexa. No primeiro semestre, a Corte suspendeu suas atividades durante uma semana, para que seus 27 ministros aparassem divergências doutrinárias em questões de grande interesse para empregados e empregadores. E, em seguida, inspirando-se numa bem-sucedida experiência do Supremo Tribunal Federal, convocou audiências públicas para discutir essas questões com representantes de sindicatos trabalhistas e entidades empresariais, do Ministério do Trabalho, do Ministério Público e da OAB.

O que levou o TST a promover consultas com os setores interessados, para embasar os julgamentos dos casos mais polêmicos, foram as discussões sobre o alcance da subcontratação de mão de obra. Para as entidades empresariais, a terceirização permite a redução dos custos trabalhistas, aumentando a eficiência e a competitividade da iniciativa privada. Já as centrais sindicais se opõem a toda e qualquer forma de subcontratação, alegando que ela provoca desemprego, reduz o nível médio dos salários por categoria profissional e não assegura aos terceirizados todos os benefícios da legislação trabalhista. Chamada a arbitrar o conflito, a Justiça

do Trabalho decidiu que podem ser terceirizados os trabalhadores que atuam nas atividades-meio, como, por exemplo, faxina, segurança e alimentação, mas não nas atividades-fim de uma empresa.

Esse entendimento prevaleceu durante anos. Mas, com o avanço das tecnologias de comunicação, as concessionárias de serviços básicos e os sindicatos trabalhistas passaram a discutir se as atividades de call center seriam atividade-meio ou atividade-fim nos setores financeiro, de seguros, de telefonia e de informação. Nas Varas Trabalhistas é cada vez maior

Com base em ampla e inédita consulta pública, busca sintonia com o mercado de trabalho

o número de processos impe-trados por operadores de telemarketing, pedindo a equiparação de sua jornada de trabalho com a dos telefonistas. Os operadores de telemarketing trabalham oito horas por dia, enquanto a jornada dos telefonistas é de seis horas.

Dada a abrangência da matéria, entidades empresarias de outros setores econômicos, como a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, encomendaram estudos técnicos e pareceres jurídicos a economistas, especialistas em tecnologia, ex-ministros do Trabalho e ex-ministros do Supremo Tribunal Federal, alegando que o desenvolvimento das telecomunicações teria tornado inócuas a distinção entre

atividade-meio e atividade-fim e a jurisprudência firmada com base nessa distinção.

Com base nas audiências públicas, quando mais de 50 técnicos e acadêmicos se manifestaram a respeito da subcontratação de mão de obra, o TST, que até então considerava o call center uma atividade-fim das empresas de telefonia, começou a rever seu entendimento. Invocando argumentos apresentados nas audiências públicas, a 7.^a Turma, por exemplo, autorizou a Oi a terceirizar seu call center. O relator Ives Gandra da Silva Martins Filho alegou que o telemarketing é um instrumento para a venda de serviços e lembrou que as leis que regulamentam os serviços essenciais admitem subcontratação de mão de obra. Também afirmou que um novo aspecto a ser avaliado pela Justiça do Trabalho nos casos de terceirização é o local da prestação do serviço. "O local da prestação do serviço passa a ser um elemento diferenciador. O que não se pode admitir é que pessoas trabalhem ombro a ombro na mesma empresa, fazendo o mesmo tipo de serviço, sendo que uma é contratada diretamente e outra não", disse ele.

Elaborada com base numa ampla e inédita consulta aos interessados, essa mudança de entendimento mostra que o TST vem procurando adequar-se à evolução do mercado de trabalho, por causa dos avanços da tecnologia e da diversificação do setor de serviços. Essa é uma iniciativa que deve servir de exemplo para os demais tribunais do País.

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz segue STJ e interdita provas da Satiagraha

24 OUT 2011

A Justiça não autorizou a Polícia Federal a ouvir o empresário Lúcio Bolonha Funaro sobre provas consideradas ilícitas porque foram colhidas no curso da Operação Satiagraha. A decisão, do juiz Douglas Camarinha Gonzales, da 6.ª Vara Criminal Federal em São Paulo, reconhece expressamente pela primeira vez a extensão dos efeitos de julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, em junho, ordenou o trancamento da Satiagraha.

O Inquérito 37/11, no qual a PF investiga Funaro por sonegação, é um desdobramento daquela polêmica operação, deflagrada em 2008.

A PF intimou Funaro, mas sua defesa pediu habeas corpus para barrar o inquérito e impedir que o empresário fosse questionado sobre fatos apurados a partir de ação controlada e interceptações telefônicas e telemáticas realizadas durante a Satiagraha.

Antes que a operação fosse declarada ilegal pelo STJ, a PF instaurou vários procedimentos distintos para investigar outros personagens citados. Um desses inquéritos mira Funaro. "Não resta dúvida de que as provas ilícitas originárias da Satiagraha envenenam todas as demais obtidas a partir delas, devendo estas provas ser desconsideradas", assinalou a advogada criminalista Beatriz Cattá Preta, que defende o empresário.

"Por isso pedi em habeas corpus que fosse declarada a ilegalidade absoluta da prova que embasa o inquérito 37/11."

O juiz da 6.ª Vara Federal acolheu parcialmente o pedido e barrou o caso em relação à sonegação. Ele permite que Funaro seja ouvido, "desde que a indagação não se baseie diretamente das provas cuja ilicitude foi reconhecida". Camarinha pediu à PF que exclua dos autos os resultados de medidas cautelares (escutas e vigilância) e "declarações sobre os fatos relacionados às provas obtidas com base em tais procedimentos".

O ESTADO DE S. PAULO

Sarney inspira Lobão a ? agravar pena de corrupção

Suplente e filho de leal seguidor do presidente do Senado, parlamentar promete apresentar nesta semana projeto de lei para torná-la crime hediondo

Inspirado em discurso do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) – que se declarou preocupado com a impunidade, “uma chaga da nossa sociedade”, principalmente nos crimes de homicídio – o senador Lobão Filho (PMDB-MA) promete apresentar nesta semana projeto de lei para transformar a corrupção em crime hediondo.

“O crime de desvio de recurso público na área da saúde, da educação, tem um poder de homicídio em massa. Como uma contribuição à ideia de vossa excelência, pretendo dar entrada nesse projeto”, justificou Lobão, que é filho e suplente de um dos mais antigos e leais aliados de Sarney, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA).

Os crimes hediondos, como homicídio qualificado e tráfico de drogas, não admitem fiança e têm penas mais graves, que devem ser cumpridas em penitenciárias de segurança máxima. Sarney agradeceu a iniciativa de Lobão Filho e se declarou “profundamente gratificado” por ter conseguido sensibilizar o Senado para o problema da impunidade.

Com mais de 50 anos de vida pública, ex-presidente da República e quatro vezes presidente do Senado, José Sarney transformou-se em um dos políticos que mais enfrentaram denúncias nos últimos anos, sem que nenhuma delas o afastasse do poder. Há um mês, Sarney foi alvo de vaias de 100 mil pessoas no Rock in Rio 2011 – puxadas pelo vocalista da banda Capital Inicial, Dinho Ouro Preto, que lhe dedicou a música “Que país é este?”

24 OUT 2011

Em 2009, no comando do Senado pela terceira vez, Sarney foi alvo de 11 representações por quebra de decoro no Conselho de Ética, que acabaram arquivadas, sem abertura das investigações. As acusações baseavam-se na série de reportagens do Estado que revelou a existência de atos secretos, utilizados na Casa durante 15 anos, para contratar aliados políticos, permitir gratificações retroativas a funcionários, além de denúncias de fraudes na fundação que leva seu nome no Maranhão.

Um dos beneficiados com os atos secretos foi um neto do presidente do Senado, João Fernando Michels Gonçalves Sarney, que trabalhou por um ano e 9 meses no gabinete do senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), outro aliado fiel. Sarney também enfrentou denúncias contra seu filho, o empresário Fernando Sarney. O empresário foi um dos alvos da Operação Boi Barrica, da Polícia Federal, que o havia indiciado por lavagem de dinheiro, fraude e formação de quadrilha.

GAZETA DO POVO

PINGA-FOGO



“A política é uma coisa cruel. A gente lida com a ingratidão. Mas eu consigo perdoar todos os meus inimigos.”

José Sarney (PMDB), presidente do Senado, explicando em entrevista qual seria a pior parte da política.

24 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Documento revela conta de Bittencourt nos EUA

Ficha no Lloyds Bank em NY, em nome de 'Mister Carvalho', derruba versão de conselheiro do TCE, que alega desconhecer ativos em seu nome no exterior

Mister Carvalho, magistrado e criador de gado no Brasil, abriu a conta Mezzanotte no Lloyds Bank em Nova York, em outubro de 1998, revela ficha bancária com anotações de caráter pessoal do conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, do Tribunal de Contas do Estado (TCE) - alvo da Procuradoria-Geral de Justiça em São Paulo que requereu seu afastamento do cargo por suspeita de enriquecimento ilícito, improbidade e lavagem de dinheiro.

O documento faz parte do dossiê de 140 volumes que está sob exame de uma juíza da 1.ª Vara da Fazenda Pública da Capital, a quem caberá decidir se depõe Bittencourt e torna indisponíveis seus bens, como pede o Ministério Público Estadual.

O conselheiro teria amealhado patrimônio de R\$ 50 milhões ao longo de sua carreira na corte de contas.

A ficha KYC (Know Your Client, ou conheça o seu cliente) derruba a versão de Bittencourt, que alega desconhecer existência de contas em seu nome no exterior. O texto mostra que Luiz Carlos Ferreira, amigo de Bittencourt, o apresentou formalmente à instituição e informa que os dois cursaram juntos a faculdade de direito.

Ao Lloyds, o novo cliente apresenta suas credenciais: juiz (de contas) em São Paulo e dono da Fazenda Pedra do Sol, em Mato Grosso, "onde cria gado".

O conselheiro mostra seu poderio e destaca que já possui US\$ 4 milhões em títulos custodiados no Credit Suisse. O Ministério Público sustenta que a conta do Lloyds acolhia recursos de duas offshore, Justinian Investments e Trident Trust Company, constituídas por Bittencourt nas Ilhas Virgens Britânicas, paraíso fiscal do Caribe.

Para dificultar o rastreamento, Bittencourt batizou a conta Mezzanotte (meia-noite em italiano). Mas a Unidade de Inteligência Financeira dos Estados Unidos captou os documentos que atestam a progressão da fortuna do conselheiro - até fevereiro de 2005, a Justinian movimentou US\$ 9,73 milhões, não declarados por ele à Receita, segundo a ação do Ministério Público.

Outro documento bancário que indica o trânsito de dinheiro do conselheiro fora do País é uma carta que ele encaminhou, em 16 de janeiro de 2001, ao Lloyds Bank na Flórida. Como real gestor da Justinian solicitou a transferência de US\$ 250 mil para outra offshore por ele controlada, a Conquest Limited.

Assinatura. Em 3 de junho daquele ano, ele realizou operação semelhante - mandou ofício, desta vez de punho próprio, ao Lloyds pleiteando transferência de US\$ 200 mil para a Trident Trust. A assinatura confere com a que Bittencourt após em documento de constituição da Pedra do Sol, agropecuária que abrange três fazendas. Em outra conta no Lloyds Bank, Bittencourt depositou US\$ 5,31 milhões entre 1999 e 2004, "valores de origem ilícita que lá permaneceram sob a forma de investimentos e dinheiro em conta".

Dois depoimentos que constam dos autos incriminam Bittencourt - do ex-assessor parlamentar Ruy Imparato e de uma filha do conselheiro, Claudia.

Imparato foi assessor de Bittencourt por 12 anos, de 1984 a 1996, primeiro na Assembleia - quando o conselheiro era deputado - e, depois, no TCE. Ele calcula que Bittencourt depositou cerca de US\$ 15 milhões no exterior, "oriundos de propina recebida para aprovar contas no TCE".

Afirma que Bittencourt recebia dinheiro vivo em casa. Uma vez, conta Imparato, Aparecida, ex-mulher do conselheiro, lhe disse que "uma mala cheia de dinheiro, provavelmente contendo dólares, era tão pesada que ela carregou com dificuldade".

Claudia, a filha, disse que viu de sua mãe sobre a conta no Lloyds "aberta inicialmente em Nova York e depois transferida para Miami". Ela contou que "ficou sabendo por intermédio de seu pai que a conta no Lloyds movimentou 'merreca' e que ele não estava preocupado com isso". Disse que soube por sua mãe "das atividades de Luiz Carlos Ferreira, que movimentava ou movimentava contas de Bittencourt no exterior".

O criminalista Tales Castelo Branco, que defende Bittencourt, disse que "terceira pessoa" pode ter falsificado a assinatura do conselheiro.

"Há uma suspeita, que precisamos apurar melhor, de que o nome do Eduardo tenha sido usado para fazer as movimentações", disse o advogado, que ostenta em seu currículo atuação em grandes causas. "Como isso (movimentações) era feito por fax é muito fácil de ter sido falsificada (a assinatura)."

23 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

O corporativismo na Justiça

A pontado pela corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, como uma das cortes mais fechadas e resistentes às fiscalizações do País, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) acaba de dar mais uma demonstração do que poderá ocorrer caso o STF acolha o recurso impetrado pela Associação dos Magistrados Brasileiros, retirando do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a prerrogativa de julgar administrativamente magistrados acusados de desvio de conduta. As Justiças estaduais alegam que dispõem de corregedorias para fazer esse trabalho. Mas, como mostra Eliana Calmon, elas são lentas, ineptas e primam pelo corporativismo. Atualmente, 32 desembargadores respondem a sindicâncias e processos disciplinares no CNJ. Entre os desembargadores já condenados, um chefiava uma corregedoria. Ele foi acusado de desleixo, omissão e favorecimento.

Municiando a corregedora nacional de Justiça com nova prova de corporativismo, o presidente do TJSP, desembargador José Roberto Bedran, acaba de propor oficialmente à Secretaria da Segurança Pública a assinatura de um "protocolo, convênio ou entendimento" para a criação da figura de um "delegado especial" encarregado de cuidar de ocorrências policiais que envolvam magistrados da Justiça paulista. A iniciativa foi anunciada esta semana, durante a sessão em que o tribunal discutiu a promoção ao cargo de desembargador do

juiz Francisco Orlando de Souza, que há duas semanas foi detido pela polícia sem carteira de habilitação e sob suspeita de dirigir embriagado. Depois de se envolver numa briga de trânsito, em São Bernardo, na frente do 1.º Distrito Policial da cidade, o magistrado foi detido, recusou-se a fazer o teste do bafômetro, discutiu com o delegado, que o acusou de ter dado "carteirada", e acabou sendo escoltado por policiais civis até sua casa.

A sessão do TJSP foi um festival de corporativismo. Os desembargadores elogiaram Souza, que terá de ser ouvido pela

Secretaria descarta a criação de 'delegado especial' para a magistratura

Corregedoria-Geral da Justiça, e, além de desprezar o boletim de ocorrência, levantaram suspeitas sobre a conduta do delegado e dos investigadores que o prenderam por desacato. Finalmente, por unanimidade, promoveram o colega à última instância da Justiça estadual, pelo critério de antiguidade. Em São Paulo, os juízes e desembargadores já gozam de um direito que é negado aos cidadãos comuns. Quando se envolvem em algum incidente banal, os magistrados não podem ser conduzidos a delegacias de polícia e a ocorrência tem de ser comunicada imediatamente ao Tribunal de Justiça. Juízes só podem ser presos em flagrante por outro juiz. Agora, além desse tratamento especial, a magistratura

estadual quer o direito a "delegado exclusivo". Segundo o desembargador Bedran, o tratamento diferenciado dado por um delegado exclusivo evitaria que as ocorrências policiais chegassem ao conhecimento dos meios de comunicação, evitando assim que eles publicassem reportagens "sensacionalistas" e "fatos distorcidos" que maculem a imagem de seus colegas de ofício.

"Não queremos evitar a divulgação de fatos, mas que eles sejam desvirtuados. Esse entendimento entre o Tribunal de Justiça de São Paulo e a Secretaria da Segurança Pública vai levar a que se evitem esses incidentes. (como a detenção de um juiz acusado de dirigir alcoolizado e sem carteira) e que cheguem ao conhecimento dos jornais e possam até ser explorados", disse o presidente do TJSP. Em nota polida, porém firme, a Secretaria da Segurança Pública anunciou que informará mais rapidamente o tribunal das ocorrências policiais envolvendo magistrados, mas que não criará a figura do "delegado especial" nem restringirá o trabalho da imprensa. "Não há que se confundir a observância da lei com a redução das atribuições funcionais dos delegados e tampouco cerceamento do trabalho da imprensa", diz a nota.

É um fato insólito. Se não estivessem divorciados da realidade, preocupados em primeiro lugar com interesses corporativos, os dirigentes da Justiça não estariam na constrangedora posição de terem de ouvir lições elementares de direito ministradas por delegados.

23 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Só multar não resolve

O aumento da arrecadação com multas de trânsito na cidade de São Paulo, entre 2008 e 2012, será de nada menos que 115%, se for confirmada a previsão para o ano que vem. Como nisso a Prefeitura não costuma falhar, pode-se dar como certo o salto de R\$ 386,1 milhões para R\$ 832,4 milhões. Nos últimos três anos, o aparelho fiscalizador continuou sendo ampliado e aprimorado. Nas ruas e avenidas da capital foram instalados 354 novos radares eletrônicos e 112 câmeras. O quadro de fiscais da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) ganhou 250 novos agentes e o Comando de Policiamento de Trânsito (CPTran) foi reativado. Mais 800 policiais foram colocados nas ruas.

No entanto, a severa vigilância não tem resultado na redução do número de acidentes e de mortes, como seria de esperar. Nos últimos dois anos, a frota de veículos cresceu 7,9%, chegando a 7,1 milhões em julho, enquanto o número de mortes no trânsito cresceu 8,9%. No ano passado, uma pessoa se feriu a cada 20 minutos e uma morreu a cada 13 horas no trânsito de São Paulo.

Tudo isso mostra que a punição descolada da educação e da melhoria da engenharia de tráfego não produz bons resultados. Alegam os responsáveis pelo trânsito que há uma relação entre o aumento da frota e o do número de acidentes. Desde 2008, a frota de São Paulo ganhou 1,2 milhão de novos veí-

culos, entre carros, motos, ônibus e caminhões. Mas a situação seria certamente diferente se os novos motoristas tivessem melhor formação.

O aumento da arrecadação é também, em parte, atribuído à lei que o prefeito Gilberto Kassab sancionou há quatro anos, instituindo o parcelamento de multas de trânsito em até 12 parcelas mensais para veículos registrados na capital. Na época, 800 mil veículos apresentavam multas pendentes num total de R\$ 512 milhões. Apesar dessas facilidades, a Prefeitura colocou, desde abril, mais de 690 mil devedores de multas

Severo policiamento e grande aumento das multas não diminuem acidentes do trânsito

na lista do Cadastro Informativo Municipal (Cadin).

O controle do trânsito em São Paulo se baseia principalmente na punição do motorista infrator. A Prefeitura nada faz para estimular entidades não governamentais, empresariais, educacionais, técnicos e acadêmicos a adotarem iniciativas destinadas a promover o respeito às regras de trânsito, aos pedestres e ao meio ambiente.

Reportagem publicada pelo **Estado** dias atrás mostrou que alguns estudiosos da questão defendem o rigor da fiscalização como um bom instrumento para reduzir o número de acidentes e mortes no trânsito. Luiz Célio Bottura, ombudsman da Campanha de Proteção

ao Pedestre da CET, afirma que o número de multas deveria ser até maior. Tendo em vista a péssima formação dos motoristas, o volume de infrações flagradas, poderia de fato ser bem superior ao registrado.

Por isso mesmo, as autoridades deveriam cuidar mais da capacitação para dirigir com segurança. Poderiam começar a fazer isso combatendo as fraudes e negligências em muitos centros de formação de motoristas, que ainda corrompem o sistema digital e vendem facilidades para motoristas incapazes de serem aprovados nos testes para obtenção de carteira de habilitação.

Como bem lembra o engenheiro Flaminio Fichmann, em entrevista ao **Estado**, a CET erra ao se preocupar mais em punir os que descumprem o rodízio municipal, por exemplo, do que os que dirigem sob efeito de álcool ou drogas, desrespeitam semáforos e limites de velocidade. Autoridades de trânsito também obteriam melhores resultados se investissem em iniciativas capazes de reduzir o permanente conflito entre motociclistas e motoristas. Das 1.357 mortes em acidentes de trânsito no ano passado, 478 foram de motociclistas.

Igualmente importante seria melhorar a sinalização e a pavimentação das vias, que deixam muito a desejar e respondem por grande número de acidentes. Finalmente, é preciso mudar o comportamento dos agentes da CET, sempre mais preocupados com o bloco de multas do que com a orientação do trânsito.

O ESTADO DE S. PAULO

DEBORA DINIZ

Privilégio

à custa 23 OUT 2011 de assédio

Vagões exclusivos para mulheres são um atestado público de sexismo e desigualdade, opina a autora

Sentir medo no espaço público é reconhecer a segregação como regra de sobrevivência

O advogado Walter Dias Cordeiro Júnior, de 46 anos, acusado de molestar uma estudante de 21 num vagão do metrô, é libertado sob fiança. Cordeiro foi desligado da função de corregedor da Corregedoria-Geral da Administração do Estado, vinculada à Casa Civil de São Paulo.

Em final dos anos 90 fui morar no Japão. Estudava japonês e uma das primeiras palavras que minhas colegas me ensinaram foi chikan. Estranhei, pois jamais havia cruzado com essa palavra em meus manuais de "15 minutos diários de japonês", tampouco nos mangás que lia compulsivamente. Chikan é o personagem ao qual todas as jovens que andam de metrô nas grandes cidades são tristemente apresentadas - o voyeur, o abusador, o tarado do metrô. Poucas semanas em Tóquio ou Osaka foram suficientes para corporificá-lo: um homem de meia-idade que se vale do trem lotado ou quase vazio para lançar-se às mais variadas cenas de masturbação ou abuso sexual. Em geral ele age à noite e sozinho. O primeiro chikan que vi me emudeceu. Eram pouco mais de 10 da noite e eu voltava para casa. Não fui sua vítima, mas testemunhei uma jovem adolescente com saias pregueadas da escola fugindo ao vê-lo de calças abertas.

Passei a andar no vagão das mulheres sempre que saio à noite. Seja em Tóquio, na Cidade do México, em Nova Délhi ou no Rio. O recente caso de uma estudante de 21 anos molestada por um advogado no metrô de São Paulo denuncia o chikan paulistano. Um trem lotado e uma mulher jovem o encorajaram a agir. A moça des-

maiou de pânico. Há quem diga que para contornar a persistência do abuso e a universalidade dos chikans a saída seriam os vagões só para mulheres. Enquanto espero o metrô em horários de pico já ouvi a tese de que o vagão feminino seria um privilégio indevido em uma sociedade que não discrimina homens e mulheres. Esse é um falso e superficial julgamento sobre as razões para a segregação espacial no transporte. O vagão de mulheres institucionaliza a violação de um direito fundamental da igualdade de gênero: o direito à mobilidade. O medo do abuso, da violência sexual ou da injúria sexista é uma barreira permanente para as mulheres no direito à mobilidade livre.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 OUT 2011

A existência de espaços públicos segregados denuncia dois absurdos da vida social: a

discriminação e a violência. Há sobreposições entre os dois, pois são intensidades de um mesmo fenômeno de não reconhecimento da igualdade. Assim foi a história do racismo nos Estados Unidos ou

na África do Sul: calçadas separadas ou linhas no piso do ônibus indicavam a organização do espaço em dois polos – o dos negros e o dos brancos. A razão para a segregação era o racismo, uma perversa ideologia que sustenta a inferiorização dos corpos pelas cores e origens. Mas é também a violência o que justifica a segregação espacial por sexo. Os vagões para as mulheres são a institucionalização do medo, o reconhecimento da persistência da violência sexista. Resolvem a desigualdade pela proteção que segrega. Para uma mulher não ser importunada ou violada por um chikan, a saída seria resignar-se à segregação. Não somos bem-vindas em todos os espaços, pois somente no vagão para as mulheres estaríamos livres dos abusadores. Há uma lógica perversa na proteção pela segregação: parte-se da certeza de que o sexismo é a regra, a violência dos homens contra as mulheres deve ser suportada e a melhor forma de proteger as mulheres é afastá-las do convívio universal no espaço público.

O direito à mobilidade livre é o que garante às mulheres o exercício de atividades prosaicas da vida cotidiana, como o trabalho, a educação, o cuidado dos filhos ou o lazer. Mobilidade é diferente de acessibilidade aos meios de transporte. As mulheres não é negado o direito de ir e vir, como ocorre em algumas sociedades fundamentalistas, mas o direito de mover-se no espaço público livre da violência sexista. Sentir medo ao estar no espaço público é corporificar a violência sexista e reconhecer a segregação como regra de sobrevivência justa. São meninas e adolescentes a caminho da escola, mulheres trabalhadoras ou em momentos de lazer que se identificam com os vagões para as mulheres. São mulheres que voluntariamente optam pela segregação com medo da violência. O vagão para as mulheres deve ser um anúncio público do sexismo, deve nos envergonhar por denunciar a desigualdade e a violência e, o mais importante, deve nos provocar a encontrar alternativas mais eficientes para romper com a violência de gênero.

●
DEBORA DINIZ É ANTRÓPOLOGA, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E PESQUISADORA DA ANIS - INSTITUTO DE BIOÉTICA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO

23 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

JOÃO BOSCO RABELLO

Às claras

A partir do caso Jacqueline Roriz, as ações penais de parlamentares no STF registrarão os nomes completos dos réus. A publicação apenas das iniciais dos nomes acaba por decisão do ministro Marco Aurélio Mello.

“O princípio é o da publicidade”

Ministro Marco Aurélio Mello

Pondo fim ao sigilo de parlamentar processado



TUTTY

Ato cívico

Para que não seja amanhã acusada de privatizar o Maranhão, a governadora Roseana Sarney estatizou a fundação que leva o nome de seu pai. Essas coisas a oposição não vê – ô, raça!

23 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Defesa comercial empaca na Justiça

Medidas para proteger produtores nacionais contra importados são derrubadas por liminares e ficam anos paradas nos tribunais

A política de defesa comercial do governo, que tenta dificultar ou encarecer importados, esbarra na Justiça e na lentidão do governo em derrubar liminares que beneficiam importadores. As dificuldades atingem tarifas de proteção da indústria que vão do alho, cujos produtores brigam há mais de 15 anos na Justiça, a produtos químicos, como o éter monobutílico de etileno-glicol, que a americana Dow conseguiu driblar com uma liminar. Até importadores de calçados esportivos questionam tarifas no Judiciário.

Cerca de 100 mil trabalhadores rurais perderam o emprego na lavoura de alho desde 1994, segundo o presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho (Anapa), Rafael Jorge Corsino, como resultado de uma avalanche de liminares da Justiça permitindo a importação do produto sem pagamento da tarifa antidumping. Durante anos, a associação tentou alertar o governo, mas sempre houve demora em derrubar as liminares.

"A impressão que tenho é que existem muitas instituições e muitos órgãos de faz de conta", afirmou. "Algumas pessoas que estão no governo não gostam de trabalho, elas te recebem, prometem um monte de coisa e depois que você sai da sala viram as costas, guardam o material na gaveta e esquecem."

Alho da China. Em 2009, a Anapa pediu ao Supremo que eliminasse a competência da Justiça para as medidas relacionadas com o antidumping de alho. Os importadores de alho da China prometeram à Corte que cessariam as liminares e que uma decisão do STF não seria necessária.

A partir daí, disparou a entrada de alho mais barato da Argentina, Europa, Peru e até de Taiwan, que não produz a planta.

Desde março a Anapa reclama com a Receita Federal, sem resultado.

"O Brasil tem uma das autoridades investigadoras de comércio mais respeitadas e competentes do mundo e nunca perdeu um caso sobre defesa comercial na Organização Mundial do Comércio", afirmou o consultor Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior.

"É um processo longo, complexo, com variáveis econômicas que dificilmente podem ser analisados em liminar", disse o consultor.

Éter. O caso do éter monobutílico demonstra como uma decisão liminar da Justiça, na prática, inviabiliza a tarifa antidumping e permite que as importações continuem altas, prejudicando a indústria. Em outubro de 2010, a Dow obteve uma liminar da 1ª Vara Federal de Santos.

A partir de então, a empresa deposita em juízo o valor da chamada tarifa antidumping. Mas, como a exportação é feita pela Dow norte-americana para a Dow brasileira, a empresa consegue formar melhor o preço sobre o qual incide o imposto e na prática não é prejudicada. As importações continuam subindo.

"A Dow objetiva com a ação questionar aspectos estritamente legais/processuais atinentes apenas a este processo, e, de forma alguma debater qualquer política governamental ou de comércio exterior", informou a Dow por e-mail. "A Dow acredita que cabe a reavaliação pela Camex, que impôs direitos antidumping nas importações."

Segundo a economista Josefina Guedes, diretora da consultoria internacional Guedes, Bernardo, Mamura e Associados, a busca pelos tribunais em caso de defesa comercial "está acontecendo cada vez mais porque cada vez mais o Brasil está utilizando esse instrumento." Ela defende que os juízes sejam especializados para evitar que decisões técnicas sejam prejudicadas.

"Existe uma necessidade de que a Justiça comum tenha juízes especializados na área de direito internacional público, nas regras da OMC e do Mercosul."

Calçados. A contestação às tarifas impostas pelo governo para proteger a indústria também atinge a área de calçados esportivos. O STJ concedeu liminar para a Alpargatas depositar em juízo o valor da sobretaxa. "A decisão da Camex tem um viés político", avaliou Gumercindo Neto, presidente da Associação Brasileira de Artigos Esportivos.

"Historicamente, toda vez que os processos se baseiam em questões políticas e não técnicas o consumidor, no fim da história, paga a conta."

• Queixa

GUMERCINDO NETO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARTIGOS ESPORTIVOS

"Toda vez que os processos se baseiam em questões políticas, o consumidor paga a conta."

Recorrer ao Judiciário é natural, diz secretária de Comércio

Tatiana Prazeres minimiza o impacto de decisões da Justiça na condução da política de defesa comercial

A secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, minimizou o impacto de decisões do Judiciário na condução da política de defesa comercial e disse ver a contestação das empresas como uma consequência "natural" da evolução do País no comércio exterior e de um número cada vez maior de empresas envolvidas com importação e exportação.

"Os processos administrativos são cada vez mais densos tecnicamente e juridicamente," afirmou. "É natural que as empresas recorram ao judiciário quando entendem que seus interesses não são atendidos." Na avaliação de Tatiana, compartilhada pelo diretor do Departamento de Defesa Comercial (Decom), Felipe Hess, a União vence "a maioria esmagadora dos casos" apresentados por empresas que discordam de tarifas antidumping, implementadas para proteger a indústria nacional.

"Os casos representam uma parcela ínfima do total que é importado, zero vírgula zero alguma coisa", avaliou Hess. "O questionamento não tem impacto econômico nenhum na prática." O governo, entretanto, não tem uma ideia precisa de quantos casos correm na Justiça. A Receita Federal, que é acionada, não sabe informar. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que defende o governo, não possui dados. Segundo Tatiana, os processos que citam o Ministério do Desenvolvimento ou são informados por juízes à Pasta somam 71 desde 2009.

As decisões liminares determinando o pagamento da tarifa em juízo, segundo a secretária, não atrapalha a política e o "tempo joga a favor da União", porque ao

vencer o processo o governo obtém os recursos que a empresa depositou em juízo. "O depósito judicial não frustra o direito antidumping, faz parte das regras do jogo", afirmou.

Tatiana evitou mandar recados ao Judiciário. Disse que não possui uma avaliação ainda sobre a conveniência de discutir com a Justiça mudanças na legislação para permitir, por exemplo, que a empresa nacional prejudicada participe do processo quando alguma companhia contestar medidas comerciais.

Alho. O caso do alho, na avaliação de Hess, é bem específico "e não pode ser generalizado para outros setores", porque as importadoras nascem de um dia para o outro, importam uma enorme quantidade do produto e depois fecham as portas.

O mais importante em relação ao Judiciário, disse Tatiana, "é que há separação de poderes" porque os juízes não modificam as decisões tomadas pelo governo em matéria comercial.

Processos e ações

71

é o número de processos que citam o Ministério do Desenvolvimento ou são informados por juízes ao ministério desde 2009; governo, porém, não tem ideia do total de processos

22 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Os protestos dos juizes federais

A falta de sensibilidade política demonstrada por alguns setores da magistratura, quando defendem seus benefícios funcionais e interesses corporativos, está enodando a imagem da categoria perante a opinião pública. As últimas demonstrações de inabilidade foram dadas pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), que representa 2 mil magistrados.

Há duas semanas, a Ajufe fez duras críticas à corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, que questionou o acordo firmado pela associação com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para a promoção de um torneio na Granja Comary. O torneio de futebol da magistratura estava marcado para 12 e 13 de outubro e, pelo acordo, a CBF cederia o campo e arcaria com despesas de hospedagem. O presidente da CBF, Ricardo Teixeira, está sendo acusado de enriquecimento ilícito e de lavagem de dinheiro, razão pela qual a ministra Eliana Calmon afirmou que os juizes federais não podem receber favores de quem é parte em processo judicial, ameaçando tomar providências contra a Ajufe, caso o torneio fosse realizado. A direção da entidade alegou que os juizes federais não receberiam vantagens financeiras da CBF e que a Ajufe é uma entidade associativa privada, não podendo ser investigada pelo CNJ, mas o torneio não foi realizado.

No último fim de semana, a Ajufe anunciou que suspenderá as atividades da Justiça Fede-

ral no dia 30 de novembro, para pressionar a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados a aprovar o projeto de reajuste salarial do Judiciário. Alegando que a magistratura federal teve seus salários reajustados em 110% entre 2002 e 2010, enquanto a inflação no período foi de 56,7%, o governo pediu à sua bancada que travesse a tramitação do projeto. A suspensão das atividades judiciais coincidiria com a Semana Nacional de Conciliação. Organizado pelo CNJ, o objetivo do evento é estimular os brasileiros a substituírem o litígio judicial pela negociação, como for-

Pressões da Associação sobre o CNJ e sobre o STF por reivindicação de reajustes salariais

ma de resolução de conflitos.

Para a direção da Ajufe, a paralisação da Justiça Federal é uma forma de pressionar o Executivo, o Legislativo e o próprio Judiciário. "É ilusório e utópico pensar que conseguiremos algo ainda este ano com diálogos formais e sem pressão. A indignação está aumentando, é crescente, não estamos sendo ouvidos pelos demais Poderes. E, em especial, precisamos de maior empenho do presidente do STF", diz o presidente da Ajufe, Gabriel Wedy. Ele também pretende que os 3,6 mil juizes trabalhistas apoiem o protesto.

Além de prejudicar uma iniciativa do CNJ para desafogar o Judiciário, a paralisação das atividades da Justiça Federal –

e, eventualmente, da Justiça do Trabalho – será uma violência, cometida contra cidadãos e trabalhadores justamente porque quem tem a missão de assegurar os direitos fundamentais e garantir as liberdades públicas.

Como se não bastasse, a Ajufe está planejando outra forma de protesto igualmente danosa para o interesse público. Para pressionar o governo a aumentar os salários dos juizes federais, a entidade propôs aos seus filiados que promovam uma operação-padrão nas ações judiciais em que a União é parte. A ideia é suspender até o final de novembro a publicação de citações e intimações referentes aos processos sob responsabilidade da Advocacia-Geral da União (AGU) que correm nas Varas Cíveis e de Execução Fiscal. Com isso, as intimações e citações represadas seriam remetidas à AGU em bloco, em dezembro. A AGU é parte em 3,7 milhões de ações na Justiça Federal.

Para Wedy, essa é uma forma "inteligente e efetiva de pressão". Na prática, trata-se de pura chantagem. Por mais que o presidente da Ajufe prometa que as ações que tratam de aposentadorias serão poupadas do protesto, a suspensão das intimações e citações prejudica, além da União, toda a sociedade. Por isso, o presidente do Conselho da Justiça Federal, Ary Pargendler, e o presidente do STF, Cezar Peluso, anunciaram que punirão os juizes que suspenham o trabalho e classificaram a iniciativa da Ajufe como "equivoco". Na realidade, é mais do que isso – é uma agressão ao Estado Democrático de Direito.

O ESTADO DE S. PAULO

LUIZ WERNECK VIANNA

O pêndulo, 22 OUT 2011

a centralização e a República

Seria de supor que algumas correntes liberais brasileiras, ao menos as de "casco duro" - para se utilizar de uma expressão jocosa introduzida pelo ex-presidente Lula em nosso vocabulário político - manifestassem alguma relação de empatia com a posição firmada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), uma vez que no cerne da controvérsia sobre que papel deve desempenhar o Conselho Nacional de Justiça no controle do exercício da magistratura está a antinomia centralização/descentralização, que, desde o Império, acompanha a nossa História.

No caso, uma vetusta tradição liberal, cuja mais incisiva formulação se tornou clássica com a publicação de *A Província*, em 1870, de Tavares Bastos, uma denúncia dos males da centralização administrativa, que ainda ecoa no não menos clássico da nossa bibliografia liberal *Os Donos do Poder* (1958), de Raimundo Faoro, denúncia que, a partir de outros porta-vozes, vai ressurgir nas lutas contra o autoritarismo político do regime militar e encontrar tradução nas demandas municipalistas dos movimentos políticos e sociais apresentadas ao legislador constituinte de 1988.

A Carta de 1988, redigida num tempo em que ainda se ouviam as vozes de Tancredo Neves e de Ulysses Guimarães - "as pessoas vivem nos municípios e não na União" -, além de fazer girar o pêndulo em favor da descentralização, combinava a democracia representativa com a de participação e abrigava, em nome da justiça social, postulações de direito material, protegidas consti-

tucionalmente por alguns instrumentos criados com essa finalidade. A igualdade, pela primeira vez em nossa História, encontrava estatuto próprio como um ideal coletivo a ser perseguido por políticas de Estado.

A igualdade tem suas urgências e os recursos para atendê-las eram e são escassos. Nada de surpreendente, portanto, que os tempos subsequentes à promulgação da Carta de 88, que nos trouxe de volta a descentralização, depois de décadas de vigência do princípio que lhe era oposto, comecem a assistir, agora num cenário de democracia política institucionalizada, ao movimento do pêndulo em direção à centralização administrativa, diante de uma sociedade cada vez mais enredada nas agências estatais e dependente delas.

Tais efeitos perversos da afirmação da agenda da igualdade não são incomuns, constatados por dois dos maiores fundadores da teoria social moderna, Tocqueville e Marx, que, malgrado a radical diferença existente entre eles, convergiram no diagnóstico - o primeiro, em *O Anti-go Regime e a Revolução*, o segundo, em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* - de que a asfixiante centralização que tomou conta da sociedade francesa após a Revolução de 1789 - a revolução da igualdade - era um dos seus frutos negativos. Para ambos, porém, a centralização não é filha, em linha direta, da igualdade, mas da falta de República e da livre vida associativa que lhe é própria. Sem ela as postulações por igualdade são interpretadas pelo Estado que as concede à sua discricção e a partir de um cálculo em que suas conveniênci-

as são levadas em alta conta, entre as quais a de sua política de legitimação.

A revolução democrática brasileira, que tomou forma na Carta de 88, resultou da articulação de uma ampla coalizão política, que, em suas lutas por liberdades civis e públicas, abriu passagem para a emergência de uma vigorosa movimentação dos setores subalternos em torno dos seus interesses, logo que começaram a se emancipar dos controles coercitivos a que estavam sujeitos. Tal movimentação persistiu ao longo do processo de transição para a democracia e da sua subsequente institucionalização, mantendo a esfera pública sob pressão, inclusive em suas manifestações eleitorais, no sentido de reforçar as postulações por direito material que procediam de várias regiões da vida social.

Com a escora dos fundamentos constitucionais igualitários, essas pressões se fizeram irresistíveis. Diante da escassez de recursos da Federação e dos imperativos de urgência reclamados pela sociedade, mesmo que na ausência de um plano definido, inicia-se, então, um novo giro em favor das tendências centralizadoras. Seu carro-chefe será o das agências públicas de âmbito nacional, como o Sistema Único de Saúde (SUS), decididamente uma política igualitária de largo alcance, que se torna um paradigma dominante em termos de outras políticas sociais, como no caso das políticas de educação e de segurança, para não falar das políticas assistenciais do tipo do programa Bolsa-Família, todas com baixa ou nenhuma participação ativa da sociedade.

CONTINUA

22 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

De modo quase invisível a percepção imediata, tem-se instalado uma estatolatria doce, justificada e legitimada por sua destinação social. Nessa batida, sem sequer se mencionarem os graves problemas tributários, a Federação cede espaços à União e a sociedade abdica de sua autonomia em favor do Estado. A tendência à centralização torna-se universal e não poupa nenhuma região da vida social: há problemas de segurança, chamem-se as Forças Armadas, embora o Haiti não seja aqui; há corrupção no Judiciário, apele-se ao Conselho Nacional de Justiça, passando por cima das Corregedorias dos tribunais, tidas de antemão como suspicazes, e sem que sequer se esbocem tentativas de mobilização das corporações profissionais dos operadores do Direito e de setores da sociedade a fim de exigirem exemplar correição.

A República democrática tem seus custos sociais e políticos e um dos mais elementares deles é o de criar e preservar as condições para a auto-organização do social, com a sociedade e suas instituições empenhadas na solução dos seus problemas e desafios, forma com que nem sempre se chega mais rapidamente ao objetivo, mas, como o demonstra sobejamente a nossa já longa experiência republicana, é muito melhor e mais segura.

**Tem-se instalado no País
uma estatolatria doce,
justificada e legitimada
por sua destinação social**

22 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Médicos condenados podem continuar trabalhando

O presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), Renato Azevedo Junior, afirmou ontem que os três médicos condenados a 17 anos e 6 meses por homicídio no caso Kalume poderão continuar exercendo a medicina.

“São critérios e instâncias diferentes: uma é penal e a outra, ético-profissional. Em 1993, eles foram inocentados pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e, portanto, estão aptos ao exercício da profissão”, disse Azevedo.

Os médicos Pedro Henrique Torrecillas, Rui Noronha Sacramento e Mariano Fiore Júnior foram julgados anteontem, em Taubaté (SP), culpados da acusação de terem retirado, em 1986, rins de pacientes vivos. A denúncia foi feita pelo médico Roosevelt Sá Kalume - por isso o caso ficou conhecido como Kalume.

Azevedo negou haver corporativismo e citou o fato de 23 diplomas médicos terem sido cassados no ano passado por infrações graves. “Que outra categoria pune seus pares nessa proporção?”, indagou.

Em 1988, após serem denunciados por Kalume ao Cremesp, os três médicos foram julgados, considerados culpados e punidos com uma censura pública (crítica à conduta da ética profissional). Apêlaram, porém, para o CFM, que os absolveu, revogando a decisão do Cremesp. “Os acusados foram considerados inocentes”, afirmou Azevedo.

Recurso. O advogado João Romeu Corrêa Goffi, um dos responsáveis pela defesa dos médicos, disse que na próxima segunda-feira deverá dar entrada no Fórum Criminal de Taubaté para pedir a anulação do júri.

Entre os motivos alegados es-

tão o fato de não ter sido atendido o pedido da defesa para a realização de acareação entre a enfermeira Rita Pereira e o médico Fernando Ferreira.

De acordo com a enfermeira, Ferreira teria presenciado a morte do paciente José Faria Carneiro, em 22 de dezembro de 1987, com um golpe de bisturi desferido pelo médico Pedro Henrique Torrecillas.

Preocupação. Vânia Cristina de Lima, irmã de um dos pacientes mortos, disse que a família ficou contente com a condenação, mas agora se preocupa com os recursos que virão na tentativa de anular a decisão.

Segundo Vânia, a família não pensa em pedir indenização. “Vamos esperar. Por enquanto, a maior recompensa foi a condenação deles”, afirmou. Os familiares das demais vítimas não foram localizados.

Nas ruas de Taubaté, o caso dividiu a população e provocou debate. “Foi um alívio depois de tanto tempo. A Justiça foi feita”, comemorou a enfermeira Lúcia Regina, que, na época em que os rins foram retirados dos pacientes, tinha 5 anos. “Não acredito. Eles sempre foram bons profissionais”, discordou a balconista Eliane Santos, de 35 anos.

● Recompensa

ROBERTO BARROS

DELEGADO RESPONSÁVEL PELA INVESTIGAÇÃO DURANTE 10 ANOS “Sinto-me recompensado.

Nesses anos, recebi críticas de todos os lados. Diziam que os fatos não tinham procedência.”

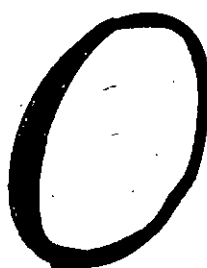
O ESTADO DE S. PAULO

LÚCIA GUIMARÃES

AULA DE DIREITOS COLETIVOS

"Considero importante
debater o impacto da
desigualdade nos
espaços comuns da
cidadania democrática"

22 OUT 2011



Os Estados Unidos devem pagar uma reparação pelos anos de escravidão? O serviço militar obrigatório deve ser restabelecido? A ação afirmativa penaliza os brancos pobres? Essas questões, que não são matéria-prima de vídeos virais ou de redução a 140 caracteres, atraem multidões – seja na Harvard University, seja por meio de palestras que a BBC britânica oferece em podcasts. Se a filosofia tem um pop star – e “pop” aqui está longe de ser derogatório –, o nome dele é Michael J. Sandel. Para quem duvida do alcance deste professor de filosofia política de Harvard, sugiro simplesmente googlar a palavra “justiça” em inglês. Na primeira página de resultados, chegamos à home page de Sandel, que há 30 anos ministra o curso com tal nome, um dos mais procurados da história de Harvard.

Justiça – O Que É Fazer a Coisa Certa é o título de seu livro que está saindo no Brasil, um trabalho que reflete sua experiência como um dos mais populares professores do mundo – entretanto, como ele alerta, não é uma história de ideias e sim uma viagem pela reflexão moral.

Quando a música do enriquecimento inexplicável para, como aconteceu no crash de 2008, a corrida para sentar nas cadeiras disponíveis pode ser marcada por exames de consciência de sinceridade variável. No país que acaba de produzir o fenômeno Occupy Wall Street, o livro de Michael J. Sandel satisfaz o crescente apetite pela moralidade na vida pública.

O subtítulo do livro, sobre “a coisa certa”, não deve ser confundido com a simplificação difundida pelos políticos conservadores, cuja habilidade em promover como virtude qualquer ideia que sirva a seus interesses corporativos contribuiu para imobilizar o país enfrentando a pior crise econômica desde a Grande Depressão.

A simplicidade da linguagem é um trunfo de *Justiça*, o livro e o curso. Com paciência socrática, Sandel vai colocando dilemas morais e éticos e segue questionando as respostas fáceis. Defensor de uma ética comunitária que se choca com a liberdade incondicional do mercado ou a liberdade incondicional das escolhas individuais, Michael J. Sandel define assim o que considera justiça: “Não é só a maneira certa de distribuir coisas. É também a maneira certa de valorizar as coisas.” Veja a seguir, nesta entrevista concedida por e-mail, como Sandel desenvolve o seu do the right thing.

● O movimento Occupy Wall Street, que muito rapidamente se espalhou pelos Estados Unidos, reflete indignação com o sistema financeiro. O senhor afirmou no livro que os americanos perdoam o fracasso menos do que perdoam a ganância. O novo movimento poderia sinalizar uma tolerância menor com a ganância?

Os protestos contra Wall Street demonstram uma indignação contínua com a crise financeira e o salvamento dos bancos e de Wall Street. Quando tratei do assunto em *Justiça*, descrevi como o processo foi injusto. Os responsáveis pela crise financeira lucraram enormemente quando os ventos estavam a favor. Mas, assim que a crise começou, os contribuintes tiveram que pagar a conta. Agora, nós vemos esta onda de protestos que se espalha em todo o país. Acho que é uma ocorrência bem-vinda. Mostra que o ativismo cívico está vivo. Ele vai exercer pressão sobre os líderes políticos, incluindo o presidente Obama, para fazer mais do que fizeram até agora – exigir que os bancos e as instituições financeiras assumam maior grau de responsabilidade pelo que fizeram.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 22 OUT 2011

● O senhor destaca a associação do movimento conservador com a "política da virtude". E também trata do contraste entre Barack Obama e John Kennedy.

Obama acha que sua fé deve ser levada em conta, Kennedy, o primeiro presidente católico americano, evitava falar de religião. Como o senhor vê hoje estas questões afetando o clima moral no país?

No último capítulo do livro, eu argumento que os liberais e os progressistas não devem renunciar à linguagem moral ou esperar que os cidadãos escondam sua fé quando entram no território público. Como candidato, Obama compreendeu que os argumentos morais e espirituais não deviam ser deixados apenas para conservadores. O fato de que ele era aberto à fé permitiu que fizesse uma conexão com um eleitorado de uma forma que políticos tecnocratas não conseguiriam fazer. Mas ele ainda não conseguiu trazer o idealismo moral e cívico da campanha para sua presidência. Talvez por ter enfrentado logo a crise financeira, ele não deu voz a ideais morais, cívicos e espirituais que os americanos esperam ouvir de um presidente. Acho que este é um dos grandes desafios de sua presidência. Nós precisamos de um discurso público que esteja mais engajado com as questões de justiça, igualdade, desigualdade e o significado de cidadania. Como argumento no livro, nós precisamos de uma nova política do bem comum. Ainda não sabemos se o presidente Obama vai conseguir redirecionar o discurso nacional para essas questões.

● O senhor acredita que o debate atual sobre o aumento da desigualdade nos Estados Unidos vai reforçar o que chama de a conexão entre a distribuição de justiça e o bem comum?

Nos últimos anos, não houve um debate sério neste país sobre a crescente desigualdade econômica. Espero que haja uma mudança em curso. Nós precisamos de um debate moral robusto sobre igualdade e desigualdade. Por exemplo, é justo 1% da população controlar 90% da riqueza?

● Como o sistema fiscal americano deve responder ao aumento da desigualdade?

Este é, em parte, um debate sobre a distribuição de justiça. Em vários capítulos do livro, eu examino as filosofias em competição sobre o tema – incluindo o *laissez-faire*, as teorias libertárias, as teorias igualitárias e teorias que tratam do mérito. Então, sou muito a favor de um grande debate público sobre a distribuição da justiça. Mas há uma questão mais ampla. É sobre o que devemos uns aos outros, como cidadãos, e sobre o caráter da vida cívica que compartilhamos.

Um grande fosso entre ricos e pobres acaba por minar o bem comum e corrói os laços que unem as sociedades. Se os ricos e os pobres americanos cada vez mais levam vidas separadas – moram em bairros separados e mandam seus filhos para escolas diferentes –, terão cada vez menos em comum e a possibilidade de uma cidadania compartilhada se esvai. Por isso, considero importante debater o impacto da desigualdade nos espaços comuns da cidadania democrática. Como argumento na conclusão do livro, a distribuição de justiça e o bem comum estão ligados.

● O Brasil começou a discutir uma possível reparação pela escravidão, mas este movimento existe há mais tempo nos Estados Unidos. Como este debate pode servir de exemplo para o que o senhor defende – a reflexão moral coletiva?

O debate sobre a reparação pela escravidão levanta uma das questões mais difíceis e importantes da filosofia moral e política. No livro, eu uso a discussão sobre a reparação para examinar concepções conflitantes de responsabilidade moral: Seríamos responsáveis só pelos atos que cometemos como indivíduos? Ou temos uma responsabilidade especial de corrigir os erros feitos por nossos concidadãos, nossos avós, gerações passadas? Isto nos obriga a questionar se a responsabilidade pode ser coletiva e se atravessa gerações. Vários países têm lutado com a questão da reparação. Nos Estados Unidos, discutimos se deve haver um pedido de desculpas oficial e público pela escravidão. E se deve haver reparação e de que forma.

CONTINUA

22 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Um debate semelhante se passou na Austrália, em relação aos aborígenes. E não devemos esquecer o ônus moral de questões como lidar com atrocidades cometidas em tempos de guerra. Tudo isso nos leva a considerar como interpretamos nosso passado, mas também qual é o caráter individual e coletivo da responsabilidade moral. Devemos pensar em até que ponto a nossa identidade é formada pelas comunidades onde vivemos, as tradições que herdamos. Não são perguntas com respostas fáceis. Mas elas ilustram a importância de uma vida pública que se mantém aberta à reflexão moral.

● **Qual o impacto que o senhor vê em certos elementos da cultura da internet, como anonimato, exibicionismo e ênfase na velocidade? A internet não pode ser também uma aliada de causas cívicas?**

A cultura da internet e da rede social são uma bênção e uma praga da vida pública. Por um lado, as redes sociais se tornaram ferramentas valiosas para movimentos sociais e organização política. A Primavera Árabe, naturalmente, é um bom exemplo disso. Ao mesmo tempo, várias características da cultura da internet vão contra a cultura democrática. O que faz falta, hoje, é o hábito de nos engajarmos em argumentos morais razoáveis sem apelar para o insulto e a falta de civilidade. Precisamos desenvolver uma cultura pública e cívica em que as pessoas possam expressar suas convicções mais profundas e, ao mesmo tempo, aprender a ouvir os outros que não pensam como nós. Na maioria dos casos, a internet não promove esta discussão civilizada. O anonimato é parte do problema. Mas culpo também a velocidade e a falta de trocas contínuas que sustentem reflexão. Então, as ferramentas da internet, como blogs e redes sociais, precisam ser complementadas com formas de engajamento comunitário não virtuais. Eu acredito que a internet possa ser um instrumento de educação cívica e discurso moral, mas só se criarmos instituições e modelos de comunidade que vão além, que criarem a responsabilidade exigida pela vida cívica.

22 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Comissão de Anistia revê indenizações

Valores definidos nos anos 90 para 129 trabalhadores foram adequados aos critérios atuais e, com isso, reduções chegam a quase 90%

A Comissão de Anistia do governo federal revisou as indenizações concedidas a 129 trabalhadores demitidos durante a ditadura militar e reduziu os valores que vinham sendo pagos desde a década de 1990 e que, em alguns casos, passavam de R\$ 30 mil mensais. As pensões e aposentadorias especiais haviam sido concedidas pelos Ministérios do Trabalho, das Comunicações e de Minas e Energia antes da formação da Comissão da Anistia e alcançavam R\$ 2,2 milhões por mês. Agora, o valor será de R\$ 297 mil.

As indenizações dizem respeito, na sua maioria, a trabalhadores envolvidos com atividades sindicais que foram demitidos entre 1964 e 1988. Há casos de portuários e estivadores, pilotos, bancários, jornalistas, engenheiros e operadores de produção. Nenhum dos processos revistos inclui casos de perseguidos políticos pela ditadura, presos e torturados.

Essas são as primeiras indenizações reduzidas pela Comissão de Anistia, mas novas alterações devem ocorrer. "O direito a reparações estava previsto na Constituição de 1988. Até a criação da Comissão, em 2001, funcionavam órgãos internos nos ministérios que eram os responsáveis por conceder essas indenizações e usavam critérios que desconhecemos", explicou Paulo Abrão, presidente da Comissão da Anistia. "A prática hoje é não aceitarmos indenizações consideradas fora da realidade brasileira", afirmou.

Critérios. As indenizações concedidas antes da criação da Comissão usavam critérios diferentes. Na maior parte dos casos, as avaliações consideravam que a pessoa permaneceria no cargo e alcançaria o posto mais alto na carreira, com todos os benefícios possíveis.

A Comissão de Anistia pode considerar duas possibilidades para as indenizações: o valor atual da carreira e o valor médio que alguém da mesma profissão recebe hoje. A opção tem sido pela segunda hipótese.

Com isso, algumas pensões e aposentadorias caíram para menos de 10% do valor inicial. É o caso, por exemplo, de pilotos da Varig, que recebiam R\$ 33 mil e terão os valores reduzidos para R\$ 3,2 mil.

Há também 81 casos de estivadores dos Portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR) que tinham aposentadorias e pensões entre R\$ 11,6 mil e R\$ 26 mil e passarão a receber R\$ 1,8 mil. A viúva de um jornalista, que recebia R\$ 19 mil pela demissão do marido, terá a partir de agora uma pensão de R\$ 2 mil.

Abrão explicou que a possibilidade de revisão dos valores foi aberta quando a Lei da Anistia previu que a Comissão teria de ratificar as pensões concedidas antes de 2001. De acordo com o presidente, a avaliação dos conselheiros foi de que não era possível apenas aprovar os pagamentos. Seria necessário, antes, adequá-los às normas que a Comissão praticava.

As mudanças incluem, ainda, a alteração do caixa de onde saem os pagamentos das indenizações. Antes feitos pela Previdência, agora os pagamentos serão custeados pelo Ministério do Planejamento, responsável pelas indenizações baseadas na Lei da Anistia.

● Revisão

R\$ 2,2 mi

era o valor total gasto por mês com as indenizações revistas pela Comissão de Anistia

R\$ 297 mil

é o novo valor da despesa total do governo com essas mesmas indenizações

129

são as indenizações revistas, envolvendo pessoas ligadas a atividades sindicais que foram demitidas entre 1964 e 1988

24 OUT 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Casamento

O programa Justiça no Bairro fará mais um casamento coletivo no dia 26 de novembro, às 18 horas, no ginásio da Rua da Cidadania do Tatuquara. Os casais interessados em participar devem se inscrever até 31 de outubro, nos Centros de Referência da Assistência Social. Para participar os casais devem apresentar certidão de nascimento original, RG, CPF, comprovante de residência e comprovante de renda.

TRIBUNA DO PARANÁ

Sociedade 24 OUT 2011

Casais homossexuais ainda encontram dificuldades no processo de adoção

Barreiras morais

As relações homoafetivas no Brasil estão ganhando cada vez mais força, principalmente depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, no primeiro semestre deste ano, a união estável entre os casais homossexuais e garantiu direitos legais como pensões, divisão de bens e inclusão em planos de saúde. Porém, muitos casais querem ir além disso e têm a vontade de formar uma família de fato, o que significa ter filhos, e para isso, recorrem à adoção, que se torna cada vez mais comum nesse grupo social.

Ainda não existe no País uma lei que garanta a adoção de crianças por casais homossexuais, mas também não proíbe e, na grande maioria dos casos, há vitória no final. Segundo a advogada Zara Hussein, especialista em direito de família, o juiz não costuma levar em consideração a orientação sexual do casal. "É avaliado principalmente se a criança vai viver num ambiente familiar que assegure todos os seus direitos de crescer com amor e dignidade", explicou Hussein.

O processo de adoção acontece da mesma forma para todos os casais, sejam eles hetero ou homossexuais, ou seja, é preciso inscrever no Cadastro Nacional de Adoção e aguardar na fila. A única diferença é que o segundo grupo não é tão detalhista quanto o primeiro. De acordo com Hussein, casais gays são menos exigentes na hora de definir o perfil da criança a ser adotada. "Casais convencionais normalmente optam por bebês de cor branca, saudáveis. Entre os casais homossexuais é muito comum a adoção de crianças mais velhas, com irmãos e até mesmo soropositivas", avalia a advogada.

Dificuldades

O casal Toni Reis e David Harad mora em Curitiba e está junto há 23 anos. Eles foram o primeiro casal homossexual no Brasil a conseguir o reconhecimento da união em cartório. Em 2004 tomaram a decisão de adotar uma criança, por conta do desejo da paternidade, e em 2005 entraram na Justiça com o pedido oficial de adoção. De acordo com Reis, são inúmeras as dificuldades que eles vêm enfrentando no caminho, mas ele acha que com a aprovação do STF pelo reconhecimento da união estável de casais homoafetivos, tudo deve ser mais fácil de agora em diante, inclusive o processo adotivo. "O que nós queremos é construir a nossa família e que ela seja respeitada como todas as famílias devem ser", explicou.

23 OUT 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça deixa criança trabalhar

Juízes e promotores de Justiça de todo país concederam, entre 2005 e 2010, mais de 33 mil autorizações de trabalho para crianças e adolescentes menores de 16 anos, contrariando a Constituição Federal.

O número, fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, equivale a mais de 15 autorizações judiciais diárias para que crianças trabalhem em diversos setores, de lixões a atividades artísticas, passando por comércio, atividades agropecuárias, fabricação de fertilizantes e pavimentação de ruas.

O texto constitucional proíbe que menores de 16 anos sejam contratados para qualquer trabalho, exceto como aprendiz, a partir de 14 anos. Os despachos judiciais autorizando o trabalho infantil aumentaram vertiginosamente em todos os 26 estados e no Distrito Federal. São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina foram as unidades da Federação com maior número de autorizações.

22 OUT 2011

Semiaberto

Cem presos da Colônia Penal Agroindustrial (CPAI), em Piraquara, começam segunda-feira cursos profissionalizantes de carpinteiro, eletricista, pedreiro e encanador. No Paraná, 647 presos do regime semiaberto trabalham em 40 empresas cooperadas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ESTELIONATO 24 OUT 2011

Ministros votam prazo para prescrição de fraude

Para STJ, crime praticado contra previdência é permanente

O prazo prescricional em relação à fraude contra a Previdência Social começa a contar a partir do fim do recebimento do benefício indevido. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu provimento a Recurso Especial do Ministério Público Federal para afastar a prescrição e manter a pretensão punitiva contra beneficiário que recebia aposentadoria obtida por meio de fraude.

De forma unânime, os ministros reconheceram que o crime de estelionato praticado contra a previdência social pelo próprio beneficiário, ao gerar o recebimento sucessivo e indevido de benefícios previdenciários, constitui delito permanente, e não delito instantâneo de efeitos permanentes.

Relator do caso, o ministro Jorge Mussi, observou que a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal tem distinguido a natureza do estelionato previdenciário a partir de quem o pratica. "Se o próprio beneficiário for o autor do fato, a infração penal terá natureza permanente", lembra. "Por outro lado, na hipótese de fraude implementada por terceiro para que outrem obtenha o benefício, tratar-se-á de crime instantâneo de efeitos permanentes", explicou.

Para o relator, como no caso concreto se trata de beneficiário que recebia aposentadoria obtida por meio de fraude, o termo inicial do prazo prescricional se dá com a cessação do recebimento do benefício indevido o que ocorreu em novembro de 2003.

O Ministério Público recorreu ao STJ após decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que reconheceu a prescrição e a consequente extinção da punibilidade. "Deve-se tomar como marco inicial do prazo prescricional a data do primeiro pagamento do benefício, por se tratar de crime instantâneo, ainda que dê efeitos permanentes", diz um trecho da decisão do TRF-4.

Para o TRF-4, o artigo 109, V, do Código Penal estabelece que, se o máximo da pena é igual ou superior a um ano e não excede a dois, como no caso, a prescrição ocorre em quatro anos — "lapso já transcorrido entre a data do pagamento da primeira parcela do benefício e a data de recebimento da denúncia, razão pela qual resta extinta a punibilidade do réu em face da prescrição retroativa".

No recurso para o STJ, o MPF alegou que a decisão, ao afirmar que o delito de estelionato contra a previdência é de natureza instantânea, negou vigência aos artigos 171, parágrafo 3º, e 111, III, ambos do Código Penal. O MPF sustentou

que o crime é permanente, cessando a permanência com o recebimento da última prestação do benefício previdenciário. Requereu, então, o provimento do recurso para afastar o reconhecimento da prescrição retroativa.

O ministro Jorge Mussi assinalou que desde essa data até o recebimento da denúncia pela Justiça, em setembro de 2006, ou entre este e o acórdão condenatório (sessão feita em 16 de dezembro de 2008), não transcorreu o prazo necessário para caracterizar a prescrição e, por isso, deu provimento ao recurso do MPF.

24 OUT 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

OAB quer preparação para processo eletrônico

O presidente da Comissão Especial de Informática e Estatística do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, José Guilherme Carvalho Zagallo, disse que a advocacia precisa intensificar sua preparação para o processo digital. Segundo o conselheiro federal da entidade, somente 10% dos profissionais possuem certificados digitais, o que indica que essa prática pode demorar a se tornar comum entre os advogados.

Na XXI Conferência Nacional dos Advogados, que acontece de 20 a 24 de novembro em Curitiba, Zagallo vai abrir o debate sobre a nova realidade da advocacia, abordando as vantagens e desafios do processo eletrônico. O conselheiro afirmou que os advogados serão ouvidos para o aperfeiçoamento do sistema e será apresentado um workshop sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJE), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Zagallo observou que qualificar 700 mil advogados para trabalhar com essas novas ferramentas requer "tempo e dedicação". No entanto, a importância do processo é notória para reduzir significativamente o tempo dos processos. "Os processos eletrônicos foram sentenciados em média em 99,12 dias enquanto que os processos físicos foram sentenciados em 1.305,59 dias", destaca. Em média, segundo Zagallo, a redução foi superior a 60%.

"Em 2010, tivemos 3,4 milhões de processos novos tramitando exclusivamente eletrônica", destaca. Isto indica 13% da movimentação processual do Poder Judiciário. Zagallo disse que até o fim de 2012, a Justiça do Trabalho deve implantar o PJE. Apesar dos benefícios, ele acredita que a advocacia ainda não está preparada totalmente para o processo eletrônico.

A ausência de um sistema único de processo eletrônico e a obrigatoriedade do uso de certificados digitais por alguns tribunais têm sido, para ele, os entraves para os advogados atuarem no processo digital. As diferenças de infraestrutura também impõem limitações pelo país. "Há regiões em que a internet ainda é muito lenta. Além disso, a mudança do paradigma do processo físico para o processo virtual é muito forte." A adaptação ao virtual inclui a forma de notificação dos atos processuais e o acesso aos autos. Zagallo destaca que é uma mudança cultural.

Além disso, cada tribunal, ao adotar uma tecnologia pode dificultar a atuação do advogado. "O processo só poderia ser exclusivamente eletrônico se adotasse um padrão único de funcionamento, fácil de utilizar." No entanto, ele insiste que o advogado deve se qualificar para esse "momento de transformação", conhecendo também a legislação que dá suporte ao processo eletrônico. "E deve fazer isso já, sob pena de tornar-se um excluído digital".

24 OUT 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PEDRO WASHINGTON

Fato...

Num momento em que o Direito está em discussão, avaliando poderes de STF, STJ, CNJ, opiniões de AMB e OABs, a vinda da Conferência Nacional do Advogados que há 33 anos se realiza no Brasil, a Curitiba, é um fato relevante. Em matéria "de cobras do direito" a capital paranaense vai se transformar num autêntico "Butantã".

...inédito

Para só citar alguns nomes que estarão entre os 114 palestrantes, basta lembrar a controvertida corregedora do CNJ, Eliana Calmon ("no Brasil há bandidos embaixo de togas"); Dalmo Dallari, cujo nome dispensa apresentações, Procurador nacional Roberto Gurgel, Ministro do STF, Gilmar Mendes, entre tantos outros, estarão na capital paranaense entre 20 e 24 de novembro.

24 OUT 2011

JORNAL DO ESTADO

BPTran assume a fiscalização e autuação em Curitiba

O Governo do Paraná e a Prefeitura de Curitiba firmaram resolução conjunta pela qual fica estabelecido que caberá à Polícia Militar do Paraná, por meio do Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran) de Curitiba, a fiscalização e a autuação de todas as infrações de trânsito de competência do Município.

“Até que se conclua a transição para a nova estrutura de gestão municipal do trânsito, é imperioso que se garanta a segurança e a ordem no trânsito no Município de Curitiba e se assegure o direito de todos à mobilidade”, diz um trecho da resolução, assinada no dia 20 de outubro.

As ações descritas na resolução serão executadas até a efetiva implantação da Secretaria Municipal de Trânsito, cuja criação foi anunciada pelo prefeito Luciano Ducci no dia 10 de outubro. A mensagem do Executivo para criação da nova secretaria foi enviada à Câmara Municipal para ser apreciada pelos vereadores.

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) decidiu que a Urbs não poderia continuar a fiscalizar e multar no trânsito de Curitiba por se tratar de empresa de economia mista, quando o trabalho de fiscalização é exclusiva do poder público. A ação que contestava a atuação da Urbs vinha desde 1998. Agora, muitos motoristas que receberam multas neste período contestaram também a validade das infrações emitidas.

JORNAL DO ESTADO

24 OUT 2011

PAINEL JURÍDICO

Demissão

Sociedade de economia mista, posteriormente privatizada, pode dispensar funcionário sem justa causa, mesmo que ele tenha sido admitido por meio de concurso público. O entendimento é da 8ª Turma do TST.

Prisão

A fuga do réu e o não atendimento a chamados judiciais justificam prisão cautelar durante processo penal. O entendimento é da 6ª Turma do STJ.

E-mail

O TJ de São Paulo criou a citação por e-mail, mesmo que os autos não estejam inteiramente digitalizados. Ficam de fora os processos criminais e de atos infracionais. Para poder ser citado eletronicamente os interessados devem assinar termo de adesão de convênio.

Seminário

A primeira edição do seminário Italo-Brasileiro em Inovações Regulatórias em Direitos Fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade será realizada em Curitiba, de 25 a 28 de outubro. A UniBrasil será a anfitriã do evento que receberá grupos de várias instituições de ensino. Serão diversas palestras, reuniões de pesquisa e workshops de discussões. As atividades acontecerão na UniBrasil a partir do dia 26 e o credenciamento inicia no mesmo dia às 17h. Informações pelo fone (41) 3361-4315 ou pelo e-mail contato@seminarioitalo-brasileiro.com.br

Minicursos

Começa hoje e vai até quarta-feira, a Semana Acadêmica FESP, evento realizado na Faculdade de Educação Superior do Paraná. Na programação estão previstas apresentações de palestras, debates além de minicursos gratuitos com temas sobre informática, finanças, economia, direito, administração, comércio exterior e ciências contábeis. Informações e inscrições gratuitas no site www.fesppr.br

Doação

Os advogados Alceu Machado Filho e André Luiz Bonat Cordeiro formalizaram a doação para a UFPR de 300 exemplares do livro *Atualidades de Direito Empresarial*, que será lançado dia 27/10 em comemoração aos 35 anos da Sociedade de Advogados Alceu Machado, Sperb & Bonat Cordeiro. O objetivo é que a Universidade comercialize os exemplares do livro e arrecade fundos para ajudar na revitalização do auditório histórico do curso de Direito da UFPR.

Conferência

O jornalista Juca Kfoury aceitou o convite do presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, e virá a Curitiba para participar da XXI Conferência Nacional dos Advogados, de 20 a 24 de novembro. Juca conduzirá o "Bate-Papo Cultural" da Conferência no dia 22, das 18h30 às 19h30.

DIREITO SUMULAN

Súmula n. 701 do STF

– No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.

JORNAL DO ESTADO

A CONDUTA E O DIREITO PENAL 24 OUT 2011

Começam os trabalhos de reforma do Código Penal

*Jonatas Pirkiel

No último dia 18, foi instalado no Sudo Federal a Comissão de Juristas que irá discutir e apresentar o projeto de reforma do Código Penal. Código de 1.940 que vem sendo, ao longo dos tempos, emendado, e que agora terá uma nova redação. Presidirá a Comissão o Ministro do STJ, Gilson Dipp, que terá a participação da também Ministra Maria Thereza de Assis Moura. O Paraná estará representado pela participação do professor René Ariel Dotti, cuja Comissão terá a presença de vários outros especialistas do Direito Penal, dentre eles: Antonio Nabor Areias Bulhões, Emanuel Messias de Oliveira Cacho, Gamil Föppel El Hi-

reche, José Muinos Priero Filho (desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), Juliana Garcia Belloque, Luíza Nagib Eluf, Marcelo André de Azevedo, Marcelo Leal Lima Oliveira, Marcelo Leonardo, Tício Lins e Silva e Luiz Carlos Gonçalves, que será o relator.

Segundo Gilson Dipp: "Quanto mais os tipos penais estiveram no código, e menos nas leis especiais, mais fácil será aplicar as penas e construir uma sociedade mais justa". Entende o ministro que "haverá uma tendência de valorização das penas alternativas e de retirada de condutas que atualmente não são mais penalmente relevantes e que podem ser tratadas com penalidades administrativas, civis e tributárias. Temos que

selecionar quais os bens jurídicos que merecem a efetiva proteção do direito penal e vamos discutir tudo o que for necessário, sem qualquer ranço de preconceito ou de algo premeditado".

A comissão terá 180 dias para conduzir a minuta do projeto de lei, prazo que poderá ser prorrogado. O que a sociedade espera é que a reforma do código, na esteira das medidas já discutidas e propostas pelo Conselho Nacional de Justiça, seja moderno, humanizado, eficiente e que seus conceitos estejam dentro da realidade da sociedade brasileira, com suas particularidades e tradições sócio-culturais.

* O autor é advogado criminal (jonataspirkiel@terra.com.br)

O PARANÁ

PARANAPREVIDÊNCIA

22 OUT 2011

Servidores exigem auditoria

Cobrança está sendo feita pelo Fórum Estadual dos Servidores

Curitiba - O Fórum Estadual dos Servidores (FES) cobrou da Secretaria Estadual de Administração e Previdência a realização de uma auditoria no Paraná Previdência, o fundo de aposentadoria e pensões dos servidores públicos estaduais. Formado por sindicatos que representam as várias categorias de funcionários públicos, o Fórum critica as propostas, ainda em exame pelo governo estadual, de aumentar a contribuição dos servidores e criar um fundo de previdência complementar privado.

De acordo com o Fórum, antes de uma nova medida, o governo precisa ter um diagnóstico sobre o fundo, dimensionando o tamanho do déficit e detalhando o quanto o governo deixou de repassar ao ParanaPrevidência nos últimos anos. O Fórum também pede que o governo realize um estudo que avalie o impacto da incorporação dos servidores do Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de

Contas do Estado (TCE) e Tribunal de Justiça.

Relatório do Tribunal de Contas do Estado, de outubro do ano passado, apontou um déficit técnico de R\$ 772 milhões no ParanaPrevidência, causado principalmente por conta dos R\$ 3,2 bilhões que o governo do Estado deixou de repassar ao fundo entre 1998 e 2009, sendo R\$ 2 bilhões no governo Roberto

Requião (PMDB).

O relatório propõe a revisão do plano de custeio do ParanaPrevidência, mas salienta que só isso não será possível para reequilibrar o fundo, se o Estado não cumprir com suas obrigações: "cumprindo a normativa referente à amortização das contribuições financiadas e a elaboração de um plano para a amortização do passivo".

FORMULAÇÃO DE NOVO PLANO

A Secretaria de Administração informou que ainda está sendo formulado o novo plano de custeio da Previdência do fundo. O projeto está sob a responsabilidade de um grupo de técnicos da ParanaPrevidência, das secretarias da Fazenda, da Administração e Procuradoria Geral, que estão analisando a possibilidade de criação de um sistema complementar de aposentadorias e a fixação de um teto de valores para as aposentadorias estão em análise pelo primeiro grupo.

Um trabalho paralelo foi instituído pela Secretaria de Administração para fazer o levantamento da dívida do Estado com o fundo. O grupo criado em setembro tem sessenta dias para apresentar uma proposta de renegociação da dívida. Todas as propostas serão apresentadas ao governador que dará a palavra final sobre qual delas será apresentada para a votação do novo plano de custeio na Assembleia Legislativa.

O PARANÁ

PEDRO WASHINGTON

22 OUT 2011

Fato...

Num momento em que o direito está em discussão, avaliando poderes de STF, STJ, CNJ, opiniões de AMB e OABs, a vinda da Conferência Nacional do Advogado que há 33 anos se realiza no Brasil, a Curitiba, é um fato relevante. Em matéria "de cobras do direito" a capital paranaense vai se transformar num autêntico "Butantã".

...inédito

Para só citar alguns nomes que estarão entre os 114 palestrantes, basta lembrar a controvertida corregedora do CNJ, Eliana Calmon ("no Brasil há bandidos embaixo de togas"); Dalmo Dallari, cujo nome dispensa apresentações; procurador nacional Roberto Gurgel; ministro do STF, Gilmar Mendes, entre tantos outros, estarão na capital paranaense entre 20 e 24 de novembro.

INFORME

STF julga, na quarta-feira, mérito da ação contra nova Lei do Mínimo

O primeiro item da pauta da sessão plenária do Supremo Tribunal Federal da próxima quarta-feira é o julgamento, no mérito, da ação de inconstitucionalidade proposta em março pelos partidos opositores (PPS, PSDB e DEM) contra o dispositivo da nova Lei do Salário Mínimo que estabelece a fixação do piso salarial por decreto presidencial, anualmente, até janeiro de 2015. Na petição inicial, os três partidos consideram o artigo 3º da Lei 12.382/2011 "nada mais do que uma indisfarçada delegação de poderes à Excelentíssima Senhora Presidente da República, para que possa o Poder Executivo deter a prerrogativa de fixar, com exclusividade, o valor do salário mínimo". Assim, o Congresso ficaria impedido de se manifestar sobre o valor do salário no período 2012-2015.

Deficiente consegue liminar para embarcar em

vôo

CONJUR 21 OUT 2011

O juiz Rudolf Carlos Reitz, da 2ª Vara Criminal e Juizado da Infância e Juventude de Bento Gonçalves, na Serra gaúcha, concedeu nessa quinta-feira (20/10) liminar, determinando que a companhia aérea GOL providencie o embarque de criança com deficiência. A família adquiriu pacote de viagem para Porto Seguro, na Bahia, incluindo a passagem da menor.

A criança, representada por seu pai, ajuizou ação porque a empresa aérea negou, por e-mail, o embarque em viagem agendada para o próximo sábado. A GOL alegou que somente autorizaria o embarque se a criança fosse transportada em maca, pois, pela idade, não poderia ser transportada no colo em pousos e decolagens. A menina apresenta paralisia cerebral decorrente de acidente de trânsito.

A decisão impõe que companhia embarque a menina, de três anos de idade, adotando as medidas funcionais e operacionais para seu acesso e transporte, incluindo conexões, no assento adquirido, com segurança e conforto. O descumprimento acarretará multa de R\$ 300 mil, além de consequências civis, administrativas e penais.

Discriminação

O juiz afirmou que a recusa da empresa consiste em flagrante violação aos preceitos da Constituição Federal, Estatuto da Criança do Adolescente, de preceitos legais que asseguram o direito à acessibilidade a pessoas com deficiência e da própria regulamentação administrativa editada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Além disso, o juiz refutou a alegação de que a criança não poderia ser conduzida no colo em pousos e decolagens, pois os pais adquiriram assento específico para a filha.

“Assim agindo, a requerida [GOL] pretende forçar o transporte em maca, o que resultaria em tratamento discriminatório em relação aos demais usuários, e por decorrência atentatório à dignidade da autora, criança com necessidades especiais.” E concluiu: “Não bastassem as dificuldades que a vida lhe impôs, apresentando atualmente paralisia cerebral decorrente de seqüela de hipoxia cerebral, originada de acidente de trânsito, a autora, criança, com tão tenra idade, na aurora de sua existência, precisa lutar para ver respeitados seus direitos fundamentais, contra a discriminação promovida pela companhia aérea.” Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-RS.